



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Programa de Pós-graduação em História  
Mestrado em História Social da Cultura Regional

Welber Carlos Andrade da Silva

**AS ELITES DE SANTO ANTÔNIO- PODER, REPRESENTAÇÕES E  
SOCIABILIDADE – o caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1791-1822).**

Recife

2012

Welber Carlos Andrade da Silva

**AS ELITES DE SANTO ANTÔNIO- PODER, REPRESENTAÇÕES E SOCIABILIDADE – o caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1791-1822).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr<sup>a</sup> Suely C. Cordeiro de Almeida  
Co-orientador: Dr<sup>a</sup> Kalina Vanderlei Silva

Recife

2012

S586e Silva, Welber Carlos Andrade da  
As elites de Santo Antônio - poder, representações e  
sociabilidade - o caso da Irmandade do Santíssimo  
Sacramento (1791-1822) / Welber Carlos Andrade da  
Silva. – Recife, 2012.  
159 f. : il.

Orientadora: Suely Creusa Cordeiro de Almeida.  
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura  
Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Departamento de História, Recife, 2012.  
Inclui referências e apêndice.

1. Irmandades 2. Elites 3. Poder I. Almeida, Suely Creusa  
Cordeiro de, orientadora II. Título

CDD 981.3

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL**

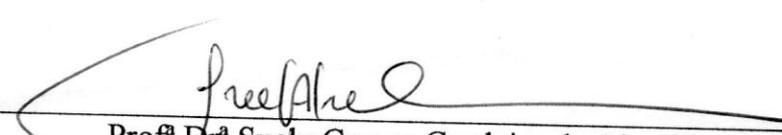
**AS ELITES DE SANTO ANTÔNIO - PODER, REPRESENTAÇÕES E  
SOCIABILIDADE - O CASO DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO  
SACRAMENTO (1791-1822).**

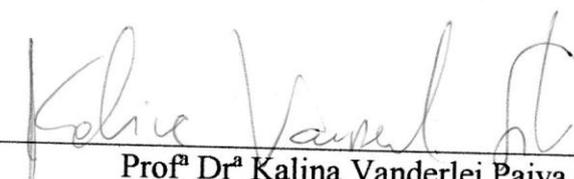
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

WELBER CARLOS ANDRADE DA SILVA

APROVADA EM 05/06 /2012

BANCA EXAMINADORA

  
Profª Drª Suely Creusa Cordeiro de Almeida  
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

  
Profª Drª Kalina Vanderlei Paiva da Silva  
Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

  
Profº Drº George Felix Cabral de Souza  
Programa Pós-Graduação em História– UFPE

## AGRADECIMENTOS

Após o término da pesquisa, é chegada a hora de agradecer a todos que contribuíram com esta dissertação. Ao longo de dois anos, recebi o apoio de muitas pessoas que entre palavras de incentivo, concessão de recursos e documentos e correções do texto, merecem no mínimo meus agradecimentos. Primeiro gostaria de agradecer a Deus por me sustentar nos momentos mais difíceis da minha vida, quebrando as tribulações e revelando maravilhas.

Sou grato à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco pela bolsa de pós-graduação concedida entre os anos de 2010 e 2012, que me proporcionou custear as despesas ao longo da pesquisa como: as visitas aos arquivos, congressos, material bibliográfico, entre outros; aos amigos que tenho no Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina/UPE pelos incentivos e debates ocorridos durante nossas reuniões desde a época da graduação em História. Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional, em especial, àqueles dos quais tive a oportunidade de receber sugestões bibliográficas e dividir o espaço das aulas; à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Ângela Grillo; à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Giselda Brito; à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Vicentina Ramires e ao Prof. Dr. Caesar Sobreira.

Sou grato as minhas orientadoras: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Suely Cordeiro de Almeida e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Kalina Vanderlei Silva, que sempre acreditaram na minha pesquisa, fizeram preciosos comentários sobre o texto e me indicaram os caminhos metodológicos para a minha formação como historiador. Além disso, fica meu respeito como pessoas éticas e responsáveis, e hoje são modelos para minha vida. Agradeço, também, ao professor Dr. George Félix Cabral de Souza pelas recomendações importantes e esclarecimentos sobre o método prosopográfico.

Gostaria de agradecer a meus amigos do mestrado Alexandre Bittencourt; André Carlos; Carlos Bittencourt; Márcio Moraes; Esdras Oliveira; Elizabete Soares; Marcelo Lalino; Leandro Patrício e Williams Andrade que, durante o curso, se tornaram interlocutores deste trabalho; à Faubina Nascimento, pela amizade, paciência, contribuição na revisão do texto e a Rodrigo Izídio pelo apoio no trato documental.

Contei ainda com a colaboração da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, através das pessoas de José David do Nascimento, Otávio Samuel do Nascimento, Cláudio Pedrosa Matos, Suely Carneiro Nascimento Barbosa, Suzete Nascimento de Oliveira e Ivon Fidélis de Albuquerque (*In memoriam*), que permitiram desde o ano de 2006 minha consulta ao Arquivo da paróquia e da Irmandade.

Gostaria de agradecer a minha família que com amor e dedicação, sempre me ajudou a construir este sonho. Em especial, a minha companheira Tamires Pereira, pelo exemplo de pessoa determinada, por ter suportado minha ausência, principalmente nos momentos que era necessário meu isolamento para ler e interpretar a documentação, e por me incentivar com amor.

Agradeço a todos!

## RESUMO

Este trabalho investiga a formação das elites recifenses durante o século XVIII e sua relação com instituições como a Câmara Municipal e a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife. Partimos de uma abordagem social para compreender os tipos sociais que participaram destas instituições, privilegiando o papel das elites, sobretudo na Irmandade. Nessa perspectiva, utilizamos uma vasta documentação que percorre, mesmo que parcialmente, os caminhos de alguns dos homens mais importantes do Recife entre os anos de 1791 e 1822. Dessa forma, trabalhamos o cenário recifense e o funcionamento da irmandade como espaço de sociabilidade, representação e poder. Nosso conjunto documental é composto de atas, livro de receitas, compromisso e diários da Irmandade do Santíssimo Sacramento, e documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, disponíveis através do “Projeto Resgate”. A partir da documentação consultada compomos um quadro prosopográfico que nos permite analisar as origens sociais de alguns membros da irmandade e os papéis que exerceram dentro e fora do ambiente confrade.

**Palavras-Chave:** Irmandades. Elites. Poder.

## ABSTRACT

This work scrutinizes the formation of Recife's elites during the XVIII century and its relation with institutions such as the City Council and the Brotherhood of the Santíssimo Sacramento de Santo Antonio of Recife. The work is based on a social approach to understand the social types that participated in these institutions, privileging the role of the elites, especially in the Brotherhood. In this perspective, we used a vast literature that covers the lives of some of the most important men of Recife between the years of 1791 and 1822. Thus, we work on the Recife scene and the operation of the Brotherhood as a space of sociability, representation and power. The literature used is comprised of attendance sheets, recipe books, commitment and Brotherhood of the Santíssimo Sacramento logbooks, and miscellaneous documents from the Ultramarine History Archive, made available through the "Projeto Resgate". Based on the utilized literature, we assemble a prosopographical chart that allows us to analyze the social origins of some members of the brotherhood and the roles that they performed inside and outside of the brotherly environment.

**Keywords:** Brotherhoods. The Elites. Power.

**LISTA DE FIGURAS**

**Organograma 1 - Mesa Regedora do Santíssimo Sacramento da Vila do Recife1791/1840.....58**

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1 – Relação dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 1822 .....</b>	<b>50</b>
<b>Quadro 2 – Relação dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 1822.....</b>	<b>51</b>
<b>Quadro 3 – Relação dos irmãos que ocuparam o cargo de tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 1822.....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 4- Relação dos legados Irmandade Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife, 1791-1801.....</b>	<b>61</b>
<b>Quadro 5- Relação das entradas, fevereiro a maio de 1798.....</b>	<b>63</b>
<b>Quadro 6- Relação dos rendimentos da Irmandade Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife, (fevereiro a abril de 1798).....</b>	<b>64</b>
<b>Tabela 1- Entradas e Saídas, fevereiro a abril de 1791.....</b>	<b>65</b>
<b>Quadro 7- Relação das despesas de junho, 1798.....</b>	<b>66</b>
<b>Tabela 2- Sepultamentos na Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, 1818.....</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 3 - Distribuição dos sepultamentos da Freguesia de Santo Antônio do Recife e arredores, 1818.....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 8- Relação de dádivas, Irmandade do Santíssimo Sacramento - 1795-1799.....</b>	<b>85</b>
<b>Quadro 9- Relação das festividades na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio.....</b>	<b>87</b>
<b>Quadro 10 - Resumos biográficos dos Irmãos que exerceram cargos na Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife- século XVIII e XIX.....</b>	<b>113</b>
<b>Quadro 11- Relação de óbitos da Vila do Recife, 1818. Livro de óbitos, Igreja Matriz de Santo Antônio (1818-1826).....</b>	<b>121</b>

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	2
Resumo.....	4
Abstract.....	5
Lista de ilustrações.....	6
Lista de quadros .....	7
Introdução.....	10
Capítulo 1 - O CENÁRIO HISTORIOGRÁFICO DAS ELITES.....	18
1.1- As elites no Império português.....	24
1.2- As Câmaras Municipais e as irmandades leigas como espaço do poder.....	29
1.3 - Recife e a Freguesia de Santo Antônio.....	34
Capítulo 2 - AS IRMANDADES LEIGAS EM PERNAMBUCO COLONIAL.....	41
2.1 - A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife.....	44
2.1.1 - Quem participa do Santíssimo Sacramento? Irmãos, irmãs e a mesa regedora.....	48
2.2 - As receitas e despesas dos irmãos do Santíssimo.....	60
2.3- Os ritos fúnebres na Irmandade do Santíssimo Sacramento.....	68
2.4 - Festas e sociabilidade na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife.....	79
Capítulo 3 - A TRAJETÓRIA DO MESTRE DE CAMPO FRANCISCO XAVIER CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE.....	88

3.1 - As origens do irmão Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque.....	92
3.2 -. A família e os negócios.....	95
3. 3 - A querela do Cavalcante.....	97
Considerações Finais.....	102
Fontes.....	104
Referências Bibliográficas.....	107
Apêndices.....	112

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende estudar as elites e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santo Antônio do Recife, entre os anos de 1791 a 1822. Por isso foi necessário investigar a vida de alguns membros da Irmandade, que pudessem revelar suas trajetórias e formas de ascensão social, bem como sua participação dentro do Santíssimo Sacramento. À medida que vasculhámos os acervos do Recife, em busca de fragmentos documentais sobre as personagens, revelavam-se histórias fascinantes do cotidiano colonial. Entre os diversos documentos administrativos da Irmandade, muitos dos quais são livros de contas, de missas, registros de entradas etc., que no primeiro contato deixavam o historiador enfadado, aos poucos foram se tornando importantes para nossa investigação, já que permitiram visualizar as particularidades do Recife colonial.

O período estudado se estende entre 1791 e 1822, e vai da fundação da Irmandade do Santíssimo Sacramento à Independência do Brasil. Nosso limite temporal se justifica pela necessidade de dialogar com alguns autores que pesquisaram as elites recifenses no período citado. Além disso, se ultrapassarmos o ano de 1822, poderíamos descaracterizar nossa pesquisa como um estudo voltado para a história colonial, e ao adentrarmos ainda mais no século XIX correríamos o risco de generalizar o objeto, ocultando as particularidades das personagens e da própria Irmandade. A documentação utilizada para desenvolver esse trabalho refere-se ao Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Antônio, Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Arquivo Histórico Ultramarino. Os acervos são formados por livros de atas de reunião, registros de irmãos, livros de cálculos de despesas e receitas, compromisso, termos de missas, registros de batismos, óbitos e casamentos, cartas, requerimentos, entre outros que nos revelam desde as trajetórias dos indivíduos até a organização da irmandade.

Assim, vários questionamentos foram surgindo ao longo da pesquisa, tais como: Quem eram os irmãos? Quais eram os critérios de aceitação? Quais os significados da irmandade para aquela sociedade? E como a irmandade ajudava nas aspirações pessoais? Em suma, o nosso objetivo foi realizar um “mapeamento” dos grupos sociais participantes da Irmandade e, ao mesmo tempo, buscar no Recife do final do século XVIII a atuação das personagens. Com

isso, procuramos realizar um estudo de História Social que tivesse relação com a cultura vigente. Por isso, esta é a história de uma irmandade e também de suas personagens, pessoas que se consideravam notáveis e advindas das mais altas camadas sociais, algumas das quais com títulos nobiliárquicos, outras haviam recebido mercês da Coroa, grandes comerciantes, militares, senhores de engenho, oficiais da Câmara do Recife, funcionários reais etc. Entretanto, havia espaço também para alguns anônimos: pessoas simples que habitavam a freguesia, e que se esforçaram para juntar de vinte a trinta e dois mil réis da joia de entrada e figurar entre as pessoas mais importantes da localidade. Estes sujeitos talvez nem tivessem anseios políticos, econômicos ou sociais dentro da instituição, mas buscavam apenas os privilégios religiosos e engrossar o público nas festas, procissões, sepultamentos e exposição do viático. Com isso, a nossa pesquisa procura também explorar as relações entre as elites e a irmandade, as elites e os não-elite e as elites e a cultura vigente, tendo como ponto de partida a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife.

As origens das confrarias estão relacionadas às crises do final da Idade Média que tem como causa as constantes calamidades devido à fome, doenças e conflitos na Europa. Por conta disso, a população buscou um meio para solucionar tais problemas auxiliando aqueles indivíduos que se sentiam desamparados. A solução encontrada foi a convivência através de redes de sociabilidades que pudessem suprir as necessidades materiais e espirituais do povo. A religião católica passou a apadrinhar esses grupos através da confraria sob a devoção de determinados padroeiros.

As irmandades leigas se tornaram objeto de estudo a partir da segunda metade do século passado, devido a novos embasamentos teóricos. Um dos primeiros estudiosos a se interessar pelas irmandades foi Russel-Wood.<sup>1</sup> Sua obra *“Fidalgos e Filantropos”* percorreu o cotidiano da Santa Casa da Misericórdia em Salvador. A obra demonstra a importância das confrarias, sobretudo a participação que tiveram na expansão portuguesa. Esse livro, publicado no Brasil no início da década de 1980, foi fruto de pesquisas que se iniciaram em 1970, através de projetos financiados por universidades dos Estados Unidos e Inglaterra. A partir dos mesmos incentivos, Charles R. Boxer estudou o Império Marítimo Português destacando as Câmaras Municipais e as confrarias como instrumentos que facilitaram a unidade do Império. Segundo o autor, as peculiaridades locais não foram suficientes para

---

<sup>1</sup> Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos - a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Ed. Universidade de Brasília: Brasília, 1981

diminuir o controle da Coroa sobre as conquistas, e nisso os conselhos municipais e as irmandades possibilitaram a transferência dos padrões de suas congêneres portuguesas.<sup>2</sup>

No Brasil podemos destacar a obra “Devoção e Escravidão”, de Julita Scarano, que abordou as Irmandades do Rosário dos Homens Preto no distrito diamantino. A pesquisa é uma das primeiras a analisar o cotidiano das irmandades de escravos.<sup>3</sup> Já Caio César Boschi, ao estudar o papel das irmandades em Minas Gerais, destacou a relação destas com a Igreja e com o Estado português.<sup>4</sup> A expansão urbana provocada pelo ouro foi acompanhada da criação de várias confrarias que, na maior parte das vezes, substituíam o Estado e a Igreja onde estes não poderiam estar presentes, através de suas ações de assistência à sociedade. Elas assumiram esse papel contribuindo para a expansão da fé católica, mas também sendo veículo de promoção social, sociabilidade, resistência e negociação de conflitos.

No final da década de 1980, Virgínia Assis Almoêdo estudou o cenário das irmandades de pretos e brancos no Recife no século XVIII. A pesquisa enfatizou o Santíssimo Sacramento e o Rosário dos Pretos como instituições marcadas pela segregação racial que caracterizou o período colonial.<sup>5</sup> Especificamente sobre o Santíssimo tivemos a publicação de Fernando Pio na década de 1970. O historiador apresentou uma obra abrangente voltada não apenas para o funcionamento da confraria, mas procurou abordar o estilo arquitetônico e artístico da matriz de Santo Antônio, assim também como o aspecto devocional de suas celebrações.<sup>6</sup> Dentre o vasto conjunto historiográfico produzido sobre as irmandades coloniais podemos apontar ainda as pesquisas de Janaína Bezerra, Juliana Sampaio e Marcelo Marc Cord, José Neilton Pereira, além dos já citados.<sup>7</sup> Estes nos dão enfoques recentes sobre as

<sup>2</sup>Cf. BOXER, Charles. **O império marítimo português**. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

<sup>3</sup> Cf. SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos No Distrito Diamantino do Século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1975

<sup>4</sup> Vd. BOSCHI, Caio. **Os Leigos e o Poder- Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>5</sup> Cf. ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de. **Pretos e Brancos: a serviço de uma ideologia de dominação. (Caso da Irmandades do Recife)**. Recife, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>6</sup> Cf. PIO, Fernando. **A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento do Bairro de Santo Antônio e sua História**. Ed. do Autor. Recife. 1973.

<sup>7</sup> SAMPAIO, Juliana da Cunha. **Irmãos do Rosário de Santo Antônio: Gênero, Cotidiano e Sociabilidade em Recife (1750-1800)**. Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2009; BEZERRA, Janaína Santos. **Pardos na Cor & Impuros no Sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII**. Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2010; MAC CORD, Marcelo. **O Rosário de D. Antônio – Irmandades negras, aliança e conflitos na história social do Recife (1848-1872)**. Fapesp/editora Universitária UFPE: Recife, 2005; PEREIRA, José Neilton. **Além das Formas, a Bem dos Rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789)**. Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2009. (Dissertação de Mestrado).

esferas de atuações, grupos sociais e organização dos leigos frente ao catolicismo popular. Estes trabalhos tornam-se referenciais, pois deslocaram suas análises para instituições de pretos e pardos, complementando as informações que tínhamos sobre o funcionamento confrarias coloniais pernambucanas.

É importante notar que as irmandades e Câmaras foram “redutos” de circulação de elites. Os Conselhos Municipais são reconhecidos pela historiografia por razões de natureza econômica, jurídico, administrativa e social marcada pela presença dos indivíduos de notável reconhecimento. As irmandades podem ser observadas por uma ótica bem parecida, destacando-se pela participação no processo de colonização e auxílio à Igreja Católica na expansão do catolicismo. Podemos somar ainda que as irmandades serviram como espaços de sociabilidade e visibilidade social, sejam as de brancos, pretos e pardos. Dentro desses ambientes circulavam indivíduos que sobressaiam em suas ações e constituíram pequenos grupos que subordinaram a maior parte dos membros da instituição da qual faziam parte.

Para o estudo das elites, destacamos Flávio Heinz, que reavaliou metodologias e conceitos.<sup>8</sup> O autor procurou sintetizar, em conjunto de artigos, um balanço acerca da história social das elites. As câmaras foram estudadas por alguns historiadores como Charles Boxer, Vera Lúcia Costa Acioli, Maria Fernanda Bicalho, Maria Aparecida Borrego e George Félix Cabral de Souza.<sup>9</sup> Sobre este autor, consideramos sua obra um referencial para nossa pesquisa por sistematizar as trajetórias individuais dos oficiais da Câmara do Recife em resumos biográficos que nos ajudou a formar o quadro prosopográfico que complementa nossa pesquisa. Suas concepções sobre a elite mercantil, elite açucareira e funcionamento dos conselhos tornaram-se fundamentais para compor a noção de burocracia, administração e sociedade estamental que utilizou em inúmeros trabalhos do autor.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. FVG editora: Rio de Janeiro. 2006.

<sup>9</sup> ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Conflitos e Jurisdição: aspectos da administração colonial**. Editora Universitária: Recife, 1997; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. Alameda: São Paulo, 2010; BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. Companhia das Letras: São Paulo, 2002; SOUZA, George Felix Cabral de. **Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII**. Gráfica Flamar: Recife, 2003; BICALHO, Maria Fernanda (orgs). **O governo dos povos**. Alameda. São Paulo, 2009; SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Câmara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca: Salamanca, 2007. (tese de doutorado).

<sup>10</sup> SOUZA, George Felix Cabral de. **Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII**. Gráfica Flamar: Recife, 2003; SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Câmara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca: Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

Assim, partimos, em nossa investigação, do modelo teórico da História social <sup>11</sup> proposto por George Duby.<sup>12</sup> O método utilizado para a construção da pesquisa foi a prosopografia ou biografia coletiva, na pretensão de realizar uma história social das elites. <sup>13</sup> O método, muito empregado em história antiga e medieval, começou a ser utilizado para os estudos modernos e contemporâneos a partir da década de 1960 estudando as elites políticas inglesas, com Lewis Namier. O método consiste em definir um grupo a partir de um ou vários critérios e estabelecer um questionário cujos resultados servirão para descrever a dinâmica social. <sup>14</sup> Assim, os historiadores consideram a prosopografia um tipo de estudo sociológico em pesquisa histórica, já que se busca analisar características comuns de um grupo. Este tipo de enfoque se enquadra muito bem na perspectiva do estudo das elites, visto a facilidade de conhecer os atributos sociais, econômico, políticos e culturais. <sup>15</sup>

O trabalho está dividido em três capítulos, que abordam a vida das elites, a importância das irmandades e o método prosopográfico na construção das trajetórias sociais. Assim, o primeiro capítulo desta dissertação procura destrinchar as origens do termo “elites”, fazendo o percurso dos principais teóricos sobre o tema. Além disso, ressaltamos a formação das elites coloniais a partir das conquistas portuguesas do século XVI, que possibilitaram a uma parcela significativa da população a aquisição de prêmios através de terras, títulos e cargos na administração colonial. Remetemo-nos também ao papel desempenhado pelas câmaras e irmandades como espaços privilegiados. Ao longo do capítulo contemplamos as origens sociais e econômicas do Recife, fruto do conflito entre a açucarocracia e os agentes mercantis promovendo assim o longo debate sobre a transferência da sede da capitania para Olinda e a inserção dos comerciantes na Câmara. As disputas iniciadas desde o governo de Francisco Barreto de Menezes, homem de negócio, intensificaram-se durante a administração

---

<sup>11</sup> O enfoque Social e o entendimento do que seria a História Social tem aquecido o campo das discussões entre os historiadores. O surgimento da História Social está atrelado ao movimento dos Annales, que se utilizando do termo *Social* buscava uma ruptura com a antiga História Política, e abria um diálogo com a História Econômica. Muito já se discutiu as referências das supostas “divisões” em: História Econômica, Social, Cultural, História das Mentalidades, entre outras. Mas a amplitude da sociedade não se enquadra somente numa destas categorias. O historiador deve buscar conexões, fazer referência e conhecer o campo dimensional da História como um todo. Neste sentido, seguimos uma perspectiva que tende a observar a História Social como um campo amplo que se confunde e se beneficia de outras dimensões e abordagens. Assim, compreendemos que a História recebe um tratamento diferenciado tornando-se “multi-direcionado”. Ver DUBY, Georges. **História Social e Ideologias das Sociedades**. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Livraria Francisco Alves Ed: Rio de Janeiro, 1976.

<sup>12</sup> Cf. DUBY, Georges. **História Social e Ideologias das Sociedades**. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Livraria Francisco Alves Editora: Rio de Janeiro, 1976.

<sup>13</sup> HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. FVG editora. Rio de Janeiro. 2006, p. 08

<sup>14</sup> *Idem*, p. 41

<sup>15</sup> Ver o método em SOUZA, George Cabral Félix de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: La Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca. España, 2007.

de André Vidal de Negreiros, partidário da elite açucareira.<sup>16</sup> A tumultuada relação entre Recife e Olinda culminou em 1709 com a elevação à vila da antiga povoação portuária. A deliberação da Coroa promoveu a vitória da elite mercantil estabelecida no Recife, e por sua vez a qualificação dos principais indivíduos da Vila como “homens bons”. Como salientou Evaldo Cabral de Mello, as disputas entre açucarocracia e elite mercantil não foram a substituição de uma ideologia por outra, mas a tentativa de inserção de um grupo ascendente em participar do sistema de valor vigente, representado pelo modo de vida aristocrático.<sup>17</sup> Assim, a vitória da elite mercantil não significou o aniquilamento da nobreza, senão que sua própria incorporação à condição social da elite açucareira.<sup>18</sup>

O segundo capítulo aborda a origem da Irmandade do Santíssimo Sacramento e o perfil social de seu quadro de membros. Esse panorama nos possibilita compreender os tipos sociais que compunham o cenário das elites recifenses e suas esferas de atuações. Analisamos o funcionamento da mesma e os principais membros que compunham a mesa regedora. Esta abordagem nos permite perceber muitos dos grupos sociais presentes no Recife do século XVIII e XIX e/ou as relações sociais criadas a partir das irmandades. As confrarias transpassaram as esferas da religiosidade popular, e foram fundamentais para sociabilidade de diversos grupos, como também reproduziram as ideologias e o padrão cultural vigente. Assim, utilizamos como recurso a produção de um quadro prosopográfico com caracteres compartilhados que fornecem dados da trajetória social do grupo. Dessa forma, a principal intenção desta pesquisa foi revelar rostos para um conjunto de pessoas que até então se escondia por trás do nome da instituição. Além disso, o capítulo contempla especificamente as festas, procissões e ritos fúnebres no Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio no século XVIII e XIX. Encontram-se nessa parte do trabalho algumas considerações sobre as origens da procissão do Corpus Christi e seu caráter oficial sob o patrocínio da Coroa portuguesa, a semana santa e toda mobilização que estas festas exigiam da Irmandade.

As festas na América portuguesa tiveram duplo significado: se por um lado significaram práticas devocionais, por outro se revestiam de um caráter “lúdico”, e tinham a função de deixar os espectadores impressionados com o dirigismo e hierarquização, que

---

<sup>16</sup> Cf. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Conflitos e Jurisdição: aspectos da administração colonial**. Editora Universitária. Recife, 1997

<sup>17</sup> Cf. MELLO, Evaldo Cabral. **A fronda dos mazombos**. 2ª ed. Editora 34: São Paulo, 2003.

<sup>18</sup> Sobre a importância da burguesia para a colonização portuguesa ver FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. pp. 73-220.

definiam, sobretudo o lugar de seus participantes.<sup>19</sup> Salientamos também como essas festas coloniais tiveram destaque, principalmente no século XVIII, no qual as marcas da cultura barroca alcançaram seu auge, e caracterizaram as festividades por uma rígida diferenciação e hierarquia social.<sup>20</sup> Trabalhos como de Adalgisa Campos sobre as irmandades mineiras nos ajudam a compreender a organização das festividades nas confrarias do Santíssimo Sacramento, especialmente aquelas que eram de sua obrigação como O Corpus Christi, e, outras como a Semana Santa.<sup>21</sup> Já Beatriz Catão apontou os significados políticos destas celebrações, e como em Recife e Olinda estas festas eram utilizadas pela elite açucareira e elite mercantil em prol de seus interesses.<sup>22</sup>

As irmandades se dedicaram, ainda, à administração mortuária na colônia. Por isso concentramos uma parte das nossas atenções à discussão do significado da morte naquela sociedade e como esta passagem para o além-túmulo estava permeada por significados políticos, econômicos e sociais. A partir do mapeamento das principais igrejas do Recife nos séculos XVIII e XIX, podemos observar onde eram sepultadas aquelas pessoas e como a condição social influenciava diretamente no destino de seus corpos. Consultamos os livros de óbitos da Matriz do Santíssimo Sacramento, responsável pelos registros na freguesia de Santo Antônio. Com esses dados, criamos um quadro de óbitos que nos dá uma visão do número de mortos, locais de sepultamento, idade, cônjuges, proprietários de escravos, parentesco, condição social e mortalhas. Estas últimas revelaram muito mais do que se podia pensar. Elas possuíam um significado devocional e social, já que as cores e tipos estavam relacionados à

<sup>19</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. **Desfilar: a Procissão Barroca**. Revista Brasileira de História – ANPUH. São Paulo, v. 17, n. 33, 1997

<sup>20</sup> Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **Festa e Memória da Elite Açucareira no Século XVII**: a ação de graças pela restauração da Capitania de Pernambuco contra os holandeses. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia. (orgs.). **Ensaio sobre a América Portuguesa**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2009. p 67. Sobras as festas barrocas consultar SILVA, Kalina Vanderlei. **Cerimônias públicas de manifestação de júbilo: símbolos barrocos e os significados políticos das festas públicas nas vilas açucareiras de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. *Ensaio culturais sobre a América Açucareira*. Recife: Edupe, 2008; TINHORÃO, José Ramos. **As Festas no Brasil Colonial**. Editora 34: São Paulo, 2000; DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e Utopias no Brasil colonial**. Brasiliense: São Paulo, 2000. MARAVALL, José Antônio. **La cultura Del barroco: análisis de una estructura histórica**. 11 ed. Ariel Letras: Barcelona, 2008

<sup>21</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Aspectos da Semana Santa através das Irmandades do Santíssimo Sacramento**. In: **Barroco**. n.19, Belo Horizonte: Centro de pesquisa do Barroco Mineiro.pp.71-88; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **"Piedade barroca, obras artísticas e armações efêmeras: as irmandades do Senhor dos Passos em Minas Gerais"**. In: **Anais do VI colóquio luso-brasileiro de História da Arte**. Rio de Janeiro: CBHA/ PUC-Rio/ UERJ/ UFRJ, 2004. ISBN 85-87145-12-6 vol. I.

<sup>22</sup> SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América : A Festa de Corpus Cristi nas cidades da América Portuguesa – Século XVIII**. Annablume: São Paulo, 2005.

participação do indivíduo naquela sociedade. A pesquisa de João José Reis sobre os ritos fúnebres em Salvador<sup>23</sup> Contribuiu para esta discussão.

No terceiro e último capítulo, abordamos a trajetória do Mestre de Campo Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque, senhor de três engenhos, contratador das carnes da capitania e primeiro juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento na Vila do Recife. Apesar de ser uma das pessoas mais importantes de Pernambuco no século XVIII, Francisco não teve a sorte de ser lembrado por memorialistas, nem tampouco pela historiografia local. Lembramos mais de seus filhos, os irmãos Suassunas, conhecidos por participarem em Pernambuco dos movimentos liberais no início do século XIX. De sua história, o que temos conhecimento é de uma citação de Henry Koster que o chama de “o velho Cavalcante”, quando se lembra de seu filho mais novo José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, governador do Rio Grande do Norte. Muitas são as histórias que existem sobre Francisco Xavier Cavalcante que foi membro de uma das principais famílias de Pernambuco, ganhou a vida como produtor de açúcar, dono de terras e imóveis e contratador de dízimos.

Francisco Xavier foi militar no Recife e em Olinda, e seguiu a carreira de seu pai e avós maternos (que lutaram nas guerras contra os holandeses). Esta trajetória já nos diria bastante sobre sua figura, revelando o perfil de um homem da elite. No entanto, o Mestre de Campo acumulou, ao longo da vida, um histórico de brigas e ofensas, chegando a desafiar de uma só vez a Câmara e o vereador mais velho do Recife, o governador da Capitania de Pernambuco, José Cesar de Meneses e a Irmandade do Livramento dos Pardos. O motivo da desavença foi porque aforou uma rua pública e a transformou em seu quintal! Tempos depois, brigou com a sua própria irmandade e foi considerado revoltoso. Então, coube-nos a tarefa de escrever sua biografia. Entender a sua história significou familiarizar-se com o cotidiano do Recife no século XVIII, as formas de recrutamento das elites, o funcionamento das irmandades e os mecanismos de ascensão social. Com isso, tentamos esboçar uma trajetória para Francisco Xavier Cavalcante, mas deixamos para o leitor o julgamento de suas condutas.

---

<sup>23</sup> Cf. REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** Companhia das Letras. São Paulo, 2009.

## 1. O CENÁRIO HISTORIOGRÁFICO DAS ELITES

As transformações científicas introduzidas ao longo do século XIX abriram caminho para o surgimento de novas disciplinas e o reconhecimento de status de outras. A Sociologia, por exemplo, foi posta como uma das principais ferramentas para compreender as mudanças e o aparecimento de novas classes, assim como problematizar velhas questões no campo do poder. Ainda nesse momento, a História manteve a velha tendência de estudar as instituições políticas, porém deu ênfase aos grandes personagens que delas participavam. Essa nova roupagem foi introduzida pelos sociólogos europeus que percebiam a necessidade de adentrar naquelas estruturas, não pela forma de atuação destas, mas sim pelos indivíduos que de alguma forma ajudavam a caracterizar as instituições num dado momento histórico.

Desta forma, novos estudos emergiam no campo da história política, sobretudo aqueles ligados ao exercício do poder. Neste momento, historiadores e sociólogos passaram a dar maior ênfase às noções de classe, governo, estamento, entre outros, e é daí o termo “elite”. A história política afirma a ideia segundo a qual em toda sociedade existe um grupo que ocupa o topo da hierarquia, e que por diversas formas é detentor do poder e prestígio, contraposta a uma maioria excluída, chama-se “teoria das elites” ou “elitismo”.<sup>24</sup> Desta teoria, originaram-se diversas concepções de elite. A maior parte delas não se desvencilhou das primeiras concepções do termo empregadas a partir da relação “governantes *versus* governados”.<sup>25</sup>

A partir do século XIX as novas teorias sociológicas foram responsáveis por pensar os esquemas que diferenciavam as pessoas que dirigiam as classes daquelas que eram conduzidas, como também, encarregavam-se de definir os mecanismos encontrados no jogo político para que determinados indivíduos detivessem o poder. Nessa perspectiva, a teoria das elites procurava diferenciar a elite e as massas. *“Em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões*

<sup>24</sup> BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 8ª Ed. UNB. V. 1. Brasília, 1995. p. 385

<sup>25</sup> Cf. HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Zahar. Rio de Janeiro, 2011. A noção de “elite” já estava presente em Platão. *A República* propôs que a comunidade deveria ser governada por um grupo de indivíduos superiores. Cf. BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. 2ª Ed. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1974. p. 07; Nesta perspectiva, o Estado deveria ser governado por indivíduos considerados virtuosos, pois *“é preciso que os filósofos se tornem reis, ou os reis e os soberanos deste mundo, realmente e sinceramente filósofos”*. PLATÃO. **A República**. Notas de Robert Baccou. Tradução: J. Guinsburg. Volume I. Difusão Europeia do livro. São Paulo, 1965. p. 30

válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância”.<sup>26</sup>

Ao longo do tempo, com sucesso do termo entre os estudiosos, coube a Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels os papéis de precursores do desenvolvimento sistemático da teoria das elites entre os séculos XIX e XX. Até então, o estudo das elites era ofuscado pela rigidez das instituições das quais faziam parte os indivíduos. Com isso, a temática ficou restrita, por certo período, ao universo dos historiadores do poder,<sup>27</sup> pois

*“Para eles, o poder era algo produzido pelo direito e sob as formas prescritas pelo direito. Este encerramento jurídico do poder atenuou-se um tanto com o advento da história das instituições que, pelo menos, distinguiu mais claramente o direito dos livros (law in the books) do direito tal como ele era vivido no quotidiano (law in action)”.*<sup>28</sup>

Como defende Hespanha, esta limitação não permitia vislumbrar os rostos individuais, já que estes se escondiam atrás das máscaras das instituições. Assim, o historiador do poder *“ocupava-se apenas dos lugares institucionais, transitoriamente ocupados por pessoas, mas por pessoas cujas idiossincrasias eram irrelevantes”.*<sup>29</sup> No entanto, no século XIX, os pilares da história das elites passaram por um distanciamento com relação às instituições, e antes de identificar os lugares prescritos pelo poder os sociólogos procuraram rotular as faces individuais, partindo do princípio que os motores da história são os indivíduos.<sup>30</sup>

Para Gaetano Mosca, o processo de diferenciação social se fundamenta em três critérios: a riqueza, o lugar social de origem e o mérito. Este último critério social de distinção.<sup>31</sup> Consequentemente, Mosca afastou-se da rigidez conceitual abrindo mão de uma observação estritamente política, que substituiu o conceito de classe por “grupo dirigente”. Essa mudança possibilitou uma maior flexibilidade do termo e para o início do século XX

<sup>26</sup> BOBBIO, *Op. cit.*, p. 385

<sup>27</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. **Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites.** In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar.** Alameda. São Paulo, 2005. p. 39

<sup>28</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>29</sup> *Idem*

<sup>30</sup> *Idem*, p.40. As concepções elitistas receberam fortes influências da teoria marxista, apesar dos primeiros estudiosos do tema não assumirem seus posicionamentos. Quanto as mudanças de objeto, passando das instituições para os indivíduos, o marxismo reforçou a tendência de enxergar o homem como agente histórico. Cf. BOTTOMORE, Tom . **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

<sup>31</sup> HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites.** Zahar. Rio de Janeiro, 2011. p. 15

representou uma elasticidade conceitual capaz de abranger novos campos da atividade humana. Dessa forma, *“a nova designação refere-se ao conjunto de forças que orienta a sociedade em todos os níveis, incluindo as minorias dirigentes nos campos da economia, religião, da tecnologia, sendo a política uma variável ligada ao exercício do poder”*.<sup>32</sup> Com isso, as ideias de Mosca se aproximaram das de Vilfredo Pareto.

Pareto, por sua vez, se apoiou nas curvas de riquezas apresentadas pelos indivíduos. Dessa forma, supunha-se que em cada ramo da atividade humana existam coeficientes de aproveitamento como as notas das disciplinas escolares. A cada indivíduo era atribuído um índice variando de zero a dez de acordo com seu aproveitamento. Ao sujeito que obtivesse o melhor rendimento era conferida nota dez. Este ocuparia o topo da hierarquia do grupo. Da mesma forma que aquele que não conseguisse desenvolver sua atividade, permanecendo estante, receberia nota zero. Segundo Pareto, *“reunamos, pois, em uma categoria, as pessoas que possuem os índices mais altos em seus ramos de atividade, e a essa categoria daremos o nome de elite”*.<sup>33</sup> A teoria era complementada pelas noções de *elite governante*, composta por grupos que participavam do governo, e *elite não-governante*, que compreendia outras categorias privilegiadas. Assim, existiam em toda sociedade dois grandes grupos: um estrato que formava a elite (dividido em dois) e a não-elite (as massas).<sup>34</sup> Para Cristina Buarque de Hollanda, *“embora do marxismo o autor aproveite a perspectiva da luta de classes, opõe a ele a tese de que todo sistema político, mesmo o comunista, produz uma pequena classe exploradora em oposição a um grupo extenso de homens explorados”*.<sup>35</sup> Nessa perspectiva, a oposição entre dominadores e dominados não seria um princípio do capitalismo, mas uma condição humana.<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup> *Idem*, p. 21.

<sup>33</sup> BOTTOMORE, *Op. cit.* p. 08.

<sup>34</sup> *Idem*, p.09

<sup>35</sup> HOLLANDA, *Op. Cit.*, p. 23

<sup>36</sup> *Idem, ibidem*. Na perspectiva sociológica *classe* é um dos conceitos mais importantes no estudo da estratificação. Ver JOHNSON, ALLAN G. **Dicionário de Sociologia**. Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1997. p.37; A ideia que fazemos de classe é a de uma divisão social que resulta da distribuição desigual de vantagens e capital. Para Karl Marx a divisão em classes baseia-se em diferença nas relações entre indivíduos e os meios de produção. JOHNSON, *Op Cit.*, p.37; Nas sociedades capitalistas os meios de produção são controlados por uma única classe, a burguesia. Percebe-se em Marx que a sociedade é movida por uma luta intensa entre “classe superior”, que chamou de dominantes, e “classe inferior”, que chamou de dominados. *Disso resulta que os que “empreendam uma guerra de classe tenham um mesmo grito de combate, uma bandeira idêntica que simbolize a união em prol da ideia comum”*. No entanto, a classe em Marx não se reduz ao proletariado e a burguesia. *“As demais incluíam a aristocracia e os donos de terra e o lumpemproletariado, ou subclasse, que nenhuma relação mantém com o processo de produção”*. Ver MARX, Karl. **O capital**. Edição condensada. 3ª ed. Edipro Editora. São Paulo, 2012. p.25; Já Para Max Weber, o conceito de classe está relacionado à situação dos indivíduos dentro da ordem econômica, posição de vida e natureza do poder. Desta forma, as classes chegam a formar associações de interesse comum, podendo haver uma mudança de classe de acordo com o sucesso pessoal ou na

Por fim, encontramos as ideias de Robert Michels. Inspirado em Mosca, ele também percorreu o universo político do conceito de elite. Sua tese gira em torno das noções de “organização” e “oligarquização”. Para Michels, todo partido consiste no fenômeno de concentração de poder nas mãos de uma minoria. Seu mote foi denominado “lei férrea da oligarquia”, segundo o qual, *“a organização é a mãe do predomínio dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os delegantes. Quem diz organização diz oligarquia”*.<sup>37</sup> Vinculado à militância socialista do início do século XX, na Alemanha, o autor não se furtou das críticas à retórica do partido. Ao analisar a obra de Michels, Cristina Buarque de Hollanda diz que nas bases do pensamento daquele autor, *“o poder tem uma natureza conservadora e corruptora capaz de subverter os ideais originais do socialismo. Nessa perspectiva, a consolidação do partido avança na medida inversa da energia revolucionária”*.<sup>38</sup>

Para António Manuel Hespanha, os teóricos das elites que desenvolveram suas obras no decorrer do século XIX foram importantes para a sistematização dos estudos através de um enfoque individualista. Ele acredita que a história das elites viveu momentos distintos durante os primeiros anos. Um primeiro relacionado ao exercício do poder, onde indivíduos estavam escondidos por trás das instituições, e dessa forma, o poder não possuía rostos. E um segundo momento, sobretudo promovido pelo marxismo relacionando-se às sociedades de classes.<sup>39</sup> Segundo Hespanha, o materialismo histórico causou uma desformalização com relação aos esquemas jurídicos que produzia os locais institucionais, que substituiu os antigos esquemas por máscaras tipificadas no processo social de produção chamando-as de classes.<sup>40</sup> Assim, a perspectiva marxista enxergou o termo elite como se referindo a grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem *status* elevado em uma sociedade.

---

sucessão das gerações. Weber faz um comentário sobre as classes em Karl Marx e afirma que este pretendia ocupar-se da classe do proletariado, entretanto, observou progressivamente o processo de transito da classe e a relação entre proletariado e burguesia. Cf. WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. V.1. Ed. UNB. Brasília. 2009, p.202; Marx concentrou seu trabalho nas sociedades capitalistas e o controle que a classe alta mantém sobre os meios de produção. O distanciamento entre Marx e Pareto ocorre em relação à forma de trânsito, isto é, no processo de formação dos grupos que ocupam melhores posições. Enquanto Marx acredita que estes grupos estão relacionados ao domínio dos meios de produção, Pareto defende que em cada grupo existem indivíduos que ocupam lugar de destaque, seja por dominar determinado ramo de atividade, seja por reconhecimento social.

<sup>37</sup> BOBBIO, *Op. Cit.*, p. 386

<sup>38</sup> HOLLANDA, *Op. Cit.*, p. 34.

<sup>39</sup> Apesar de Mosca, Pareto e Michels não assumirem suas vinculações com o marxismo, incluíram em suas teorias o conceito de classe e ação política.

<sup>40</sup> HESAPANHA, *Op. Cit.*, p.40

Ainda na opinião de Hespanha, atualmente a historiografia que lida com elites continua observando de forma muito tradicional o poder que faz das elites, elites.<sup>41</sup> Deste modo, habitualmente o lugar de destaque dentro de um grupo é ocupado por aqueles que detêm o poder político, econômico, cultural ou religioso. Isso porque o tecido social estudado por muito tempo correspondeu ao plano das grandes personalidades, e esta herança persiste em *flashback*. Todavia, para esse autor, é preciso multiplicar os espaços de emergência das elites conferindo maior autonomia e visibilidade para os grupos subalternos.<sup>42</sup> Seria preciso assumir que as elites “*exprimem de formas não monótonas o seu poder social. Ou seja, que os seus sinais distintivos, a sua visibilidade, as suas formas de hegemonia, o tipo de dependências que suscitam são muitos diversos, não podendo reduzir a um modelo único*”.<sup>43</sup> Essa concepção nos faz perscrutar sinais invisíveis que sustentam os poderes periféricos, e que produzem “*os mesmos efeitos de mandos, enredando o dependente em gaiolas douradas de afectos e gratidões ou em ilusórias aparências de domínio*”.<sup>44</sup> Isso nos leva, na visão de Hespanha, a ter que reavaliar a estruturação das elites. Conceitos tradicionais devem ser postos em xeque para que as coisas possam ser vistas de uma óptica microscópica para que “*as dimensões interindividuais do poder, absolutamente invisíveis irrelevantes ao nível de um grande espaço social (digamos, de um país), tornam-se altamente significativas na microescala de um pequeno grupo*”.<sup>45</sup>

Assim, a elasticidade conceitual do termo “elites” possibilita que categorias sociais antes marginalizadas sejam melhores analisadas. Do ponto de vista sociológico, os debates podem indicar a existência de poderes periféricos que não são absorvidos pelo aparelho do Estado, mas mesmo por nascer fora, não são reduzidos. “*Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado*”.<sup>46</sup> Nessa perspectiva, o poder não seria uma peculiaridade dos indivíduos mais ricos, mas um princípio distintivo para aqueles que coadunam privilégios e ocupam posições de destaque em seu grupo social.

Dessa maneira, em todas as camadas existem aqueles indivíduos que detêm o poder e privilégios, e com isso alcançam as melhores posições dentro do grupo. De alguma forma, estes indivíduos se tornam governantes impondo suas decisões e conduzindo os assuntos de

---

<sup>41</sup> *Idem*, p. 40

<sup>42</sup> *Idem*, p.41

<sup>43</sup> *Idem*, p.43

<sup>44</sup> *Idem*, p.44

<sup>45</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>46</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 29ª ed. Editora. Graal. Rio de Janeiro, 2011. p. 12

interesse coletivo. Essa concepção de elite é o que dá significado ao exercício de poder e prestígio por alguns escravos e forros na América portuguesa, onde a escravidão e a segregação racial impunham limites para maior parte da população. Nas sociedades coloniais, como é o caso do Brasil, entre os séculos XVI a XIX não se pode deixar de *considerar* a marca indelével da escravidão e dos esquemas sociológicos que seccionaram a colônia. Por outro lado, não podemos exaurir a participação dos pretos e pardos na constituição dos micropoderes que circularam na América portuguesa, pois “(...) *as elites subalternas, dos negros, dos escravos, das religiosidades africanas, que funcionam, naturalmente, com modelos de organização, com sinais de prestígio ou modelos de visibilidade, diferentes das elites tradicionalmente estudadas, mas com efeitos muito permanentes, generalizados e eficazes de organização dos poderes*”.<sup>47</sup>

Dessa forma, a formação das elites na América portuguesa está relacionada às múltiplos mecanismos como o enriquecimento fundiário e o serviço real. Ainda no século XVI, os indivíduos que chegaram ao Brasil estiveram envolvidos com a conquista do território e acompanhavam os primeiros donatários na tarefa de construir as primeiras unidades de produção açucareira e lutar contra a resistência indígena. Pelos serviços prestados, tais indivíduos recebiam variadas parcelas de terras como recompensa, que passaram a converter em capital simbólico de prestígio e poder. Por mais de dois séculos, esta foi a forma encontrada pelos portugueses que desembarcavam na América para conquistar os privilégios da monarquia, no entanto a partir do século XVIII, com o desenvolvimento urbano, a diversificação de atividades produtivas e o crescimento da população local, tudo isto ajudou a possibilitar o surgimento de novas elites, sobretudo aquelas que eram ligadas ao comércio. De acordo com Antônio Carlos Jucá, a história desse período estava intimamente relacionada ao trato mercantil.<sup>48</sup> Do ponto de vista social, o século XVIII representou uma maior visibilidade para o grupo de mercadores que, segundo Cláudia Maria Chaves, esteve relacionado à política reformista do Marquês de Pombal.<sup>49</sup> Sobre o grupo mercantil e sua participação na vida política, econômica e social do Império a autora afirma que as reformas de meados do século XVIII,

---

<sup>47</sup> HESPANHA, Op. cit., p.43

<sup>48</sup> Cf. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e Negociantes**. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 2007.

<sup>49</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Arte dos negócios: saberes, práticas e costumes mercantis no Império Luso-brasileiro**. Atas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2 a 5 de Novembro de 2005.

*“retirou deles a mácula de pertencer a extratos sociais inferiores, marcados pelo “defeito” dos ofícios mecânicos. Tratava-se de definir novos vocábulos sociais que, ao mesmo tempo em que colocava mercadores e negociantes em escalas sociais distintas, dignificava, através de uma nova racionalidade, a atividade e o papel social de ambos. O novo status social conferia aos “homens de negócio” a ideia de pertencimento à elite econômica e social”.*<sup>50</sup>

Na América portuguesa, esta elite conseguiu romper com as antigas querelas alimentadas pela elite fundiária, sobretudo com os senhores de engenhos e lavradores de cana, que ao exportar para a América os ideais da nobreza lusitana, vetavam aos negociantes sua inserção nas instituições da administração colonial.

### 1.1. As elites no Império português

*“Necessario he logo que haja prêmios , para que haja soldados; e que aos prêmios se entre pela porta do merecimento: dem-se ao sangue derramado, e não ao herdado somente: dem-se ao valor, e não à valia”*<sup>51</sup>

As conquistas portuguesas do século XV e XVI trouxeram para a Europa a abertura das rotas oceânicas ocidentais e orientais. O Estado português contabilizava então, uma população de 1 (hum) milhão de habitantes distribuídos em cidades que não passava de 40 mil almas.<sup>52</sup> De acordo com dados numéricos de 1527, Portugal tinha cerca de 1.377.000 habitantes, com as massas populacionais concentrando-se nas províncias do Douro e Minho, e no nordeste do território, região da Beira.<sup>53</sup> Com isso, as elites portuguesas: médicos, advogados, juízes, oficiais municipais, funcionários da Coroa totalizavam pouco mais de um milhar de indivíduos no final do século XV.<sup>54</sup>

<sup>50</sup> *Idem*, p.01

<sup>51</sup> Pe. Antonio Vieira, **Sermoens do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu, visitador da Provincia do Brasil, Pregador de Sua Magestade. Sexta Parte.** Na Officina de Miguel Deslandes. Lisboa, MDCLXXX. p. 398. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01952580>; acesso em: 10/03/2011. Para Rodrigo Ricupero, a lógica da troca de serviços por mercês foi utilizada por Portugal desde os tempos da reconquista, porém as especificidades locais conduziram para a formação de sociedades diferentes. Com isso, as elites foram moldando suas relações com o reino a partir do valor de suas conquistas. Ver em RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530 – c. 1630.** Alameda. São Paulo, 2009.

<sup>52</sup> BOXER. Charles. **O império marítimo português.** Companhia das Letras. São Paulo, 2002. p.18

<sup>53</sup> HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviatã.** Editora Almedina. Coimbra. 1994, p.73

<sup>54</sup> BOXER. Op.Cit. p.23

As conquistas atlânticas a partir de 1415 transferiram uma massa significativa de trabalhadores rurais, urbanos e das elites para as viagens marítimas. A elite mercantil teve papel preponderante ao lado da monarquia, pois parte dos recursos captados pelo rei advinha dos comerciantes portugueses. Os primeiros entrepostos comerciais na costa africana serviram para estabelecer relações entre as nações africanas e os agentes da Coroa lusitana, assim também como para criar redes mercantis que promoviam o tráfico de escravos. Durante alguns anos, mercadores, militares e funcionários régios limitaram-se a conduzir os conflitos ou realizar um comércio de escravos a partir das embarcações portuguesas que navegavam pela costa rumo ao sul ancorando nos portos favoráveis.<sup>55</sup>

Tomando os primeiros anos de ocupação dos territórios coloniais como África, Índia e América portuguesa, destaca-se o papel proeminente das elites coloniais para o fortalecimento do poder régio, como também para a constituição dos patrimônios particulares. Na América portuguesa, ou em qualquer parte do Império português, uma porção importante das elites foi composta em virtude de sua participação nas conquistas, o que posteriormente teria contribuído para a consolidação de um patrimônio adquirido com prêmios e mercês, que por sua vez, garantiu a execução das tarefas de colonização.<sup>56</sup> Nesse momento, dois grupos se destacaram na formação dos estratos dominantes: um exportado para as áreas conquistadas, para o exercício das funções administrativas como governadores, militares e funcionários régios. Estes não podem ser considerados elites coloniais, por não amarrarem vínculos com a terra, e estarem em constante movimento dentro do Império.<sup>57</sup> A respeito desse grupo, ele era formado por burocratas adestrados nos negócios do reino e do oriente, muitos dos quais haviam sido militares com notável experiência e leais ao rei.<sup>58</sup> Para Faoro, o funcionário era a sombra do governante. Em sentido amplo, a participação na burocracia transformava o portador do cargo público numa autoridade. A investidura da função permitia a marca da nobreza, já que esta era atributo do “nobre de sangue” ou do cortesão criado nas dobras do rei. Assim o exercício público infundia um acatamento aristocrático aos súditos.<sup>59</sup>

O segundo grupo foi formado pelos colonos envolvidos diretamente com a colonização. Uma parcela desses conquistadores recebia como prêmios terras, cargos e tenças.

---

<sup>55</sup> *Idem*, p. 41

<sup>56</sup> RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530 – c. 1630**. Alameda. São Paulo, 2009. p. 23

<sup>57</sup> Cf. RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530 – c. 1630**. Alameda. São Paulo, 2009.

<sup>58</sup> FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Ed. Globo. 8ª ed. Rio de Janeiro. 1989. p.115

<sup>59</sup> *Idem*, p. 175.

Afirma Ricupero que em períodos posteriores ao processo de colonização houve uma inversão no processo de formação das elites. Não era mais o exercício do cargo ou da conquista que fornecia os indivíduos que compunham as elites, mas estas já estabelecidas é que forneciam os quadros para a administração.<sup>60</sup> Na maior parte das vezes, a proximidade com o poder permitia facilidade para obtenção de terras, escravos e algumas vantagens.<sup>61</sup>

É importante salientar que ao lado dos objetivos de conquistar terras e riquezas, algumas vezes traduzidas em metais preciosos, o comércio teve importância tanto para a Coroa quanto para a valorização social da elite mercantil. A aliança entre o monarca e a burguesia alcançou maior significado quando parte desse grupo se estabeleceu nos entrepostos comerciais a fim de assegurar os interesses próprios e os da monarquia. O comércio com certas regiões e de algumas mercadorias era considerado monopólio da Coroa portuguesa, realizado em seu proveito ou daqueles nomeados por ela.<sup>62</sup>

Como bem apontou Vera Lúcia Acioli, privilegiar o grupo economicamente dominante, dando-lhe poder através da concessão de postos e funções no exercício militar e administrativo do Estado, indicava ser o principal recurso utilizado pela monarquia portuguesa em suas várias colônias, e isso talvez explique a manutenção do Império por quase 400 anos ou da própria América portuguesa por mais de três séculos.<sup>63</sup> Nesse sentido, os elementos recrutados para compor os cargos administrativos eram oriundos dos grupos que dominavam economicamente as colônias, conseqüentemente, *“a elite econômica, tornava-se, deste modo, a elite social e governamental”*.<sup>64</sup>

Através da iniciativa de particulares, Portugal pode dar início ao processo de colonização e conquista do território. Dessa forma, *“a Coroa utilizava recursos humanos e financeiros particulares para viabilizar seus projetos, sem que lhe coubesse nenhum ônus, cedendo, em troca desse apoio, terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos”*.<sup>65</sup> É importante salientar que a outorga de prêmios em favor dos vassallos e súditos de El Rei estabelecia um compromisso entre ambas as partes, mas isso não significou a descentralização política portuguesa.

---

<sup>60</sup> RICUPERO, *Op. Cit.*, p. 23

<sup>61</sup> *Idem*, p. 22

<sup>62</sup> BOXER, *Op. Cit.*, p. 63

<sup>63</sup> ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial**. Editora Universitária. Recife, 1997. p. 01

<sup>64</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>65</sup> RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530 – c. 1630**. Alameda. São Paulo, 2009.p. 13.

*“Assim, os mais altos cargos governamentais, quando não preenchidos por pessoas da inteira confiança do rei, oriundas de Lisboa, eram ocupados por elementos recrutados na classe que dominava economicamente a colônia, o que assegurava o seu apoio e, conseqüentemente, o fortalecimento real. A elite econômica, tornava-se, deste modo, a elite social e governamental”*<sup>66</sup>

Os conquistadores, ao se enraizarem na colônia, almejavam adquirir prerrogativas semelhantes as da nobreza lusitana. O fiel serviço na conquista e manutenção do território após render-lhes cargos, terras e honrarias, permitiram-lhes os títulos nobiliárquicos que davam o direito de se arrogarem “a nobreza da terra”. Na América portuguesa, *“uma elite social ciosa de sua diferença de estatuto havia sido criada, ou reinventada seguindo o modelo europeu (...)”*.<sup>67</sup> Diante da estagnação social vivida em Portugal, a ida para Brasil adquiria significados cada vez mais ambiciosos: conquista de terras, busca por metais preciosos, rendas ou qualquer tipo de recompensa que pudesse render alguma distinção. A concessão dos direitos de exploração aos particulares gerou na América portuguesa um território sem fronteiras entre o público e o privado. *“Esperava que, por exemplo, os detentores dos cargos dessem conta das tarefas exigidas, inclusive arcando com a própria fazenda, ou que a concessão de determinado posto estivesse vinculado a alguma obrigação que exigia gastos de recursos pessoais”*.<sup>68</sup>

Os investimentos materiais e humanos na conquista e manutenção do território promoveram a ascensão de simples indivíduos portugueses em nobreza da terra, uma nobreza distante daquela existente em Portugal, mas que buscava brechas entre os estatutos para se aproximarem da condição social da nobiliarquia portuguesa. As *“famílias que se arrogavam à condição de nobreza principal da terra achavam-se equivalentes aos fidalgos cavaleiros da casa real, embora seu estatuto aristocrático estivesse longe de ser plenamente reconhecido pela monarquia”*.<sup>69</sup> Contudo, consideravam-se nobres porque *“por oposição ao grupo mercantil, assentavam nas sesmarias recebidas, destinadas a engenhos ou fazendas de criatórios, e ao número de escravos possuídos os esteios de seu prestígio”*.<sup>70</sup>

<sup>66</sup> ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflitos**. Editora Universitária. Recife, 1997.p.01

<sup>67</sup> FRAGOSO, João Luis. **Conquistadores e Negociantes**. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 2007. p. 23

<sup>68</sup> RICUPERO, Op. Cit. p.14

<sup>69</sup>FRAGOSO, João Luis. **Conquistadores e Negociantes**. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 2007. p. 20

<sup>70</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. Ed. Unesp. São Paulo, 2005. p. 131

Para Maria Beatriz Nizza da Silva a propriedade fundiária não pode ser encarada como medida que tenha permitido o tratamento do ser “nobre”. Logo, nobreza e fortuna não se conjugaram na América portuguesa, e aqueles que conseguiram se efetivar na nobiliarquia foi porque formalizaram as honras por meio de instrumentos de nobilitação da monarquia como os foros de fidalgo da Casa Real, hábitos das ordens militares, postos da oficialidade nas ordenanças, morgados e os cargos camarários.<sup>71</sup>

No início da colonização os comerciantes viviam da partilha dos principais postos na administração colonial. Hostilizados pela nobreza territorial travaram verdadeiras lutas pela inserção no direito de ocupar cargos, patentes e estar entre os *homens bons* das Câmaras coloniais. “*Para essa nobreza, os negociantes não se encaixavam em nenhum daqueles perfis, uma vez que tais empresários tinham origem plebeia e mecânica, e apenas por possuírem cabedais alguns conseguiam viver segundo a lei da nobreza*”.<sup>72</sup>

As Câmaras e irmandades tiveram papel preponderante na formação e circulação das elites coloniais. As primeiras obedeciam aos padrões portugueses, e, tanto em Portugal, quanto nas suas possessões da América representaram um dos tentáculos da Coroa na administração das vilas e cidades. Inicialmente, foram aquelas pessoas que auxiliavam nas conquistas do território, que converteram a posse da propriedade fundiária em privilégio de assumir os postos nas Câmaras, por isso receberam terras. Só a partir do momento em que o Rei reconheceu a importância dos comerciantes nos negócios ultramarinos é que a elite mercantil foi, às vezes, após intensos conflitos com a elite açucareira e fundiária, incorporada às instituições camarárias na colônia.

## **1.2 As Câmaras Municipais e as irmandades leigas como espaço do poder.**

As Câmaras Municipais foram uma das instituições que ajudaram a criar uma unidade para o Império português. As especificidades locais não representaram entraves para o estabelecimento dos mecanismos jurídicos, políticos e administrativos válidos na metrópole.<sup>73</sup> Assim, as Câmaras têm sido observadas pela historiografia como espaços destinados à execução dos mandos da Coroa. Contudo, os Conselhos movidos pelas particularidades socioculturais do Império português, serviram também como espaços para a circulação das

<sup>71</sup> *Idem*, p. 132

<sup>72</sup> FRAGOSO, João Luís. **Conquistadores e Negociantes**. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 2007. p. 25

<sup>73</sup> BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2003. p. 365.

elites locais e a manutenção de seus interesses. Para Charles Boxer, a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia podem ser consideradas os pilares da sociedade colonial portuguesa do Maranhão ao Oriente.<sup>74</sup>

Ambas representaram o projeto português de criar uma unidade para o Império. Seus partícipes apresentaram origens sociais semelhantes, constituindo as elites coloniais.<sup>75</sup> No contexto da colonização portuguesa, os conselhos foram observados pela historiografia da década de 1930 e 40 como “forças centrífugas”, que inviabilizaram a execução do poder central.<sup>76</sup> Com as interpretações de Raimundo Faoro, as câmaras passaram a ser compreendidas como extensão do poder metropolitano, e suas atribuições não configuraram especificamente a usurpação do poder pelas elites locais.<sup>77</sup> Recentemente a publicação de alguns trabalhos como os de Maria Fernanda Bicalho, Pedro Puntoni, Maria Aparecida Borrego e George Félix Cabral de Souza têm movido as interpretações para escalas microscópicas, observando as complexidades dos papéis das Câmaras. George Félix Cabral de Souza nos proporciona uma escala mais completa das funções e membros dos Conselhos, principalmente na Capitania de Pernambuco. Para ele, as Câmaras municipais foram instituições híbridas, já que nelas tramitavam questões administrativas, referentes ao abastecimento, sanitarismo, estruturação, ordenamento espacial, realização de procissões, recolhimento de esmolas, donativos eclesiásticos e a nomeação de oficiais para as tropas.<sup>78</sup> As atribuições judiciárias complementavam o quadro em primeira instância e legislativas como o papel de criar as “posturas” para gerir a municipalidade.<sup>79</sup>

A participação dos indivíduos nos Conselhos não apenas promovia a suas imagens, mas também permitia uma série de concessões por parte da Coroa, tais como: não podiam ser presos arbitrariamente; recebiam isenção de tortura judicial; não podiam ser acorrentados, exceto em casos de crime de lesa-majestade quando essa prerrogativa perdia a validade; estavam dispensados da obrigatoriedade do serviço militar, com ressalva aos ataques da vila, e

<sup>74</sup> BOXER, Charles R. Op. cit., p. 286

<sup>75</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>76</sup> Cf. PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1994

<sup>77</sup> Cf. FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 2ª Ed. Editora Globo. Porto Alegre. 1975; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **O município no Brasil colonial e a configuração do poder econômico**. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs). **O governo dos povos**. Alameda. São Paulo, 2009.

<sup>78</sup> SOUZA, George Felix Cabral de. **Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII**. Gráfica Flamar. Recife, 2003. p.82; sobre a indicação de oficiais para os postos da Ordenança ver. SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. Recife, 2003. p. 91

<sup>79</sup> Ver SOUZA, *Op. Cit.*, p. 82

seus animais e carroças estavam dispensados da serventia para as obras da coroa. Complementava os privilégios dos oficiais da Câmara o fato de poderem se comunicar diretamente com o monarca, e o recebimento de propinas em épocas de festas para acompanharem as principais procissões oficiais da Coroa portuguesa.<sup>80</sup> No tocante, as obrigações estavam às promoções de festividades, procissões religiosas e o suprimento das guarnições com alimentação e vestuário. Era função da municipalidade construir estradas, cuidar do sanitarismo, construir pontes e reformar prédios públicos sob sua administração, mas as despesas com as cerimônias oficiais serviam como pressupostos para justificar a incapacidade financeira. As arrecadações da Câmara provinham do aluguel de propriedades municipais como lojas, casas e armazéns, dos impostos sob a regulamentação da venda de produtos alimentícios e das multas aplicadas pelos funcionários como os almotaceis.<sup>81</sup>

A depender da câmara, os cargos camarários nobilitavam seus ocupantes devido às honras e os privilégios facilitados pela Coroa para a gente da governança.<sup>82</sup> Ao assumir a função da administração das vilas e cidades, os oficiais se tornavam agentes reguladores; representantes dos interesses particulares e porta-voz da política metropolitana. Seus membros eram indivíduos de elevada posição social, reconhecidos na localidade pelo termo “*homens bons*”.<sup>83</sup> Inicialmente, a estratégia adotada pela Coroa portuguesa repetia aquela do período da Reconquista contra os muçulmanos, usando a fundação de vilas como forma de garantir a ocupação e fixar as populações ibéricas no território.<sup>84</sup> Como a atribuição de criar as vilas era dos capitães donatários, eles que escolhiam os primeiros membros das câmaras. Posteriormente, essa política foi sendo sujeitada aos padrões utilizados no Império português, e os indivíduos passaram a ser eleitos através de um sistema de votação anual a partir de um grupo de eleitores escolhidos dentro de uma lista elaborada para um período de três anos.<sup>85</sup> Assim, as primeiras Câmaras criadas na América portuguesa tiveram como membros pessoas que provinham entre os proprietários rurais e os conquistadores.

O núcleo do conselho correspondia de dois a seis vereadores, dois juizes ordinários e o procurador. Estes possuíam direito de voto nas reuniões e eram chamados de *oficiais*.<sup>86</sup>

<sup>80</sup> BOXER, *Op. Cit.*, p. 290

<sup>81</sup> *Idem*, p. 288.

<sup>82</sup> BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. Ed. Alameda.São Paulo, 2010.p.141

<sup>83</sup> Em algumas ocasiões esses oficiais eram chamados de “povo”. BOXER, Charles R. *Op. cit.*, p.287

<sup>84</sup> SOUZA, George Felix Cabral de. **Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII**. Gráfica Famar. Recife, 2003. p. 70

<sup>85</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>86</sup> BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. Companhia das Letras.São Paulo, 2002. p.287

Abaixo destes servia o escrivão, o tesoureiro, os almotaceis, inspetores dos mercados, juiz de órfão, alferes, e o carcereiro, em algumas cidade e vilas.<sup>87</sup> Como percebeu Boxer, os oficiais não exerciam serviços remunerados, apesar de que os cargos proporcionavam privilégios, e principalmente na organização de festividades quando a participação dos vereadores vinha acompanhada do pagamento de propinas.<sup>88</sup> A inserção entre os oficiais e demais serventuários foi acompanhada de preceitos calcados, sobretudo na *honra*. Isto exigia condições de vidas específicas direcionando as relações para círculos fechados e para a reprodução dos valores dentro do sistema vigente.<sup>89</sup> Na maior parte do território português foi comum recorrer aos critérios étnicos e às atividades mercantis para desqualificar a participação nas câmaras.<sup>90</sup> Contudo, houve casos que a barreira racial e profissional imposta necessitou de afrouxamento como no caso da sociedade mineira, que no século XVIII, devido à escassez de indivíduos brancos, constituiu uma população mestiça com lugar na câmara.<sup>91</sup> *“Ia-se assim consagrando um padrão societário específico. A sociedade continuava estratificada segundo preceitos estamentais, mas comportava grau considerável de flexibilidade e mobilidade: os mulatos herdavam, os bastardos eram reconhecidos”*.<sup>92</sup>

Se a elite mercantil encontrou barreiras para se inserir nos conselhos municipais nos primeiros anos de colonização portuguesa na América. Já durante o século XVIII, encontramos a participação dos agentes mercantis em diversos conselhos da colônia, isso porque *“A progressiva ascensão dos mascates marcou uma nova era no interesse real em relação à política utilizada na colônia ultramarina (...) no início do século XVIII o Recife, comunidade portuária e mercantil, vai se tornando uma força política significativa, a ponto de fazer frente ao grupo dominante dos senhores de engenho”*.<sup>93</sup>

---

<sup>87</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>88</sup> BOXER, Op. Cit. p. 290

<sup>89</sup> Segundo Max Weber, a situação estamental proporciona condições positivas ou negativas. Positivamente está a honra, definida como o componente típico do destino vital humano que está condicionada por uma específica avaliação social (...). Com isso, a posse do dinheiro e a posição patrimonial não são qualificações estamentais, tão pouco a falta de bens constitui uma desqualificação estamental. Dessa forma, o modo de vida estamental baseia-se em particularidades de natureza profissional, carismático (prestígio), hereditário (estamento por nascimento), apropriação de poderes de mando político e de monopólios. WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. V.1. 4ª Ed. UNB. Brasília. 2009. pp.199-203; SOUZA, George Felix Cabral de. **Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII**. Gráfica Flamar. Recife, 2003. p.52

<sup>90</sup> *Idem.* p.53

<sup>91</sup> BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. Ed. Alameda. São Paulo, 2010. p.142

<sup>92</sup> SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra- política e administração na América portuguesa do século XVIII**. Companhia das Letras. São Paulo, 2006. p.168

<sup>93</sup> ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflito**. Editora Universitária. Recife, 1997. Pp.140-141.

Em São Paulo, a Câmara foi progressivamente admitindo agentes mercantis a partir dos cargos de menor escalão. Entre 1765 e 1800 a Câmara paulista contou com a participação de aproximadamente 173 oficiais de origem mercantil correspondendo a 61,84% do total para o período.<sup>94</sup> A estratégia adotada por alguns comerciantes foi a de ocupar os postos de menor representatividade como a almotaçaria, responsável pela fiscalização dos preços determinados pelo conselho, abastecimento da população e aferição das medidas de comprimento e peso.<sup>95</sup> Gradativamente foram alcançados os cargos de maior expressão. Todavia, o posto de juiz ordinário ficou reservado para os indivíduos de maior prestígio, sendo mais difícil o acesso dos *homens de negócio*.

As irmandades seguiram as tendências das Câmaras e foram, como tantos outros órgãos portugueses, espaços destinados à distinção e à manutenção das hierarquias sociais.<sup>96</sup> Algumas caridades como a Santa Casa e as irmandades do Santíssimo Sacramento foram redutos das aristocracias locais e acompanharam a marcha da colonização portuguesa, assim como se destacaram por reputar seus membros igualmente aos homens bons.<sup>97</sup> O culto ao Santíssimo Sacramento, estabelecido no final da Idade Média, exigiu uma ritualística rebuscada com requintes de ostentação e luxo. Isso significaria a promoção de ricas celebrações que nem sempre estaria à disposição das categorias mais pobres. Na América portuguesa, tal realidade foi acentuada através dos valores barrocos marcados pela hierarquização, dirigismo e segregação. As camadas populares não tinham a permissão de ingressar nas instituições que exigiam distinção social. As irmandades do Santíssimo Sacramento eram das que impunham algumas barreiras sociais. A procissão do Viático tornou-se prerrogativa de poucos, ou seja, aqueles que formavam o quadro de membros da instituição, pois como apresentava o compromisso do Santíssimo da vila do Recife, *“apenas qualquer irmão ou irmã [que] estiver em agonia de morte, se dará parte ao guarda [da igreja] para fazer sinal no sino, pelo qual virá o muito reverendo vigário, ou seu coadjutor*

<sup>94</sup> BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. Ed. Alameda. São Paulo, 2010. p.148

<sup>95</sup> Segundo George Felix Cabral de Souza, o grupo de almotacés era formado por duas categorias: os almotacés-maiores, em número de 24, um par para cada mês do ano; e os almotacés-menores, nomeados pelo conselho, e subordinados aos maiores. O termo é de origem árabe, AL-mohtacel, que significa “contar”. Para o autor, o cargo é o mais íntimo do cotidiano citadino. Suas atribuições implicam um contato direto com a cidade. Por sua vez, acreditamos que seria uma das funções mais sujeitas às corrupções. *“Pela amplitude de atribuições, o cargo de Almotacé era cobiçado ou detestado de acordo com a época. Quando as vias de abastecimento funcionavam normalmente, provendo os núcleos urbanos daquilo que era necessário à sobrevivência diária, o cargo era prestigiado e disputado. Embora normalmente eletivo, nessa situação era comum que os conselhos arrendassem o ofício, pelo lucro que poderia representar.”* SOUZA, George Felix Cabral de. **Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII**. Gráfica Flamar. Recife, 2003. p.50;

<sup>96</sup> BORREGO, *Op. Cit.*, p. 151.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*.

*ou administradores, e ao menos quatro irmãos, e se farão preces e officio d'agonia na presença do Santíssimo Sacramento*".<sup>98</sup> Essa qualificação influenciou o ingresso de pessoas reconhecidas socialmente, fazendo das irmandades do Santíssimo Sacramento um "reduto elitista". Apesar da devoção ao Santíssimo a entrada na instituição para compor o rol de membros ficava restrita à participação de pessoas ilustres e que sua reputação não interferisse na imagem da confraria. Isso significa dizer que, o Santíssimo Sacramento foi no Recife aquilo que as Santas Casas foram em outras partes do Império português: um espaço destinado à circulação das elites locais.

As irmandades e ordens terceiras, por sua vez, ficaram no primeiro momento, divididas de acordo com critérios étnico-profissionais, reforçando as hierarquias sociais até o século XVII. Nestas instituições de caráter leigo, o perfil de seus membros obedecia aos arranjos sociais vigentes, estando organizadas entre irmandades de brancos, pretos e pardos, além daquelas ligadas às atividades profissionais. Ainda neste sentido, algumas irmandades se destacaram por congregar pessoas das camadas sociais mais elevadas, como no caso do Santíssimo Sacramento que dificultava o acesso da população mais pobre ou de cor a esta instituição. Com isso, algumas irmandades e ordens terceiras eram formadas principalmente por senhores de engenhos, proprietários de terras, lavradores de cana, oficiais das Câmaras, militares e um variado número de funcionários da Coroa, nas quais podemos destacar a Santa Casa da Misericórdia, o Santíssimo Sacramento ou ainda a Ordem Terceira do Carmo e a de São Francisco. Nestas últimas, a elite mercantil teve uma maior presença, principalmente no Recife do século XVIII.

Ao longo de seu desenvolvimento histórico, as irmandades, serviram como espaços de relações políticas, sociais, culturais e econômicas, ultrapassando, assim o caráter religioso e caritativo que as caracterizou durante sua formação no final da Idade Média. Nas irmandades, os indivíduos exerciam sua religiosidade, como também procuravam realizar a negociação cultural e abrir vias para diversas formas de sociabilidade através das festas, procissões, sepultamentos, socorro aos membros e desvalidos, redes de compadrios, entre outros. Além disso, o cotidiano da sociedade passava pelas irmandades que em diversas situações se tornavam palcos para discussões pessoais, articulação política e transações econômicas. Inicialmente, as irmandades procuraram exigir os mesmos critérios de pureza de sangue para aceitação de seus membros assim como as que haviam em outras instituições. No entanto,

---

<sup>98</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. 1794. Capítulo XIV, "Das providências", p.15.

acompanhando o mesmo processo pelos quais passaram as Câmaras ao longo do século XVIII, principalmente no que se refere à aceitação do grupo mercantil, as irmandades terminaram por ser um dos principais caminhos para a inserção e reconhecimento das elites.

### 1.3. Recife e a Freguesia de Santo Antônio

Entre 1537, ano das primeiras referências documentais sobre o local, e 1630, momento da invasão holandesa, o povoado apresentou um tímido desenvolvimento limitando-se às atividades portuárias de carga e descarga da produção que chegava ou que deixava a capitania. Por quase dois séculos o Recife esteve integrado à jurisdição da Cidade de Olinda. De humilde povoado dependente da sede da capitania de Pernambuco (lugarejo habitado por pescadores, mascates e trabalhadores do porto), o Recife passou, ao longo do século XVII, por um *boom* econômico e social que culminou com seu desmembramento administrativo de Olinda.

O surgimento do Recife como uma povoação portuária representou a intermediação entre o setor rural e mercantil.<sup>99</sup> Assim, o espaço urbano, político e social foi sendo moldado através do dinamismo econômico e das facilidades proporcionadas pela privilegiada posição geográfica. No século XVI, o cotidiano do Recife era marcado pela simplicidade de seus casebres que pontilhavam a estreita faixa de terra chamada Arrecife dos Navios.<sup>100</sup> Já nos princípios do século XVII, como nos fala José Antônio Gonsalves de Mello, o Recife era “*um triste burgo que os nobres de Olinda deviam atravessar em ponta de pé, receando os alagados e os mangues*”.<sup>101</sup>

O estímulo inicial para ocupação da área foram as doações de terras com a condição de construir armazéns, casas de comércio e habitações para aqueles que desembarcavam no porto e não pretendiam abrigo em Olinda. Depois de 1580, o Recife foi aumentando e multiplicando a atividade mercantil. Nesse período, o açúcar pernambucano começou render lucros, e apesar dos conflitos entre índios e colonizadores pela posse da terra, a produção açucareira havia aumentado consideravelmente e, sendo o porto do Recife o principal escape

<sup>99</sup>BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **Pra reler o Recife e suas origens.** In:REZENDE, Antônio Paulo (org.). **Recife que história é essa?** Fundação de Cultura Cidade do Recife. Recife, 1987. p. 36

<sup>100</sup>PIO, Fernando. *Op. Cit.*, p.23

<sup>101</sup>MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influencia da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.** 2ª ed. Recife, CEPE, 1978; p.35

de mercadorias, uma promissora elite comercial foi progressivamente se fortalecendo no local.<sup>102</sup>

Após a expulsão holandesa, o Recife herdou uma infraestrutura diferente daquelas existentes em outras partes da América portuguesa: prédios administrativos, casas de comércios e residências de um ou dois andares onde os moradores desempenhavam no térreo as atividades mercantis.<sup>103</sup> As intervenções urbanísticas dos holandeses concentraram-se diretamente na Ilha de Santo Antônio, local escolhido para abrigar a maior parte dos prédios jurídicos e administrativos da WIC.

O Recife assumiu o posto de centro econômico da capitania, e após o período holandês se envolveu em um longo conflito jurisdicional com Olinda pela transferência da sede do governo. O retorno da sede para Olinda ou sua permanência no Recife dividiu a população. Dois “partidos” expunham seus motivos para tentar convencer a Coroa portuguesa. Os senhores de engenhos eram representados por homens como João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros que utilizavam argumentos militares e políticos para exigirem o retorno da administração. Do outro lado, Francisco Barreto de Menezes contrapunha-se, com fundamentos econômicos e militares<sup>104</sup>. O fato é que Barreto de Menezes era mercador e pensava nos seus negócios. *“Alegava que todas as conveniências do comércio de que dependia o aumento da capitania devia buscar o benefício público pelos meios da negociação e não pelo da reedificação”*.<sup>105</sup> Entretanto, em 1657 assumiu o governo da capitania Vidal de Negreiros, e de forma arbitrária, sem qualquer ordem do governador-geral ou da Coroa, impôs a transferência da administração para Olinda.<sup>106</sup> Na Bahia estava Francisco Barreto de Menezes que ocupava o posto de Governador-Geral, que repudiou a ação de Vidal.<sup>107</sup> De forma geral, era uma tentativa de manifestação de autonomia de um povo que visava atender os interesses próprios, depois os da metrópole.<sup>108</sup> Com isso, as disputas entre o Recife e Olinda que se assentavam em ordens jurídico-administrativas também eram refletidas em razões socioeconômicas alimentadas pelas queixas entre elite açucareira e a elite mercantil.

---

<sup>102</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>103</sup> Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influencia da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 2ª ed. Recife, CEPE, 1978; SOUZA, George Felix Cabral de. **Os homens e os modos da Governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII**. Gráfica Flamar. Recife, 2003.

<sup>104</sup> SOUZA, Op. cit., p.86

<sup>105</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>106</sup> SOUZA, Op. Cit., p.88

<sup>107</sup> SOUZA, George Felix Cabral de. **Os homens e os modos da Governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII**. Gráfica Flamar. Recife, 2003. p. 88

<sup>108</sup> ACIOLI, Op. cit., p.86

Diz-se que “no fim das safras, cada senhor de engenho devia uma soma considerável ao mascate que o tinha suprido, e então este inflexível credor instantaneamente o apertava, dando-o a escolher ou pagar-lhe no ano seguinte o duplo do que devia, ou entregar o açúcar a quatrocentos réis cada arroba (...)”.<sup>109</sup> Portanto, a mascataria apontava a origem do endividamento da açucarocracia como desordem de seus apetites, não medindo os gastos pelos cabedais, motivo pelo qual ajuntavam dívidas sobre dívidas.<sup>110</sup> Acostumados à estrutura montada pela Coroa, a qual concedia a posse de imensas propriedades, e que lhes possibilitava prestígio e visibilidade social, aos senhores de engenho viviam faustosamente de compras extravagantes. Alguns engenhos não rendiam nem o suficiente para dar manutenção ao necessário, mas a ostentação garantia-lhes *status*, fato que explicado pela cotidiana promoção de festas, banquetes e procissões.<sup>111</sup>

A entrada dos comerciantes em Pernambuco foi reforçada a partir de 1640, pois Portugal encontrava-se arruinado, fato agravado pelas constantes disputas com os Países Baixos e com acordos com a Inglaterra.<sup>112</sup> Isso promoveu uma intensa imigração portuguesa nas últimas décadas do século XVII. A procura de meios de subsistência que não encontravam na metrópole, muitos se direcionaram para Pernambuco, ocasionando alguns atritos, principalmente favorecidos pela experiência anterior da elite açucareira com o invasor holandês.<sup>113</sup> Os comerciantes, na maior parte de origem reinol, que já se colocavam entre os indivíduos mais ricos da terra, passaram a aspirar aos direitos políticos através dos cargos camarários. Contudo, a elite açucareira assentada na Câmara de Olinda vetava a presença da elite mercantil do Recife acusada de possuir defeitos mecânicos.

*“Agravava-se a tensão, posto que se viam os credores dominados politicamente por seus devedores, indivíduos que, paradoxalmente, muitas vezes eram marcados pela “mácula” do sangue semita. Vários governadores advertiram aos chefes da açucarocracia dos benefícios práticos de se aceitarem os homens de negócio como oficiais municipais. Em vão. Apenas aceitavam-se alguns dos mais abastados recifenses na municipalidade meramente como coadjuvantes: nunca*

---

<sup>109</sup> Apud, SOUZA, p.91

<sup>110</sup> SOUZA, p. 92

<sup>111</sup> ACIOLI, p. 31

<sup>112</sup> Idem, p. 29

<sup>113</sup> Idem, p. 30

*para os cargos principais, como o de juiz ordinário; sempre em minoria numérica”<sup>114</sup>*

Em outras capitanias, a inserção da elite mercantil nas Câmaras aconteceu de forma menos tumultuada do que em Pernambuco. Em São Paulo, por exemplo, a primeira metade do século XVII foi marcada pela intensa presença de comerciantes na Câmara. Naquela capitania, apesar de ocuparem cargos de menor importância e progressivamente aumentar suas esferas de atuação, muitos agentes mercantis ocuparam os postos de juiz, vereador e procurador.<sup>115</sup> A luta pela inserção na Câmara de Olinda fez os agentes mercantis estabelecidos no Recife apelarem para a Coroa justificando o papel preponderante que tinham na prosperidade econômica da capitania. Assim, *“graças às manobras dos mascates em Lisboa, onde se encontravam melhor representados que a nobreza da terra, em 1703, expediu-se ordem régia determinando que os do Recife pudessem entrar como votantes nas eleições municipais”*.<sup>116</sup> No entanto, em 1705, foram anunciados, através de cartas régias, os mercadores proibidos de ingressar na Câmara. Para atender aos critérios deveriam ser indivíduos que não trabalhassem em loja aberta, vendendo, medindo e pesando qualquer tipo de mercadoria.<sup>117</sup> Em 19 de novembro de 1709, foi expedida a ordem régia que tornou Recife uma vila independente de Olinda e autorizando a criação de sua própria Câmara Municipal.<sup>118</sup> Os acontecimentos posteriores à ordem régia culminaram na Guerra dos Mascates, termo criado por José de Alencar para ilustrar um dos seus romances. Antes de adquirir esse nome, os eventos ocorridos em Pernambuco entre 1710-1711, eram conhecidos como *“alterações de Pernambuco”*.<sup>119</sup>

Após as *“alterações”*, o Recife se firmou como o terceiro maior porto da América portuguesa. Isto habilitava sua inserção entre as principais rotas de comércio atlântico servindo como um dos canais de saída da produção das capitanias do norte e, ao longo do século XVIII, se consolidou como o principal centro do mercado regional.<sup>120</sup> Pelo porto do Recife passava a produção de açúcar, tabaco, algodão, pescado e couro. Destacava-se ainda

<sup>114</sup> SOUZA, p. 92

<sup>115</sup> BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. Alameda. São Paulo, 2010. pp.145-146.

<sup>116</sup> SOUZA, *Op. cit.*, p. 92

<sup>117</sup> *Idem*, p. 93

<sup>118</sup> COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. V.5. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1984, p. 151.

<sup>119</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. 2ª ed. Editora. 34. São Paulo, 2003. p. 15

<sup>120</sup> Cf. SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

pela navegação de cabotagem com os portos da Bahia e do Rio de Janeiro. Outras áreas também passaram a ser contempladas pelo comércio recifense como Minas Gerais e a região sul do Brasil.<sup>121</sup>

*“Es perfectamente posible afirmar que el perfil de las relaciones comerciales de Pernambuco rompe con el tradicional esquema binario colonia-metrópoli. El cuadro es bastante más complejo. El descubrimiento de oro en las regiones del centro-sureste de la colonia permitió la apertura de interesantes mercados para los productos negociados por los comerciantes de Recife. Utilizándose el río São Francisco como vía de penetración las mercancías llegaban a la zona de las Minas. Las zonas de minería de Goiás también eran atendidas por la producción pernambucana: ganado, caballos, carnes saladas – mercancía cuyo mercado estuvo dominado por las capitanías del noreste hasta el final del siglo XVIII –, sebo, sal, pescado, cueros y rapaduras, mercancías negociadas a cambio de oro. Las relaciones de Pernambuco alcanzaban puntos tan lejanos del imperio como era Goa, para donde salían anualmente 2 ó 3 navíos. Abiertos los puertos en 1808, el número de contactos comerciales se amplió, incluyendo la venta de azúcar, melaza y aguardientes a los Estados Unidos”.*<sup>122</sup>

No século XVIII, o Recife era formado por três áreas: Santo Antônio, Boa Vista e São Frei Pedro Gonçalves.<sup>123</sup> Porém a maior parte da população encontrava-se na Boa Vista (que ainda não era freguesia), apesar de Santo Antônio ser mais populosa e com o maior número de prédios administrativos e comerciais. Segundo os censos da segunda metade do século XVIII, a população das áreas centrais sofreu um rápido crescimento passando de 17 mil habitantes em 1782 para 21 mil em 1788.<sup>124</sup> Em 1809 Henry Koster nos dá a cifra de aproximadamente 25 mil habitantes vivendo nas três principais áreas do Recife. O viajante percebia o crescimento vertiginoso da área onde novas casas eram erguidas e por todas as partes se viam novos alicerces sendo construídos. Por volta do início do século XIX, a Ilha de Santo Antônio se tornou um dos principais pontos de comércio a retalho e de efervescência política do Recife.

<sup>121</sup> *Idem.*

<sup>122</sup> *Idem.* p. 28

<sup>123</sup> Cf. SILVA, Gian Carlo de Melo. **Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial (1790-1800)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

<sup>124</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado) p. 73.

Ainda segundo Koster, “*S. Antônio, bairro central, é composto inteiramente de casas altas e de ruas largas, e se estes edifícios tivessem alguma beleza haveria um certo ar de grandeza, mas são muito altos para sua largura e a parte térrea serve para lojas, armazéns, oficinas, coceheiras e outros usos semelhantes*”.<sup>125</sup>

A importância econômica e social de Santo Antônio foi confirmada através de sua elevação à categoria de freguesia em 1789, desmembrando-se de São Frei Pedro Gonsalves.<sup>126</sup> Apesar da tardia decisão, desde a década de 40 do século XVIII, a população e autoridades já percebiam o rápido crescimento da área, fato este que incentivou a divisão da freguesia em duas. Um dos reflexos dessa divisão foi a iniciativa dos irmãos do Santíssimo Sacramento da Matriz do Corpo Santo, na freguesia de São frei Pedro Gonçalves, para criar uma nova irmandade em Santo Antônio que pudesse servir aos sacramentos da Igreja naquela área. A irmandade do Santíssimo Sacramento multiplicava seus esforços e de seus sacerdotes no sentido de levar aos doentes e moribundos o conforto da Eucaristia.<sup>127</sup> Em 1742, iniciou uma intensa campanha para criar uma nova matriz na Ilha de Santo Antônio. Já por volta de 1748, o Mestre de Campo José Vaz Salgado arrematou o prédio de uma antiga casa de pólvora do Recife, transferida anos antes para o Forte do Matos, com a intenção de construir ali a nova matriz. Todavia, apenas em 1752 as chaves do prédio foram entregues à irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja do Corpo Santo, que a partir desse momento começou levantar fundos através das esmolas da mesa e da população da própria Ilha de Santo Antônio, para a construção da Igreja que abrigaria mais uma irmandade dessa devoção.<sup>128</sup>

Chama-nos a atenção o número de igrejas, ordens terceiras e conventos construídos na freguesia de Santo Antônio<sup>129</sup>, entre estas a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento e a criação de uma irmandade de mesmo nome, que possibilitou uma maior visibilidade para as elites políticas e econômicas da freguesia. A partir de 1791, quando a irmandade passou a

<sup>125</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. 2ª ed. Secretaria de Educação e Cultura do estado de Pernambuco. Recife, 1978. p.30

<sup>126</sup> PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**, v. 6. Fundarpe. Recife, 1984. p. 538

<sup>127</sup> PIO, Fernando. *Op. cit.*, pp. 27-33

<sup>128</sup> *Idem*, p. 28

<sup>129</sup> Podemos salientar que a divisão da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, também chamada de Recife, além de corresponder aos fins administrativos e eclesiais foi fundamentada pela importância política e econômica dos moradores de Santo Antônio. A alternativa encontrada com a criação de outra freguesia pode ter desafiado os serviços paroquiais e sacramentários do Santíssimo Sacramento, mas deu também maior autonomia a uma elite mercantil estabelecida naquela localidade. A importância da freguesia pode ser evidenciada através dessa iniciativa, que daí por diante fez a nova irmandade sobrepor-se a sua congênere sediada na freguesia do Recife, suplantando-a em número de membros e poder econômico. Isso proporcionou aos moradores de Santo Antônio uma maior visibilidade e a promoção de luxuosos eventos religiosos como festas e procissões.

funcionar, os homens mais importantes da área passaram a frequentar aquele espaço, reproduzindo os valores vigentes na sociedade recifense do final do século XVIII, como também promovendo festas, procissões, sepultamentos, missas e diversas solenidades da Igreja Católica. Além disso, o Santíssimo Sacramento funcionou como um palco de representações, sociabilidade e disputas pelo poder, refletido em homens que se consideravam os mais ilustres, abastados de bens e assistentes na localidade.

## 2. AS IRMANDADES LEIGAS EM PERNAMBUCO COLONIAL

Nascidas na Península Ibérica, no final da Idade Média, as irmandades foram exportadas para a América portuguesa ainda nos anos iniciais de ocupação.<sup>130</sup> De início, reunindo leigos que procuravam suprir as necessidades espirituais e assistencialistas de seu grupo, logo as irmandades serviram aos objetivos do Estado português e da Igreja no processo de colonização e expansão da fé cristã, além de se destacarem como espaços para o exercício da sociabilidade, sobrevivência e resistência de diferentes grupos sociais.<sup>131</sup> Cada irmandade possuía seu santo específico e em troca de proteção, graças alcançadas ou *status quo* organizavam pomposas homenagens, desembolsava elevadas quantias financeiras.<sup>132</sup> Dessa forma, as irmandades se consolidaram como um dos principais veículos de propagação do catolicismo popular na América portuguesa e alcançaram maior visibilidade no século XVIII, já que suas festividades e procissões se tornaram privilegiados meios de comunicação externa e sociabilidade.

Na América portuguesa, as irmandades foram organizadas seguindo critérios étnicos e profissionais, agrupando separadamente brancos, pretos e pardos; em outras, músicos, pescadores, marceneiros entre outros. No interior dessas associações se criavam canais de solidariedade, sociabilidade e negociação cultural. Entre as irmandades mais importantes, podemos destacar as Santas Casas da Misericórdia, o Santíssimo Sacramento, o Rosário dos Homens Pretos e a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento. As que tinham maior prestígio social eram as do Santíssimo e as Santas Casas, e algumas Ordens Terceiras como a do Carmo e São Francisco compostas pelas elites econômicas, políticas e intelectuais da localidade.

Nas irmandades como o Santíssimo Sacramento, era exigido o pagamento de elevadas quantias chamadas de “esmolas e anuidades” que diminuía ainda mais as possibilidades de inserção a estes espaços por parte das camadas sociais mais baixas. Dessa mesma forma se proibia o acesso dos trabalhadores manuais á tais locais, uma vez que não possuíam prestígio social, porque carregavam no sangue as “máculas” mecânicas.<sup>4</sup>

<sup>130</sup>SAMPAIO, Juliana da Cunha; VASCONCELOS, Myziara Miranda. “Da legislação que os confrades devem seguir: apresentação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Recife, 1772 “. In: SILVA, Kalina Vanderlei (org). *Ensaio Culturais sobre a América portuguesa*. Série Publicações eletrônicas do GEHSCAL. V.1. EDUPE, Recife. 2008.

<sup>131</sup> BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário- devoção e solidariedade em Minas Gerais (século XVIII e XIX)*. Editora UFJF. Juiz de Fora, 2005.

<sup>132</sup> Cf. REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras. São Paulo, 2009.

As confrarias do Santíssimo Sacramento eram espaços elitistas. As primeiras delas foram estabelecidas na América portuguesa no século XVII, e admitiam senhores de engenho e lavradores de cana que compunham a elite açucareira pernambucana, filha dos primeiros conquistadores da capitania. No século XVIII algumas irmandades do Santíssimo permaneceram como “redutos aristocráticos”, mas a maior parte passou a admitir a elite mercantil que começava ganhar prestígio na América portuguesa. As confrarias tinham entre suas funções a organização de festas, missas e sepultamentos, mas implicitamente representavam social e politicamente os diversos grupos sociais.<sup>133</sup>

As irmandades tiveram como objetivo promover o culto a um santo protetor e assistir seus membros em diversas situações como realização de missas, sepultamentos, unção, promoção de festas e procissões. Todos os irmãos deveriam obedecer aos critérios expostos no estatuto compromissal. Estes estatutos se amparavam num modelo padrão que estabelecia as datas festivas, as eleições, o recolhimento de esmolas, a entrada dos irmãos, as condições de contratação de párocos e o funcionamento da mesa dirigente. Algumas vezes, as organizações fraternais reproduziam o modelo das congêneres ibéricas.<sup>134</sup> Este era um recurso que as mesmas encontravam para se aproximar das prerrogativas concedidas pela monarquia às instituições mais notáveis. Com isso elas serviram na América portuguesa para nobilitar seus membros, fato que pode explicar a participação de um mesmo indivíduo em várias confrarias.

Além das razões de ordens devocionais, as irmandades se destacaram pela acumulação de riquezas. A aquisição de seus patrimônios advinha da arrecadação de “esmolas de entradas”, esmolas coletadas à porta da igreja e nas ruas da freguesia, doações (legados), sepultamentos, batismos e casamentos (administrados pelas confrarias proprietárias do templo) e o aluguel de imóveis. A administração desse patrimônio gerou conflitos entre as irmandades, a Igreja Católica e Coroa portuguesa, já que todos pretendiam administrar as diversas fontes de captação de recursos. Assim, o Estado procurou controlar, através do padroado, os recursos financeiros dessas instituições: um dos canais de aquisição de sua riqueza. Além disso, as disputas ficavam também entre os irmãos. O exercício de alguns cargos prestigiados como juízes, escrivães e tesoureiros possibilitavam ao ocupante visibilidade social e algumas facilidades do Estado como mercês, honras e títulos.

---

<sup>133</sup> REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** Companhia das Letras. 2009, p. 53

<sup>134</sup> BORGES, Celia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – século XVIII e XIX.** Ed. UFJF. Juiz de Fora, 2005. pp. 43-116

Em Pernambuco colonial as irmandades acompanharam o desenvolvimento urbano das principais áreas produtoras de açúcar, assim, podemos destacar Goiana, Igarassu, Olinda e Recife, nas quais as irmandades contribuíram com a propagação do catolicismo popular, a manutenção das hierarquias sociais ou como veículos de resistência e negociação cultural. Nessas áreas, assim como em outras da América portuguesa, as irmandades organizavam festas, procissões, sepultamentos, o socorro aos moribundos, aos pobres, aos prisioneiros e aos desvalidos. Além disso, chama-nos a atenção pela adoração a diversos oragos como demonstração de devoção, e na construção de suntuosos templos, que ajudavam a demarcar a extensão territorial das vilas e cidades açucareiras. É importante frisar que além das Irmandades mais conhecidas como as que citamos em trechos acima, existiam outras menos conhecidas, mas não menos importantes como as irmandades de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, Nossa Senhora do Bom Parto da Igreja de Guadalupe e a Irmandade de São Pedro; todas em Olinda. Além destas, poderíamos citar outras que funcionavam nos altares principais ou laterais das muitas igrejas de Pernambuco colonial, como as irmandades das almas que, assim com outras confrarias, por não possuir recursos para construir uma igreja própria utilizavam os templos de outras irmandades.

Muitas igrejas foram construídas a partir dos esforços de pessoas que doavam verdadeiras fortunas como demonstração de devoção pelas graças alcançadas em vida ou simplesmente como forma de compensar seus pecados e erros vividos, assim decidiam deixar em testamento legados que serviam para aumentar o patrimônio das irmandades ou para melhorar a estrutura de outras. Foi através de uma destas formas descritas que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja do Corpo Santo do Recife recebeu do rico comerciante José Vaz Salgado o terreno para a construção de um novo templo para que se pudesse fundar uma irmandade congênere na freguesia de Santo Antônio do Recife.

A irmandade do Santíssimo Sacramento era uma das mais importantes na Península Ibérica e na América portuguesa, isso porque ela tinha como devoção o culto ao Corpo de Deus<sup>135</sup>, permeado por uma noção mística de compartilhamento da comunhão entre os católicos. Por esse motivo, a fundação desta irmandade se tornou frequente entre os moradores das vilas coloniais a fundação desta irmandade, com o propósito de dar acesso a

---

<sup>135</sup> No *Corpus Christi* ou *Corpo de Deus*, expressão latina que significa Corpo de Cristo, a Igreja Católica celebra a presença de Jesus na eucaristia, no pão e no vinho que o sacerdote consagra em toda missa. A festa foi instituída pelo papa Urbano IV, em 11 de agosto de 1264, mas se tornou popular a partir da confirmação, feita pelo papa Clemente V, no ano de 1311. Ver Verbete “Corpus Christis”. CERICATO, Jacinta. **Datas Comemorativas**. Ed. Paulinas. São Paulo, 2008.

esta forma de culto e promover a festa do Corpus Christi que possuía caráter oficial seja em Portugal, seja na América portuguesa, recebendo especial atenção da Coroa como promotora e idealizadora da celebração. Além disso, o Santíssimo recebeu, desde o início de sua fundação durante a Idade Média, estatutos privilegiados da Igreja Católica e em Portugal, que diferenciava seus membros pelas condições sociais, e servia, não oficialmente, para demarcar o desenvolvimento social, político e econômico de cada região. No Recife, por exemplo, sabemos que em cada freguesia que se formava uma nova irmandade do Santíssimo Sacramento era fundada.

## 2.1 A irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife

*“E, tomando um pão, e havendo dado graças, partiu-o, e deu-lho, dizendo: Isto é o meu corpo, que por vós é dado; fazei isto em memória de mim. Semelhantemente tomou o cálix, depois da ceia, dizendo: este cálix é o Novo Testamento do meu sangue, que é derramado por vós”.*<sup>136</sup>

Na Europa o culto ao Santíssimo Sacramento, o Corpus Christi, foi reforçado com o surgimento das confrarias. A origem da solenidade ocorreu na Alemanha, em meados do século XIII, mas adquiriu maiores proporções no catolicismo ibérico, sobretudo o português marcado pela união entre Igreja e Estado. O Santíssimo Sacramento também é chamado de Corpus Christi ou Corpo de Deus, e representou do ponto de vista cerimonial uma das festas oficiais da monarquia portuguesa. O padroado régio impunha à Igreja que a organização da festa do Corpo de Deus deveria ser dirigida pela monarquia, representada por suas Câmaras Municipais. Por isto, cabia à câmara local a organização e o financiamento destas procissões. Por outro lado, o cerimonial contava com a participação dos irmãos do Santíssimo Sacramento, confraria fundada com a finalidade de preservar a devoção ao Corpus Christi, que simboliza a ideia de morte e ressurreição de Cristo. Assim sendo, segundo memorialista pernambucano Manuel Rabelo Braga, *“entre os augustos e venerandos mysterios da religião, que professamos, nenhum por certo é mais sublime, mais maravilhoso, mais edificante, que a do Sacramento da Eucharistia (...)”*<sup>137</sup>. A atualização da ritualística é elaborada através de

<sup>136</sup> (Lc. 22:19-20). **NOVO TESTAMENTO**. Tradução: João Ferreira de Almeida. 5ª edição. Geográfica editora. São Paulo, 2005. p. 97

<sup>137</sup> BRAGA, Manuel Rabelo. **A Irmandade do Santíssimo Sacramento**. Recife, 1869. P.07

duas representações: a primeira é o viático, “*procissão espiritual e mística da viagem para a eternidade*”<sup>138</sup>, propriamente o ato de receber a Jesus Cristo na hora da morte.

A segunda é a procissão do Corpo de Deus. Enquanto a exposição do viático significa uma prática estritamente devocional, a procissão do Corpus Christi abrange atos políticos e ideológicos da união entre Igreja e o Estado português. Ernest. H. Kantorowicz ao estudar a política e o cristianismo na Idade Média contribuiu para o entendimento entorno da relação Corpus Christi e Corpus Mysticum, resultando na interação do Estado e Igreja. Dessa forma, para o autor,

*“A noção de corpus mysticum, até então empregada para definir a hóstia, estava se transferindo gradualmente, a partir de 1150, para a Igreja como corpo organizado da sociedade cristã unida no sacramento do altar. Em suma, a expressão “corpo místico”, que originalmente tivera um significado litúrgico ou sacramental, assumiu uma conotação de conteúdo sociológico”.*<sup>139</sup>

Assim, a partir do século XII, há uma aproximação do ideal de Eucaristia, do elemento místico com os fundamentos ideológicos e políticos que reforçavam o controle da monarquia portuguesa, e ao mesmo tempo criava um corpus organizado entorno da noção de comunidade cristã a partir de determinados símbolos e atos públicos. Com isso se exigiu que a instituição do Santíssimo Sacramento estivesse sempre servida luxuosa organização e que participassem aquelas pessoas que apresentassem o ideal de honra e distinção. A partir do século XVI é notável que a ritualística e o simbolismo empregado para tal instituição implicava elementos do barroco, e a seleção dos membros das irmandades do Santíssimo ocorria entre as pessoas mais abastadas em bens e distintas socialmente, pertencentes ao grupo dominante local. “*Tendo em vista essa lógica elitista, é natural que no se fundar um arraial ou vila, coubesse geralmente à Irmandade do Santíssimo, a construção da primeira igreja ou capela, origem da futura matriz da freguesia*”<sup>140</sup>. Na América portuguesa, na ausência de Irmandades mais importantes social e economicamente como a Santa Casa da Misericórdia, o Santíssimo Sacramento assumiu as prerrogativas da Coroa, e se estabeleceu como um espaço para convivência religiosa e a sociabilidade das elites locais.

<sup>138</sup> REIS, João José. **A Morte é uma Festa**. São Paulo. Companhia das Letras. 1991. Pág. 102

<sup>139</sup> Apud SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América : A Festa de Corpus Cristi nas cidades da América Portuguesa – Século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2005; KANTOROWICZ, Hernest H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: companhia das letras, 1998. Pág.127

<sup>140</sup> ASSIS, *Op. Cit.*, p54

*“E realmente mereciam as irmandades do Santíssimo Sacramento os grandes foros de nobreza que lhes eram concedidos pelas leis portuguesas, se atentarmos, em quaisquer delas, através dos livros de entradas de irmãos, para a quantidade invulgar de barões, conde e viscondes que pelo correr dos tempos ali se acham inscritos, simples irmãos alguns deles, outros ocupando os mais altos cargos nas mesas regedoras”.*<sup>141</sup>

Os anos iniciais de funcionamento da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife estiveram relacionados à sua congênere do Corpo Santo<sup>142</sup>. Esta foi a primeira irmandade do Santíssimo a ser fundada no Recife. A matriz foi erguida no início do século XVII, mas com a invasão holandesa passou a ser templo do culto calvinista. Com a expulsão dos batavos, o templo foi entregue ao catolicismo e a irmandade do Santíssimo Sacramento continuou com suas funções de expor o Viático aos cristãos da Vila do Recife. Para Fernando Pio, o Corpo Santo foi *“tão romântica na crença, tão distante nos séculos e tão sofrida na história”*<sup>143</sup>. Sua importância consiste na introdução das práticas da Eucaristia entre o público leigo do povoado do Recife, ainda antes do surgir da Vila nos princípios do século XVIII.

Com o aumento populacional do Recife em meados do século XVIII, os pedidos se intensificaram entre os irmãos que habitavam na freguesia de Santo Antônio para a construção de uma nova matriz que pudesse instalar o Santíssimo Sacramento. Antes mesmo do início da construção do novo templo, alguns irmãos já se destacavam pela devoção e demonstração de fortunas. É o caso de José Vaz Salgado, rico comerciante e proprietário de fazendas de gado, o qual ia de Pernambuco ao Ceará<sup>144</sup>, que doou o terreno para construção da matriz, onde antes havia a casa de pólvora do Recife. Por volta de 1753 foi lançada a pedra fundamental que inaugurou a construção da capela mor, depois matriz de Santo Antônio.

---

<sup>141</sup> PIO, *Op. Cit.*, p.75

<sup>142</sup> A Igreja do Corpo Santo, construída na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, ao longo do tempo recebeu transformações que por fim levaram (devido as necessidade de transformações urbanas no Recife) a Igreja a ser demolida em 1913. Segundo Fernando Pio, que tomamos como referencia devidos seus importantes estudos acerca das igrejas do Recife, A Igreja do Corpo Santo passou por invasões piratas até se tornar templo calvinista durante a ocupação holandesa, e novamente pertencer ao catolicismo.

<sup>143</sup> PIO, *Op. Cit.*, 24

<sup>144</sup> Cf. SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

A irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife começou a funcionar em 20 de fevereiro de 1791, tendo seu primeiro compromisso aprovado em 1793 e impresso no ano seguinte. O Santíssimo Sacramento de Santo Antônio se constituiu numa das confrarias mais ricas de Pernambuco no século XVIII, detentora de um invejado patrimônio e da diversificada captação de recursos que garantiam aos membros o cumprimento dos sufrágios, procissões e festas, como também o assistencialismo na comunidade. A localização estratégica da sua igreja matriz possibilitou a inserção num dos pontos mais movimentados do Recife, local de comércio e intenso trânsito de pessoas. Por outro lado, a ausência de uma irmandade da Santa Casa de Misericórdia no Recife no século XVIII fez com que o Santíssimo Sacramento recebesse maiores prerrogativas da Coroa portuguesa e seus membros fossem homens influentes politicamente e abastados da freguesia.

A freguesia de Santo Antônio cresceu significativamente após a presença holandesa que supriu a área com inúmeras construções. A sede do governo e alguns órgãos públicos ficavam nesta ilha, assim também como a cadeia e diversas igrejas que abrigavam inúmeras irmandades. Entre todas as confrarias, o Santíssimo se destacou pela função de organização da festividade da Semana Santa e da procissão do Corpo de Deus. Devotos de diversas partes reuniam-se nessas ocasiões e convocava a presença de outras irmandades para completar o fausto das celebrações. Foi obrigação dos irmãos do Santíssimo o socorro com o viático que representava uma procissão à casa do moribundo para pronunciar o “ofício de agonia” e/ou a “unção”. Enquanto o primeiro foi celebrado para aqueles enfermos em fase terminal, o segundo representava uma benção e o reconhecimento de Cristo na Eucaristia.<sup>145</sup>

O Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio construiu seu perfil a partir do discurso elitista. Seus membros eram originários das camadas privilegiadas do Recife, sendo moradores na vila e frequentadores das solenidades da irmandade. É importante ressaltar que, sendo o Recife uma vila predominantemente comercial, a maior parte dos irmãos do Santíssimo eram comerciantes varejistas ou grandes contratadores estabelecidos na área. Além disso, destacaram-se nos cargos burocráticos e militares.

As análises documentais demonstraram uma intensa atividade religiosa e assistencial no Santíssimo de Santo Antônio. O Santíssimo Sacramento abriu, mensalmente, até 19 covas para os pobres entre 1791 a 1822. As missas celebradas em memória das almas dos irmãos falecidos movimentavam o dia a dia nos altares da Matriz, as quais foram oferecidas entre 30 a 60 missas por cada irmão ou irmã. Tal solenidade causou a sobrecarga de celebrações e

---

<sup>145</sup> Cf. FABER, Frederick William. **O Santíssimo Sacramento ou as obras e vias de Deus**. Tipografia Vozes. Petrópolis. 1929.

serviços paroquiais. Como captador de recursos sob a forma de “esmolas”, o Santíssimo movimentou quantias elevadas de dinheiro, investindo nos sufrágios oferecidos ou até promovendo pequenos empréstimos aos associados. Esse dinamismo social, religioso e econômico foi acompanhado por interesses políticos e de autopromoção das pessoas mais importantes da confraria, já que esta serviu como espaço de sociabilidade e visibilidade através de suas festas, missas, sepultamentos e assistencialismo aos desvalidos.

### **2.1.1 Quem participa do Santíssimo Sacramento? Irmãos, irmãs e a mesa regedora.**

*“A pessoa que se aceitar, ou eleger para Irmão ou Irmã, desta Irmandade deverá ser tal, que pela sua qualidade, e costumes não a deslustre, e inquiete”.*<sup>146</sup>

O perfil do candidato a irmão e às normas de convivência estava registrado no compromisso no capítulo VII: “Das entradas dos irmãos”. Os participantes do Santíssimo deveriam frequentar todas as atividades previstas no compromisso, tais como as procissões, as saídas do viático, a assistência aos prisioneiros, o cortejo fúnebre e o pagamento da “esmola de entrada” e anuidades. A organização do perfil dos candidatos nos permite traçar o panorama da sociedade no período colonial com suas divisões étnicas e profissionais, ajudando a definir inclusive os papéis sociais de cada grupo. Assim como a Santa Casa de Misericórdia, o Santíssimo Sacramento procurou selecionar as pessoas mais distintas das regiões que estavam estabelecidas, sendo notáveis pelo poder político e econômico que gozavam. Desta forma, a admissão de pessoas prestigiadas era importante tanto para a irmandade quanto para o candidato. Se para o candidato tornava-se atraente entrar num espaço frequentado por pessoas ilustres, para a irmandade também era vantajoso, pois além de reputar uma imagem de destaque, os irmãos mais abastados e influentes facilitariam a vida da confraria tomando para si algumas obrigações e socorrendo em outras como na aquisição de bens, pagamento de dívidas ou no patrocínio de procissões e festividades.

A pessoa que se destacasse por sua qualidade, costumes e que não deslumbrasse e inquietasse a convivência com os demais irmãos era admitida no Santíssimo Sacramento.<sup>147</sup> Isto equivale dizer que eram aceitos brancos que gozassem de boa conduta e reputação na Vila e seus arrabaldes. Não temos notícias de membros que tivessem sido escravos ou forros,

<sup>146</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo VII. “Das entradas dos irmãos”. p.06

<sup>147</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo VII. “Das entradas dos irmãos”. pp. 06-07

pois a “mácula de sangue” era um dos critérios que restringia a presença de pessoas consideradas “infectas”. A adesão era complementada pela quitação da “esmola de entrada”, uma matrícula que se pagava para ter seu nome lançado no mapa de irmãos, e a partir daí, receber sua “carta patente” e passar a integrar o quadro efetivo de membros.

Os nomes das pessoas eram levados à mesa<sup>148</sup> e mesmo que elas quisessem antecipar, o pagamento da esmola deveriam obedecer às etapas do processo que se iniciava com a investigação social e findava com aprovação dos irmãos. Quando aprovado, o candidato deveria pagar a esmola no valor de 20\$000 (vinte mil réis) para homens e 32\$000 (trinta e dois mil réis) para mulheres, com a diferença que o homem quando casado ou que casasse depois, sua mulher ficava sendo irmã e sua esmola ficava embutida na esmola do seu marido.<sup>149</sup> Contudo a mulher, mesmo sendo casada ou casasse depois, nem por isso seu marido tornava-se irmão, sendo necessário o pagamento da esmola de entrada. O processo estava completo após registro do termo de entrada constando o pagamento no livro de receitas e despesas.<sup>150</sup>

A irmandade era dirigida por uma mesa regedora, grupo de irmãos homens eleito para o período de um ano. A mesa era composta por um juiz, um tesoureiro, um escrivão, quatro procuradores e um procurador-geral. Os mordomos e o guarda da igreja completavam as funções. No topo da hierarquia interna estava o Juiz. Segundo o compromisso, ele deveria ser pessoa abastada de bens, devota, distinta, residente na freguesia e que frequentasse os eventos realizados pela irmandade.<sup>151</sup> Passavam por todas as decisões da mesa, devendo obedecer aos capítulos do compromisso e respeitando as decisões do grupo naquilo que ele não tivesse providenciado. Os primeiros juízes dispensaram elevadas quantias de seus próprios bolsos para realização de festividades e procissões ou no pagamento de serviços e bens materiais.<sup>152</sup> Eles poderiam ser reeleitos uma ou quantas vezes quisessem, desde que pagassem como

<sup>148</sup> Direção composta por juiz, escrivão, tesoureiro e procuradores.

<sup>149</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo VII. “Das entradas dos irmãos”.p.06

<sup>150</sup> A mulher não podia assumir funções na mesa regedora, restringindo sua participação às atividades de organização de festas, procissões e no oferecimento de adereços e imagens que acompanhavam as festividades. Apesar da limitação de participação nas principais decisões, a presença da mulher no Santíssimo Sacramento foi intensa de forma que entre os anos de 1791 a 1800 foram registradas no livro de entrada 212 mulheres. Mapa de Irmãs. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1791.

<sup>151</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo I, “Juizes”. p. 03.

<sup>152</sup> Livro de Receitas e Despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife. 1791-1837.

esmola<sup>153</sup> a quantia de cem mil réis<sup>154</sup>. Abaixo relacionamos os nomes e os anos de juizados entre 1791 a 1822.

**Quadro 1 – Relação dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 1822**

Mestre de Campo Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque	1791-1792
Capitão-Mor José de Souza Rangel	1792-1793
Mestre de Campo Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque	1793-1794/1794-1795/1795-1796
João de Alemão Cisneiros	1796-1797
Joaquim José Vaz Salgado	1797-1798
Francisco de Souza Rego	1798-1799
João do Rego Falcão	1799-1800
Francisco Manoel da Silva Gusmão	1800-1801
Francisco Carneiro do Rosário	1801 até 07 de agosto. Concluiu o ano do juizado José Barbosa de Lima em 1802.
José Barbosa de Lima	1802-1803
João Lopes Cardoso Machado	1803-1804
João da Silva Ramos	1804-1805
José Filgueira de Menezes	1805-1806
Antônio José Pires	1806-1807
Antônio Cordeiro Rego	1807-1808
José Antônio da Silva Neiva	1808-1809
Antônio Muniz de Medeiros	1809-1810
Antônio Muniz Tavares	1810-1811
Joaquim José de Menezes	1811-1812
Antônio Muniz de Medeiros	1812-1813
Manoel Soares de Souza	1813-1814
Clemente José Ferreira da Costa	1814-1815
Francisco de Souza Rego	1815-1816
José do Rego Falcão	1816-1817
Manoel Caetano da Silva	1817-1818
Joaquim da Silva Pereira	1818-1819
Francisco Cordeiro M. Falcão	1819-1820
Basílio Gonçalves Ferreira	1820-1821
José Maria da Cunha Guimarães	1821-1824

**Fonte: Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011. Consitório da Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife.**

Como podemos perceber, os primeiros cinco anos tiveram apenas dois juízes. Um foi Mestre de Campo e contratador das carnes de Recife e Olinda.<sup>155</sup> O segundo juiz foi Capitão-

<sup>153</sup> Quantia financeira paga pela entrada na irmandade; No Santíssimo Sacramento de Santo Antônio os valores para os homens era de 20 mil réis e 32 mil réis para mulheres. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794.

<sup>154</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo I, “Juizes”. p. 03.

<sup>155</sup> No final do século XVIII o posto de Mestre de Campo foi substituído pela patente de coronel.

mor de Pernambuco e rico mercador da Praça do Recife, José de Souza Rangel que aparece na relação dos acionistas da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba e como um dos seus principais devedores no ano de 1776.<sup>156</sup> Os dois juízes eram homens provenientes da elite mercantil, o mestre de campo sendo mais diversificado em suas atividades econômicas, investiu seu capital na aquisição de propriedades urbanas e engenhos.<sup>157</sup>

Já para o cargo de escrivão da irmandade era exigido que o irmão soubesse ler, escrever e contar bem. Não devia ter ocupação que o privasse dos eventos da irmandade ou das reuniões, pois devia estar presente à mesa em todos os atos, sendo o responsável pelas anotações e na ausência do juiz, assumia a presidência, então, rapidamente se escolhia, para a ocasião, outro irmão que tivesse as qualidades sobreditas.<sup>158</sup> Sua importância era reconhecida entre os irmãos, representando a segunda autoridade na hierarquia da confraria, ocupando o lugar, na mesa, à direita do juiz e sua esmola de entrada era de cinquenta mil réis.<sup>159</sup> O quadro abaixo apresenta a relação dos escrivães entre 1791 a 1822.

**Quadro 2 – Relação dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 1822**

João Carneiro da Cunha	1791-1792
Francisco Soares Mariz	1792-1793
João Lopes Cardoso Machado	1793-1794
José Affonso da Silva	1794-1795
João Lopes Cardoso Machado	1795-1796
Manoel Antônio da Silva	1796-1797
Francisco Ferreira Soares	1797-1798/1798-1799
José Antônio da Silva Neiva	1799-1800/1800-1801/1801-1802
Manoel Gomes de Oliveira	1802-1803
João da Silva Ramos	1803-1804
José Filgueira de Menezes	1804-1805
João Lopes Cardoso Machado	1805-1806
Manoel Soares de Souza	1806-1807
José Francisco do Rego	1807-1808
João do Rego Falcão Junior	1808-1809
João Muniz de Almeida	1809-1810
Clemente José Ferreira da Costa	1810-1811
João Muniz de Almeida	1811-1812
Manoel Soares de Souza	1812-1813
José Maria da Cunha Guimarães	1813-1814
José Ferreira da Silva	1814-1815

<sup>156</sup> RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)**. Ed. Hucite. São Paulo, 1976.p.193

<sup>157</sup> Consultar “Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque” nos apêndices desta dissertação

<sup>158</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo II, “Do escrivão”. p. 03.

<sup>159</sup> *Idem, ibidem.*

Francisco de Souza Rego	1815-1816
Candido Felix da Cunha	1816-1817
Manoel Antônio Muniz Tavares	1817-1818
Joaquim da Silva Pereira	1818-1819
José Antônio Pinto Guimarães	1819-1820
João Evangelista Pereira	1820-1821
Francisco Barbosa de Britto	1821-1822

**Fonte: Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011. Consistório da Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife.**

Como ilustração do perfil de escrivão podemos citar o caso de João Carneiro da Cunha, genro do Coronel Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, autor da *Nobiliarchia pernambucana*, principal livro genealógico das famílias da capitania. João Carneiro da Cunha nasceu na Vila de Icó, Ceará em 1749.<sup>160</sup> Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo admitido em 1778 e no ano seguinte entrou para Ordem Terceira do Carmo do Recife. Como homem público, assumiu como oficial da Câmara do Recife em 1782 e 1785 como segundo vereador nos dois mandatos.<sup>161</sup> Foi escrivão do despacho e descarga da alfândega de Pernambuco e sargento-mor das ordenanças de Olinda. Os serviços prestados pelo pai e avô de sua esposa, Maria Sancha das Graças, foram utilizados como recurso para promoção do seu nome e *status* na Vila do Recife.<sup>162</sup>

Outros critérios eram exigidos do escrivão além de saber ler, contar e que tivesse tempo disponível para realizar as atividades da mesa regedora.<sup>163</sup> Isso significava ter uma confortável situação econômica que possibilitasse ao ocupante do cargo ociosidade. Além

<sup>160</sup> Cf. SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>161</sup> Sem assumir as funções. Cf. SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>162</sup> Casado com Maria Sancha das Graças, filha do coronel Antônio José Vitorino Borges da Fonseca; neta do Mestre de Campo Antônio Borges da Fonseca; 07 de outubro de 1797. “AVISO de José de Seabra da Silva ao [presidente do Conselho Ultramarino], conde de Resende, [D. Antônio José de Castro], ordenando que se consulte o requerimento de João Carneiro da Cunha, [pedindo a reforma da consulta onde solicitou soldos para o seu filho, em favor dos serviços prestados pelo seu pai e sogro]”. AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 198, D. 13621; posterior a 07 de novembro de 1797. “REQUERIMENTO de João Carneiro da Cunha à rainha [D. Maria I], pedindo a propriedade do cargo de secretário do Governo da capitania de Pernambuco, em favor dos serviços prestados pelo coronel Antônio José Victoriano Borges da Fonseca e pelo mestre de campo, Antônio Borges da Fonseca, pai e avô de sua esposa Maria Sancha da Graça”. Posterior a 07/11/1797. AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 198, D. 13630. Como podemos perceber não menos importantes que os juizes, os escrivães foram pessoas de notável visibilidade e cabedal. Pelo menos até 1822 observa-se que entre os membros da mesa destaca-se a presença de comerciantes, profissionais liberais e alguns proprietários de terra. A maior parte possuía posto militar vinculado às suas funções. Entre aqueles que haviam nascido no Brasil suas ocupações vinculavam-se às atividades burocráticas e liberais. Alguns reinóis dedicaram-se majoritariamente ao comércio; comerciantes de *grosso trato* e de escravos procuravam se inserir nas irmandades a fim de serem reconhecidos socialmente através do patrocínio de festividades e procissões.

<sup>163</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo II, “Do escrivão”. p. 03.

disso, o escrivão assumia as funções de juiz na ausência deste, por isso deveria ter o grau de distinção do mesmo, sendo homem honrado, distinto e abastado em bens.<sup>164</sup>

Para o cargo de tesoureiro era eleito aquele irmão considerado “chão e abonado”<sup>165</sup>, nunca podendo assumir mais que um mandato. Talvez essa disposição que fala o compromisso servia como medida para inibir uma possível corrupção através da apropriação dos recursos da irmandade ou, por outro lado, uma medida para diminuir o peso de um cargo que em algumas vezes necessitava do desembolso de enormes quantias por parte dos próprios tesoureiros. Cabia ao tesoureiro dar conta, a cada três meses, das finanças da irmandade e no final de cada ano um balanço geral que deveria ser levado à mesa para aprovação. Na Santa Casa da Misericórdia da Bahia os tesoureiros tiveram um papel importante, pois chegavam a emprestar elevadas quantias à irmandade, sendo condição para se candidatar a este posto pessoas abastadas em bens.<sup>166</sup> Era o tesoureiro o responsável por todos os pagamentos da irmandade e a partir da morte de algum irmão deveria recorrer ao guarda da igreja com a quantia referente às missas em prol da alma. Por todo trabalho que tinha não pagava esmola de entrada. Assim sendo, a função era apenas ostensória com menor poder nas decisões da irmandade.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>165</sup> O ocupante do cargo deveria ser pessoa distinta, letrada e com facilidade para as operações matemáticas. O mesmo ainda deveria possuir cabedais. Esse critério pode significar a preocupação da irmandade em coibir possíveis desvios de renda, já que os tesoureiros eram os responsáveis por lançar nos livros contábeis e inventariar todo patrimônio da irmandade. **Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794.** Capítulo III, “Dos tesoureiros”. p. 04. Russel-Wood em sua obra clássica *“Fidalgos e Filantropos”* aponta que um dos critérios para ocupar o posto de “provedor” da Santa Casa da Misericórdia da Bahia era possuir patrimônios. Segundo o historiador, o posto de provedor além de ser um dos mais importantes da administração, funcionava como canal para nobilitação e quando na necessidade da irmandade era ele quem providenciava o socorro financeiro. Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos - a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1981

<sup>166</sup> Vd. RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos - a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1981 No Santíssimo Sacramento do Recife o tesoureiro não poderia emprestar coisa alguma, e faltando a isto, deveria pagar dois mil réis de multa. Em caso de ser um bem material, e que após o empréstimo estivesse danificado, caberia ao tesoureiro o reparo do produto. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo III, “Dos tesoureiros”.

<sup>167</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo III, “Dos tesoureiros”. p. 04. *“Sempre se elegerá para Thesoureiro Irmão chão e abonado: nunca poderá servir mais de hum anno. Dará contas á Meza de tres em tres mezes, e no fim huma conta geral, a qual sendo aprovada pela Meza actual, e lançada no Livro da Receita, e Despeza, hirá ao Doutor Juiz das Capellas, para provellas, segundo as ordens de Sua Magestade. Administrará tudo o que andar no serviço actual da Igreja, e Irmandade, o que receberá por Inventario, e de que dará conta no fim do anno, sendo obrigado a não a não emprestar para fora cousa alguma; e faltando a isto, por cada vez que assim obrar, pagará dous mil réis, e o valor da alfaia, se tiver alguma damnificação no empréstimo será elle o que faça as despezas do costume, dando-se-lhe do Cofre o dinheiro necessario. Apenas fallecer algum Irmão logo mandará pôr na Sacristia a tenção das Missas que lhe pertencerem, dando o dinheiro para a esmola dellas ao Guarda da Igreja, para esse o distribuir pelos sacerdotes que as disserem na nossa Igreja, e não em outra. O seu lugar em Meza será à esquerda do Juiz: nas Procissões será elle o que leve a cruz. Nunca poderá presidir. Não dará esmola alguma de obrigação, pelo trabalho que tem. Corte Real”.*

**Quadro 3 – Relação dos irmãos que ocuparam o cargo de tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 1822**

Antônio Muniz Tavares	1791-1792
Pedro Fernandes Gama	1792-1793
Vicente Borges Gurjão	1793-1794
José de Araújo Cysneiros	1794-1795
Manoel Antônio da Silva	1795-1796
João da Silveira Borges	1796-1797
Pedro Fernandes da Gama	1797-1798
Luiz Francisco do Rego	1798-1799
José Ferreira Antunes Villaça	1799-1800
Antônio Cordeiro Rego	1800-1801/1801-1802
Clemente José Ferreira da Costa	1802-1803
Domingos José da Costa Cardoso	1803-1804
Joaquim José Vieira	1804-1805
Antônio José Muniz	1805-1806/1806-1807
João Francisco do Rego	1807-1808
Joaquim José Lourenço Cartacho	1808-1809
Bazílio [Basílio] Gonçalves Ferreira	1809-1810
José Domingos Neves	1810-1811
Bazílio [Basílio] Gonçalves Ferreira	1811-1812
Joaquim da Silva Pereira	1812-1813
Caetano Carvalho Raposo	1813-1814
Candido Felix da Cunha	1814-1815
Manoel Antônio Muniz Tavares	1815-1816
Antônio Alves dos Santos	1816-1817
José Antônio Pinto Guimarães	1817-1818
Mariano José Pereira	1818-1819
Ignácio Teixeira Coimbra	1819-1820
José Ribeiro do Amaral	1820-1821
Manoel Teixeira Coimbra	1821-1822

Fonte: Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011. Consistório da Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife.

O primeiro tesoureiro foi Antônio Muniz Tavares, rico comerciante pernambucano com loja na freguesia de Santo Antônio do Recife <sup>168</sup>. O terceiro, Vicente Borges Gurjão, procurador da Câmara do Recife em 1772 e 1779 <sup>169</sup>, inquiridor, distribuidor e contador do juízo de fora e do geral do Recife em 1787. <sup>170</sup> Este declarou que pagava foros a Olinda por

<sup>168</sup> “OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o cumprimento da ordem para dispensar o negociante daquela praça, Antônio Moniz Tavares, de qualquer cargo público devido a sua idade e moléstias”. 17/04/1798. AHU\_ACL\_CU\_015, CX.201, D. 13755;

<sup>169</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>170</sup> “REQUERIMENTO do inquiridor, distribuidor e contador do Juízo de Fora e do geral da vila do Recife, Vicente Borges Gurjão, por seu procurador Inácio José da Silva Guimarães, ao príncipe regente [D. João],

terrenos e vivia de rendas.<sup>171</sup> A ocupação de ambos demonstra a necessidade de ter homens de posses vinculados ao cargo.<sup>172</sup> O “quadro 3” mostra que nos primeiros anos de funcionamento a irmandade obedeceu às exigências de seu compromisso no que diz respeito à reeleição dos tesoueiros e à escolha de pessoas abonadas. Isto é reforçado pelas ocupações profissionais, já que um deles foi comerciante na freguesia. Outro tesoueiro foi procurador da Câmara, fato que não corrobora a tese de ser letrado, mas o exercício de inquiridor, distribuidor e contador do juiz de fora já nos aproxima da confirmação de sua facilidade para as letras e cálculos.<sup>173</sup>

A mesa era composta por quatro procuradores auxiliares. Eram pessoas de “gênio e agilidade”, ou seja, irmãos considerados inteligentes o suficiente para resolver as questões da irmandade. Entre suas atribuições estava a de avisar aos irmãos sobre os enterramentos, reunião da mesa e acompanhamento do Santíssimo Sacramento (viático), tratar das dependências da irmandade, ajudar o tesoueiro e o guarda na preparação da igreja nos dias de festividade. Deviam cobrar todo o dinheiro que pertencia à irmandade, dar conta, à mesa, dos inquilinos que se mudavam e dos que pretendiam alugar os imóveis. Nas ocasiões de festas, procissões e ritos distribuíam as varas e insígnias entre os irmãos mais condecorados e nobres, pois eram estes que serviam para capital simbólico do prestígio e *status* da irmandade. Os procuradores deveriam organizar a procissão, os atos solenes e a mesa e distribuir os lugares a serem ocupados por cada membro. Nos encontros da irmandade era necessária a presença de pelo menos um procurador. Estes eram considerados peças fundamentais das reuniões estando dois à direita do procurador-geral e dois à esquerda do tesoueiro. De forma geral, eram secretários daqueles que tinham cargos superiores na mesa.<sup>174</sup>

Para o cargo de procurador-geral a irmandade reservava um capítulo específico do estatuto compromissal. Segundo o documento, o irmão-candidato a procurador-geral devia ser bem instruído, zeloso e que tivesse ocupado lugares anteriores na mesa. Sua função era dar auxílio em todas as questões da irmandade, servindo como um membro consultivo para as

---

pedindo resolução de seu requerimento da mesma forma que se deferiu ao do inquiridor Estanislau Pereira de Oliveira, limitando a ação dos Juizes de Fora que ultrapassam suas jurisdições e executam as obrigações dos distribuidores e inquiridores em prejuízo destes”, anterior a 09/04/1807, AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 266, D. 17781.

<sup>171</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>172</sup> Através da análise do quadro de tesoueiros podemos perceber a transgressão do compromisso, pois os anos de 1800-1801/1801-1802 e 1805-1806/1806-1807 foram assumidos por Antônio Cordeiro Rego e Antônio José Muniz, respectivamente. O compromisso era enfático na disposição de não poder ser reeleito o irmão para o cargo de tesoueiro. Como em alguns casos, os compromissos não eram respeitados na íntegra e o motivo para reeleição estava no fato de faltar candidatos ao cargo.

<sup>173</sup> Ver quadro prosopográfico nos apêndices desta dissertação.

<sup>174</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo V, “Do procurador”. p. 05

causas e observâncias que compunham o compromisso. Para esse cargo, o irmão poderia ser reeleito, e sua deposição não poderia ser realizada sem causa legítima. Na hierarquia interna da confraria, o referido assumia uma posição de respeito estando abaixo apenas do juiz e do escrivão. Nas reuniões, deveria sentar-se à direita do escrivão; na Igreja, deveria sentar à esquerda deste e nas procissões, atrás do mesmo.<sup>175</sup> O compromisso não cita o pagamento de sua esmola de entrada. Por ter exercido outras funções em mesa anteriores, o irmão ficava isento de pagamento nas funções de procurador-geral.

Os irmãos que uma vez participavam da mesa se revezavam em outras funções. O próprio compromisso estabelecia este critério para alguns cargos, como medida seletiva, formando grupos mais ou menos homogêneos. Esses grupos exerceram o poder por longos períodos dentro da irmandade, administrando-a da maneira mais conveniente para seus interesses e promoção. Algumas vezes, os irmãos formavam “partidos” que disputavam as eleições, além disso, as desavenças eram frequentes, principalmente quando os interesses pessoais estavam em jogo.<sup>176</sup> No entanto não podemos desconsiderar o caráter devocional que motivava as pessoas mais ilustres da comunidade a participar das irmandades, entretanto não menos importante é a promoção social que estas confrarias permitiam aos membros; as facilidades e a formação de redes que possibilitavam sociabilidade e negociação de interesses.

No Santíssimo do Recife as funções operacionais<sup>177</sup> ficavam a cargo do guarda da igreja e do mordomo. O fato de receber remunerações por determinados serviços nos leva a acreditar que eram funcionários contratados pela Irmandade. Como a Matriz era administrada pela irmandade, esta ficava responsável pela limpeza, ornamento, abrir covas, preparar o cerimonial de casamentos, missas, enterramentos e abrir as portas da igreja para que a população pudesse frequentá-la para suas devoções. A irmandade exigia do guarda menos atributos, mas era necessário que tais fossem de bons costumes, de sã consciência e diligente<sup>178</sup>. Suas obrigações eram de abrir e fechar a igreja quando necessário, bem como varrê-la e limpá-la; aprontar com o mais decente ornamento específico para cada ato; fazer os dobres do

<sup>175</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794. Capítulo V, “Do procurador”. p. 05-06.

<sup>176</sup> Ao analisarmos os livros de atas e receitas averiguamos as composições das mesas entre os anos de 1791 a 1822. As informações destacam a homogeneidade dos grupos, e uma repetição de membros. Levantamos a hipótese de que estes membros estavam interligados através de interesses ideológicos, relações socioeconômicas, políticas ou laços de parentesco e matrimônio. Encontramos na documentação do AHU alguns documentos sobre pessoas que eram irmãs do Santíssimo em que relacionam-se economicamente com outros membros da mesma confraria. Estes registros sugerem redes de conexão que se formaram antes ou depois do convívio fraternal, mas que de uma forma ou de outra o ambiente confrade servia para reforçar laços sociais.

<sup>177</sup> Serviços de limpeza, abertura de covas, decoração do templo, repiques nos sinos, abertura e fechamento das portas da matriz.

<sup>178</sup> Compromisso, *Op .cit.*, capítulo VIII, “Do guarda da Igreja”. p. 07

sino anunciar os acontecimentos sagrados e profanos. Esse irmão era o responsável por abrir e tampar as covas, e deveria tomar conta das capas e ornamentos que acompanhavam o Santíssimo Sacramento sem poder emprestá-las.<sup>179</sup> Seja qual fosse a hora do dia ou da noite, no momento que falecesse um irmão ou irmã, deveria ir ao templo e fazer os dobres. Sendo homem, deveria anunciar 3 dobres e para a mulher 2 dobres. Na hora do sepultamento o guarda deveria tocar os sinos seis vezes até que o falecido fosse enterrado. Ele também deveria fazer nos sinos o sinal para chamar os reverendos para celebrar o ofício da agonia dos irmãos. Por tudo isto, a irmandade lhe pagava o ordenado de sessenta mil réis anuais e dava-lhe uma casa ao lado da igreja para que estivesse sempre de prontidão. Além disso, recebia duzentos réis por cada cova que abria, caso não fosse de pobres.

Entre abril de 1791 a junho de 1792 o guarda da igreja abriu 12 covas para pobres cujos valores eram diferenciados, variando de \$80 (oitenta réis) a \$160 (cento e sessenta réis), onde recebeu por todos os sepultamentos a quantia de 1\$120 réis (mil cento e vinte réis), mais o ordenado de 60 mil réis, num total de 61\$120 réis.<sup>180</sup> Estas eram rendas que lhe dava a irmandade, mas podia contar com as gorjetas que os irmãos e demais moradores da freguesia lhes ofereciam nos batismo e outros atos. Só não podia tirar proveitos dos sinos, pois como estes eram comprados pela irmandade e a responsabilidade pelos reparos também eram dela, então esta deveria recolher todas as rendas para si.<sup>181</sup> Para auxiliá-lo nas funções, a irmandade deveria ter um escravo para que sirva na igreja e na irmandade, “e a mesa determinará o melhor meio de sua sustentação, o vestirá e curará nas suas enfermidades”.<sup>182</sup>

A mesa indicava o guarda na eleição e sua expulsão só ocorria com justa causa, sendo conservado enquanto não fizesse prejuízo à irmandade. Todo dinheiro arrecadado por ele deveria ser prestado conta ao tesoureiro uma vez por mês. Não pagava esmola de entrada, pois era considerado um funcionário da irmandade. Outro cargo operativo e que não necessitava pagar esmola de entrada era o mordomo. O compromisso não expressa o número de irmãos para essa função, mas sabemos que nos primeiros anos foram quatro.<sup>183</sup> Os mordomos eram escolhidos entre os novos irmãos. Dessa função exigia-se uma condição social menor, já que o mesmo executava serviços de coleta de fundos e auxiliava a irmandade nos dias de reunião. Sua obrigação era recolher dinheiro na freguesia todas as quintas-feiras. A quantia recolhida era entregue ao tesoureiro que lançava no livro de receitas. Este recolhimento era importante

---

<sup>179</sup> *Idem*

<sup>180</sup> Livro de receitas e despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife. 1791-1837. fls. 01-17

<sup>181</sup> Compromisso. Op.cit., capítulo VIII, “Do guarda da Igreja”. p. 07

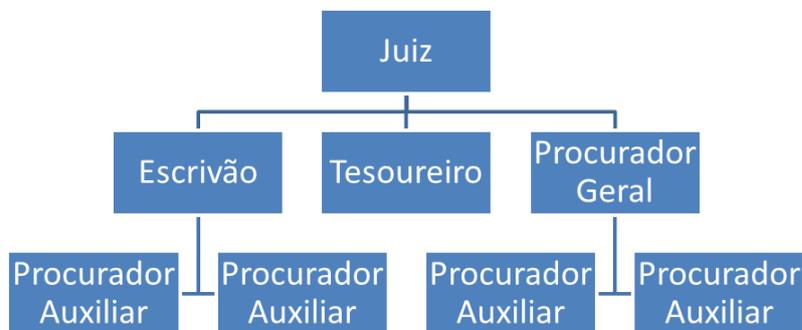
<sup>182</sup> *Idem*, p. 08.

<sup>183</sup> Esse número está relacionado às funções que exerciam na confraria, pois eram eles que recolhiam as esmolas no cultos e na freguesia. Quanto maior o número mais recurso era captado.

para a irmandade, pois se tornava uma renda que complementava o orçamento da instituição. Pela obrigação semanal de sair às ruas da freguesia abordando os transeuntes este irmão estava isento de sua esmola de entrada.

A partir dessas funções podemos definir a mesa composta por um juiz, um escrivão, um tesoureiro, quatro procuradores, um procurador geral, e mais dezesseis irmãos. Nela estava o governo da irmandade e se reuniam no terceiro domingo do mês, e nas mais vezes que necessário. As decisões só teriam validade se estivessem reunidos o mínimo de treze membros. O juiz presidia a reunião e na sua falta caberia ao escrivão. Na falta deste, assumira um ex-juiz ou ex-escrivão. Nas eleições, todos os irmãos deveriam estar presentes à mesa e esta só teria validade na presença de 21 irmãos. Em determinadas situações, se formava a “mesa conjunta”, com a presença de seis irmãos de mesas passadas que deveriam deliberar por assuntos importantes ou na ausência da maior parcela da mesa atual. Assim, necessitavam-se apenas de dez irmãos da mesa vigente, mais seis das mesas passadas para as deliberações. Abaixo, temos um organograma dos cargos da mesa.

**Organograma 1 - Mesa Regedora do Santíssimo Sacramento da Vila do Recife-1791/1840<sup>184</sup>**



Assim, a mesa era formada com mais dezesseis irmãos que presenciavam a reunião completando o quadro. As entradas, os recebimentos, as saídas do cofre, as providências, e mais coisas necessárias para o regime da irmandade deviam ser apresentadas em mesa. Os

<sup>184</sup> Organograma produzido a partir da análise do compromisso da irmandade. Leva-se em consideração a atuação de cada cargo na administração da confraria, inclusive as hierarquias estabelecidas para os eventos promovidos pelo Santíssimo Sacramento, onde as posições ocupadas por cada um dos membros da mesa era designada pelo compromisso. Através da hierarquia que ocuparam em festas, procissões, sepultamentos e exposição do Santíssimo Sacramento chegamos à confecção podemos compreender o dirigismo presente nas representações barrocas do período.

bens raízes, ou seja, os patrimônios deixados para a irmandade e toda a estrutura física e objetos que existissem dentro do prédio não poderiam ser vendidos.

Nos apêndices desta dissertação, reunimos, no quadro 10, o resumo prosopográfico com as trajetórias de 26 pessoas que fizeram parte das mesas regedoras do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife entre os anos de 1791 a 1822. Nossa atenção se concentrou nos cargos de juiz, escrivão e tesoureiro, já que o procurador-geral era um integrante da mesa. Os procuradores auxiliares não compõem nosso quadro, porque só ocuparam papel de destaque anos depois, e suas participações nas mesas acompanharam a marcha de sua ascensão social no cenário externo.

As ocupações das personagens apontam para o maior exercício das atividades comerciais, mas houve casos de irmãos advindos da elite açucareira ou aqueles que haviam reinvestido os lucros do comércio em terras e escravos reafirmando a tendência para a manutenção do sistema escravista-fundiário.<sup>185</sup> Entendemos que os irmãos que administravam a confraria eram os mais notáveis no ambiente interno e externo, o que contribuiu para a maior disponibilidade da documentação do Conselho Ultramarino. A maior parte dos indivíduos vivia no Recife no momento que exerceram os cargos da mesa. Isto é reforçado pela exigência da irmandade para que o candidato a juiz fosse frequentador e “assistente” na freguesia.

O perfil econômico dos membros trabalhados no quadro que se encontra em apêndices desta dissertação demonstra que houve uma heterogeneidade de atividades, destacando-se os comerciantes atacadistas e os contratadores. Algumas pessoas tiveram participação na burocracia e na Câmara do Recife, mas podemos destacar a tendência para as funções mercantis. Com isso, o Santíssimo de Santo Antônio facilitou o acesso da elite mercantil a participar de instituições que nobilitavam seus participantes. Os critérios de admissão respeitaram o próprio desenvolvimento social da Vila, já que entre os moradores da freguesia o antigo conflito ideológico com a açucarcocracia havia ficado no passado.

Em Pernambuco, a segunda metade do século XVIII marcou a integração dos setores mercantil e agrário. O Recife havia sido um dos pontos de resistência dos comerciantes contra a elite açucareira, e a elevação à categoria de vila tornou acentuada a tendência da abertura social e política para a elite mercantil, o que possibilitou sua ascensão social e a participação

---

<sup>185</sup> Cf. FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001. FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1998; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2007. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. Editora Alameda. São Paulo, 2010.

em instituições antes destinadas à elite agrária. Logo, as irmandades recifenses foram marcadas pela participação da comunidade mercantil que passou a patrocinar as construções de templos, a promoção de festas e procissões bem mais luxuosas do que aquelas presenciadas pelos moradores de Olinda.

## 2.2. As receitas e despesas dos irmãos do Santíssimo

As irmandades possuíam uma organização complexa. Bem estruturadas, captavam seus recursos a partir do pagamento das “entradas”, esmolas, legados, serviços paroquiais como sepultamentos, batismo e casamento, como também advinham dos aluguéis de seus imóveis. O dinheiro recolhido deveria arcar com as despesas de assistencialismo, missas, sepultamentos, festividades e suprimentos para a igreja.

O mordomo era o responsável pelo recolhimento das esmolas na freguesia e na porta da igreja. Quanto maior o número de mordomos maior a esmola recolhida. Por isso, apesar do compromisso não expressar o quantitativo para esse cargo, sempre foram eleitos um número mínimo de quatro mordomos para dividirem a obrigação de recolher as esmolas em todos as parte da freguesia. Os procuradores também ficavam responsáveis pelas cobranças daquilo que pertencia à irmandade. Eles cobravam os aluguéis e recolhiam esmolas. A irmandade administrava as missas, batismos, casamentos, dobres dos sinos e sepultamentos. Com isso, as freguesias possuíam extensos patrimônios, gerando disputa pelos principais cargos da administração como juiz, escrivão e tesoureiro.

Durante o período colonial, as irmandades mais ricas emprestavam dinheiro a juros. As Misericórdias, por exemplo, destacaram-se por esse papel, sendo os cargos da administração disputados por aquelas pessoas que pretendiam estar mais próximos da captação de recursos e da direção dos legados deixados.<sup>186</sup> Por outro lado, alguns postos não eram vantajosos, porque necessitava mais do investimento do ocupante do que a promoção de vantagens. Na confraria do Santíssimo Sacramento do Recife, não eram permitidos empréstimos. Entretanto, a análise de livro de receitas e despesas demonstrou que essa norma prevista no compromisso não foi obedecida pela mesa. Os mordomos e procuradores se valiam dos cargos para facilitar a aquisição de empréstimos. Dois casos nos ajudam a elucidar esse cenário: o primeiro é o de Antônio Lopes Nunes que pagou pelo o que seu sogro José da Silva ficou devendo a irmandade das esmolas que havia tirado para os sinos, na quantia de

---

<sup>186</sup>Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos - a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1981.

quinze mil réis.<sup>187</sup> Seguindo a mesma conduta do procurador, o irmão Manoel Joaquim Teixeira Aires pagou as esmolas das bolsas que tinha tirado em abril de 1793, mas que não entregou no período, provavelmente porque empenhou o dinheiro. Assim, entregou, em julho, a quantia de oito mil réis<sup>188</sup>.

As irmandades contavam também com as esmolas ou legados deixados em testamento. Essa prática comum entre os católicos, seja na Península Ibérica, seja na América portuguesa. Tal iniciativa visava obter, após a morte, o perdão dos pecados e a salvação. Algumas vezes esta prática vinha acompanhada de um número de missas que deveria realizar a irmandade pela alma do falecido em troca do legado.<sup>189</sup>

#### **Quadro 4- Relação dos legados Irmandade Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife, 1791-1801<sup>190</sup>**

<b>Nome</b>	<b>Descrição</b>
José de Souza Almeida	10\$000 (dez mil réis) – Julho, 1791
Maria Thereza da Conceição	50\$000 (cinquenta mil réis)- Julho, 1791
Luiz Antônio Paes	25\$000 (vinte e cinco mil réis) Agosto, 1791
(?)	380\$000 (trezentos e oitenta mil réis) Julho, 1795.
José Antônio	8\$000 (oito mil réis). Maio, 1798.
Bartolomeu	100\$000 (cem mil réis). Maio, 1798
José Antônio de Macedo	102\$000 (cento e dois mil e novecentos réis). Fevereiro, 1799.
Marcela Antônia	5\$000 cinco mil réis. Março, 1801.
João Correia Gomes	10\$000 (dez mil réis). Março, 1801.

**Fonte: Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791-1837.**

<sup>187</sup> Livros de Receitas e Despesas. Irmandade do Santíssimo do Recife. Recife, 1791-1837.

<sup>188</sup> *Idem.*

<sup>189</sup> Cf. BORGES, Celia Maia. **Escravos e Libertos nas irmandades do Rosário: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX.** Ed. UFJF. Juiz de Fora, 2005; FABER, Frederick William. **O Santíssimo Sacramento ou as obras e vias de Deus.** Tipografia Vozes. Petrópolis. 1929.

<sup>190</sup> Livro de Receitas e Despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791-1837.

Acima, relacionamos alguns legados deixados para a irmandade entre 1791 a 1801. Com isso, podemos perceber a existência de testamenteiros e de viúvas que repassavam o dinheiro para a irmandade. Algumas pessoas deixavam ainda, bens como casas ou objetos pessoais como joias, adereços de prata, ou produtos que poderiam ser vendidos como uma caixa de açúcar que foi oferecida por um devoto para o Santíssimo Sacramento em 1798.<sup>191</sup> Este dinheiro era investido no pagamento das necessidades como cera, farinha, tecidos, e nas diárias dos serviçais que trabalhavam nos reparos do templo.<sup>192</sup> É importante frisar que estas esmolas desempenhavam importante papel na irmandade, pois maior parte do dinheiro era investida nas obras de reparo estrutural ou na promoção do assistencialismo.<sup>193</sup>

As receitas e despesas das irmandades nos ajudam a compreender o papel que exerceram na vida da comunidade, pois, à medida que serviram como veículos do catolicismo popular no Brasil, também se tornaram relevantes na assistência de seus irmãos e dos necessitados. As irmandades realizavam casamentos, batismos, sepultamentos, socorriam os enfermos, distribuía esmolas aos presos, realizavam festas, ou a emprestava dinheiro aos membros.<sup>194</sup>

No quadro abaixo, utilizaremos as “entradas e saídas” do livro de receitas como demonstração das movimentações financeiras que se faziam no Santíssimo Sacramento, uma das mais ricas do Recife colonial.

---

<sup>191</sup> Livro de receitas e despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791-1837. fl.68.

<sup>192</sup> Livro de Receitas e Despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791-1837.

<sup>193</sup> *Idem.*

<sup>194</sup> SAMPAIO, Juliana da Cunha. **Irmãs do Rosário de Santo Antônio: Gênero, Cotidiano e Sociabilidade em Recife (1750-1800)**. Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2009; REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Companhia das Letras. 1991; BEZERRA, Janaína Santos. **Pardos na Cor & Impuros no Sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII**. Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2010.

### Quadro 5- Relação das entradas, fevereiro a maio de 1798

Mês	Valor
Fevereiro	39\$015 <sup>195</sup>
Abril	84\$650 <sup>196</sup>
Maior	105\$905 <sup>197</sup>

Fonte: Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.

Nesse quadro podemos perceber que num primeiro momento as verbas foram provenientes das esmolas e dos serviços prestados pela sacristia da igreja. Nos primeiros meses, o capital recolhido não foi suficiente para prover a irmandade de suas obrigações. Desta forma, ficaram comprometidas as celebrações de missas e promoção de festividades. Exemplo disso foi a Semana Santa a qual fora promovida pela irmandade em abril de 1791, com o patrocínio do irmão juiz Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque, senhor de três engenhos e ex-contratador das carnes de Recife e Olinda<sup>198</sup>. As “entradas” desse período estavam comprometidas pelas obras que se faziam na igreja, já que ainda construíam algumas partes do templo e reformavam-se outros. Deve-se somar a isto as limitadas fontes de captação de recursos, dependendo quase que exclusivamente de esmolas e serviços paroquiais. O quadro abaixo nos dá o panorama das arrecadações em outro momento.

<sup>195</sup> Recebidos do irmão Juiz Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque das esmolas que se tiraram na sexta-feira próxima passada; dezenove mil e quinze réis; Do irmão João Lopes Cardoso Machado importância da sua mordomagem [entrada ou anuidade], pertencente ao corrente ano; vinte mil réis; Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.

<sup>196</sup> Recebidos do irmão procurador João Anastácio da Cunha, e dos mais desta irmandade, importe das esmolas que retiraram no mês de março próximo passado; cinquenta e sete mil quatrocentos e dez réis; Do irmão Sacristão Henrique José Brainer importe do que renderam as mesas dos batizados [no] mês de março passado; vinte sete mil duzentos e quarenta réis. Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.

<sup>197</sup> Recebidos do irmão José Da Fonseca Silva produto das esmolas que se retiraram quinta-feira maior na porta da igreja; vinte e hum mil e oitenta e cinco réis; Do irmão sacristão Henrique José Brainer importe do que produziram as mesas dos batizados no mês de abril próximo passado; trinta e quatro mil seiscentos e dez réis; Do irmão Francisco Ribeiro Maia das esmolas que retiraram no mês de abril próximo passado; cinquenta mil duzentos e dez réis. Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.

<sup>198</sup> Livro de atas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791-1837. fl 05 f.

**Quadro 6- Relação dos rendimentos da Irmandade Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife, (fevereiro a abril de 1798)**

Mês	Valor
Fevereiro	91\$570 <sup>199</sup>
Março	38\$975 <sup>200</sup>
Abril	169\$380 <sup>201</sup>

Fonte: Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.

Em 1798, as obras já haviam sido concluídas. Com isso, a renda da Irmandade ficava livre para serem investidas em outras áreas como assistencialismo, pagamento de festas e missas. Através no quadro acima, podemos perceber a multiplicidade de fontes de captação de recursos. Nesse momento, a confraria não dependia exclusivamente de esmolas e entradas. Os legados deixados por irmãos e alguns aluguéis de imóveis geravam receitas fixas que possibilitava a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio sustentar suas obras de caridade e promover as festas de sua obrigação. Outra fonte de captação de recursos eram os serviços paroquiais como batismos, casamentos e sepultamentos. As missas, que eram oferecidas por ação de graças alcançadas, pelas almas ou por proteção, também complementava a renda. Estes serviços eram oferecidos, na maioria das vezes, às pessoas que

<sup>199</sup> Dinheiro que recebeu o irmão tesoureiro do irmão José Antônio Pereira de Carvalho de sua entrada (20\$000); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador João José Velho (9\$800); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador João Pacheco Vieira (9\$585); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador José Antônio de Rezende (12\$120); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador Antônio José de Souza Salgueiro (9\$140); Rendimentos do irmão procurador Francisco Antônio de esmola do oratório da ponte (8\$645); Rendimentos da Igreja no mês de janeiro (22\$280); Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.

<sup>200</sup> Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador João José Velho (10\$520); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador José Antônio de Rezende (8\$000); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador João Pacheco Vieira (6\$440); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador Antônio José de Souza Salgueiro (3\$500); Rendimentos do irmão procurador Francisco Antônio de esmola do oratório da ponte (10\$515) Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837

<sup>201</sup> Rendimentos da Igreja no mês de fevereiro (19\$000); Esmola de mordomage [entrada ou anuidade] do irmão João Pereira Lobo (20\$000); Esmola de entrada de do irmão Clemente José da Costa (20\$000); Esmola de entrada do irmão Manoel Joaquim Teixeira Portugal (20\$000); Rendimentos de esmola na porta da igreja na quinta-feira Santa (6\$400); Esmola de Caetano de Carvalho (5\$000); Rendimentos de esmolas que se tiraram dos irmãos na festa da instituição (5\$100); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador Antônio José de Souza Salgueiro (10\$040); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador João Pacheco Vieira (11\$450); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador José Antônio de Rezende (11\$960); Rendimentos da bolsa de esmolas do irmão procurador João José Velho (14\$090); Rendimentos do irmão procurador Francisco Antônio de esmola do oratório da ponte (18\$340); Aluguel de cinco meses das casas da rua nova e consta do recibo que lhe passou o irmão procurador Antônio José Salgueiro (8\$000); Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.

não fossem irmãos e estavam sujeitos às cobranças que poderiam variar de acordo com a condição social do requerente.<sup>202</sup>

A tabela abaixo demonstra os valores recolhidos com esmolas e serviços paroquiais referentes aos três primeiros meses.

**Tabela 1- Entradas e Saídas, fevereiro a abril de 1791<sup>203</sup>**

<b>MÊS/ANO</b>	<b>ENTRADA</b>	<b>SAIDA</b>	<b>SALDO</b>
Fevereiro	39\$015	-	39\$015
Março	84\$650	429\$080	-344\$430
Abril	105\$905	71\$065	34\$840
<b>Total</b>	<b>229\$570</b>	<b>500\$145</b>	<b>-270\$575</b>

**Fonte: Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.**

Houve um crescimento gradativo de capital, todavia os primeiros meses fecharam com as contas negativas e a irmandade passou por dificuldades financeiras. Nesse momento, a quitação de suas dívidas foi possível graças às esmolas recolhidas e aos irmãos mais ricos que pagaram as despesas da irmandade.<sup>204</sup> Por isso, o compromisso estabelecia que para ser juiz era necessário ser abastado em bens.<sup>205</sup> Os primeiros juízes eram homens ricos, que moravam na freguesia e estavam ligados ao comércio. Já a tabela abaixo nos dá a perspectiva dos gastos da irmandade num outro momento, quando as contas já estavam estabilizadas e as fontes de captação de recursos eram diversas.

<sup>202</sup> BORGES, Celia Maia. **Escravos e Libertos nas irmandades do Rosário: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais, século XVIII**. Ed. UFJF. Juiz de Fora, 2005. p. 94

<sup>203</sup> Livro de receitas e despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791-1837.

<sup>204</sup> Livro de receitas e despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791-1837

<sup>205</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1794. Capítulo I, “Juízes”. p. 03.

**Quadro 7- Relação das despesas de junho, 1798<sup>206</sup>**

<b>Mês</b>	<b>Valor</b>
<b>JUNHO</b>	212\$125 <sup>207</sup>
	14\$250 <sup>208</sup>
	14\$040 <sup>209</sup>
	25\$600 <sup>210</sup>
	23\$710 <sup>211</sup>
	54\$000 <sup>212</sup>
	31\$360 <sup>213</sup>
	5\$120 <sup>214</sup>
	94\$000 <sup>215</sup>
	60\$000 <sup>216</sup>
<b>Total</b>	<b>534\$205</b>

**Fonte: Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837**

<sup>206</sup> Livro de Receitas e despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. 1791-1837. fl. 70. 17 de junho de 1798.

<sup>207</sup> “Dinheiro que o nosso irmão tesoureiro deu ao irmão Estanislau Pereira de Oliveira como testamenteiro do defunto o nosso irmão Reverendo Antônio Teixeira Silva, por ordem da mesa por deixar o irmão falecido a esta irmandade sua herdeira de todos os seus remanescentes feitos os seus legados. E o irmão testamenteiro, na ocasião do falecimento não ter dinheiro para fazer seu funeral, queria vender dos bens da testamentária para pagar a despesa que havia feito com seu enterro. E para não vender porque \_\_\_ em prejuízo desta irmandade houve por bem doar o dinheiro [ao] irmão como consta do recibo que passou”; Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837

<sup>208</sup> Pagamento a Jerônimo Coelho de Carvalho do quartel da música das missas das quintas feiras; Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.

<sup>209</sup> 6 lampiões para corredores e escadas da igreja nos dias de festas; Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837

<sup>210</sup> Um barril de azeite doce para a lâmpada comprado a Manoel José Duarte Guimarães. Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837

<sup>211</sup> Despesas feitas com a igreja no mês de maio: lavagem de roupa (\$600); 03 canadas e 03 quartilho de vinho branco (4\$800); 12 covas para os pobres a \$80 cada; 09 libras de farinha do reino para hóstias e partículas(1\$080); dinheiro para os pretos que carregaram a cadeira do Santíssimo Sacramento(\$720); dinheiro para pratear 14 ramalhetes para o trono (7\$840); 04 semanas ao preto das pernas quebradas (3\$200); Uma missa ao Reverendo Vigário que cantou no Dia Ascensão (2\$320); alfinetes, broxas, flores e carretos (1\$030); por retelhar a capela mor ao pedreiro (\$720); 12 telhas (\$120); dinheiro de cortar os vidros para as lanternas (\$320)

<sup>212</sup> Missas que se tem dito para os irmãos falecidos: 60 missas para o irmão André da Costa Magalhães (12\$000); 30 missas para o irmão Manoel Antônio da Costa Rocha (6\$000); 30 missas para o irmão José Caetano de Abreu (6\$000); 60 missas para o irmão Antônio Cabral de Mello (12\$000); 60 missas para o irmão Bernardo José da Costa (12\$000);30 missas para a irmã Brígida Rosa (6\$000). Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.

<sup>213</sup> 49 missas das quintas feiras ditas pelo Vigário. Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837.

<sup>214</sup> 04 ofícios de agonia pelos irmãos falecidos. Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837

<sup>215</sup> Despesas da cera com o Santíssimo Sacramento. Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837

<sup>216</sup> Pelo ordenado do ano ao Guarda da Igreja. Livro de Receitas e despesas. Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Recife, 1791-1837

Esta é uma das listas de despesas mais completas da irmandade. Nela podemos perceber todas as obrigações do Santíssimo e abrangência dos contemplados pelo assistencialismo. As contas anuais fechavam no mês de junho, logo após a celebração do Corpus Christi, quando era eleita nova mesa. A cera, o vinho, as missas, a farinha para as hóstias e a abertura de covas eram itens frequentes nas despesas da irmandade. O que variava era a quantidade, principalmente em épocas de festas. Com relação aos gastos com sepultamentos, raros foram os meses que não se abriram covas para os pobres. As “saídas” referentes a esta obrigação dizem respeito ao pagamento do Guarda da Igreja para abrir a cova e ao carroto (condução do banguê no trajeto da casa até a igreja).

Havia duas modalidades de exposição do Santíssimo Sacramento: uma era o Viático (ofício de agonia), celebrado para os irmãos em estado terminal, correspondia ao rito passagem na hora da morte, ou seja, o “bem morrer”; a segunda modalidade era a “unção”, ou Eucaristia, representada pelo recebimento da hóstia também oferecida aos enfermos. A irmandade pagava por ambas. Os custos eram referentes à condução da cadeirinha do Santíssimo Sacramento e do pália pelos negros. A celebração da missa pelo padre, e no caso de ser ofício de agonia também se pagava por este uma quantia maior. Só em caso do irmão alcançar a cura este deveria arcar com as despesas, e na falta desta obrigação ficava vetado o recebimento do sufrágio numa outra ocasião. Nas despesas de junho de 1798, podemos perceber além do assistencialismo através da abertura das covas, o pagamento de 3\$200 réis ao “preto das pernas quebradas”. Há alguns meses que a irmandade ajudava este indivíduo do qual não sabemos o nome, os motivos da enfermidade ou se era um dos pretos que fazia trabalhos na irmandade ajudando o guarda da igreja como ordenava o compromisso. Mas podemos perceber a preocupação da mesa em pagar o ordenado de 800 réis semanais ao dito, segundo a obrigação que manda o compromisso de cuidar da enfermidade deste escravo quando estivesse enfermo.

As despesas e receitas das irmandades nos ajudam a compreender o papel que exerceram na sociedade, suas vias de ações e as formas como adquiriam seus patrimônios. Com isso, podemos perceber tais entidades como instituições complexas formadas por ações políticas, econômicas, sociais e religiosas. Devido ao extenso patrimônio, algumas irmandades foram mais disputadas. Os mais importantes cargos da mesa como juiz, escrivão, procurador-geral e tesoureiro também se transformaram em vias de acesso ao patrimônio que em algumas situações, poderia significar algum proveito. Percebemos através de cálculos e consultas às contas do Santíssimo Sacramento que aparentemente não houve casos de desvios de dinheiro. O que podemos afirmar é que alguns irmãos utilizaram seus postos para facilitar

o acesso aos privilégios como empréstimos, reforçando o papel das irmandades como veículos de interesses pessoais.

### 2.3. Os ritos fúnebres na Irmandade do Santíssimo Sacramento

A morte é um dos objetos sociais mais complexos. Suas concepções se modificam ao longo do tempo dentro de uma dada sociedade. Segundo Arnold Van Gennep, as diversas concepções misturam-se entre si, e adquirem repercussão nos ritos.<sup>217</sup> Assim, sabemos que “*não se morre mais como antigamente*”<sup>218</sup>, e que as irmandades tiveram papel preponderante como associações preocupadas com a transitoriedade da vida e a organização da morte.

Acredita-se que, na América portuguesa, a morte foi um dos temas cotidianos, que mereceu especial atenção da Igreja Católica através das Constituições do Arcebispado da Bahia. O destaque dado à morte recebeu ainda significados políticos e sociais, reafirmando entre os indivíduos o fato de ascender socialmente, que era refletido já a partir dos preparativos do funeral, pois havia a necessidade de demarcar a condição social adquirida em vida. Havia, por conseguinte, a relação com a cultura em que os indivíduos estavam inseridos, sendo reflexo dos padrões vigentes, a organização dos ritos fúnebres poderia ser mais simples ou complexos. Nesse caso se investia numa organização cerimonial exuberante, marcada por cortejos, missas, e abertura de covas em lugares pré-estabelecidos para aqueles que tinham alcançado posições sociais mais confortáveis.<sup>219</sup>

Os sepultamentos foram objetos frequentes nos testamentos, além de registrar a relação de bens deixados, registravam os desejos das pessoas sobre a organização dos funerais destacando a igreja que deveria ser sepultados, a quantidade de missas celebradas e os legados deixados às irmandades na pretensão de alcançar a salvação ou perdão dos pecados. Para José Luiz de Souza Maranhão, “*o testamento passou a desempenhar um papel de essencial importância. De mero ato de direito privado, destinado a regulamentar a partilha de bens durante a Antiguidade romana, o testamento tornou-se um contrato de salvação*”.<sup>220</sup> A maior parte dos patrimônios chamados bens de raiz deixados às irmandades tem como origem o

<sup>217</sup> GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Coleção Antropologia. Ed. Vozes. 2ª ed. Petrópolis, 2011. p. 128

<sup>218</sup> Idem, p.08.

<sup>219</sup> Na irmandade do Santíssimo Sacramento os irmãos com maior prestígio, e que haviam ocupado lugar de destaque como juízes, tesoureiros e escrivães, eram sepultados nas covas próximas aos altares.

<sup>220</sup> MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. Série Primeiros Passos. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1998. p.32

último desejos de seus benfeitores.<sup>221</sup> Esses legados ajudam a explicar acumulação de verdadeiras fortunas em algumas confrarias, onde muitos dos imóveis eram alugados ou aforados, se tornando parte da conta corrente nas receitas da instituição.<sup>222</sup>

Para ilustrar esse cenário no Recife em 1783 temos o caso do capitão Bernardo José de Souza, filho legítimo de Caetano de Souza Rios e Rosa Francisca Chaves, natural do Porto e casado com Joana Maria de Souza, que escreveu de próprio punho seu testamento. Justificava Bernardo José que *“estando enfermo, porém em meu perfeito juízo e entendimento que Jesus Nosso Senhor me deu temendo-me da morte e desejando por a minha alma em salvação, faço este meu testamento na forma e maneira seguinte (...)”*.<sup>223</sup> A preocupação com o destino de sua alma estimulava o indivíduo a deixar por escritos seus últimos desejos. Como uma fórmula comum a todos os textos desse gênero a prescrição das missas e legados em prol de irmandades e ordens terceiras merecia destaque. Bernardo José desejava ter missas ditas na irmandade das almas da matriz do Corpo Santo assim como na igreja da Ordem terceira do Carmo.<sup>224</sup> Em testamento deixava dinheiro suficientes para celebrarem vinte missas á quantia de 320 réis cada uma. Além disso, deixava esmolas para tantas outras missas, *“todas ditas pela minha alma, pelos religiosos de Nossa Senhora da Penha em sua Igreja”*.<sup>225</sup> Era desejo de Bernardo José ser acompanhado por pobres até a sepultura, para quais deixava um vintém.<sup>226</sup> De forma geral, os testamentos retratavam os últimos desejos do enfermo, incluindo a partilha dos bens e os ritos fúnebres para seu sepultamento;

*“Meu corpo será sepultado nas catacumbas de minha venerável ordem terceira do Padre São Francisco, amortalhado no meu hábito de terceiro e levado à sepultura pelos meus irmãos terceiros e as mais irmandades de que sou irmão. Também me acompanharão o meu reverendo pároco com mais vinte sacerdotes e também me acompanharão os reverendos religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo (...)”*<sup>227</sup>

---

<sup>221</sup> O livro de tomo as paróquias podemos encontrar a relação de propriedades adquiridas. A maior parte foi conquistada através de doações dos irmãos da irmandade principal daquela que administrava a igreja. No capítulo 2 desta dissertação encontramos as receitas da Irmandade do Santíssimo e a relação de legados deixados por seus irmãos. Além de prédios, os irmãos doavam esmolas como observado.

<sup>222</sup> Os livros de receitas e despesas do Santíssimo Sacramento chega a trazer o nome dos inquilinos, a rua e até a descrição da casa.

<sup>223</sup> Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico. Bernardo José de Souza, 1783. Coleção Inventários e Testamentos. 1742-1800.

<sup>224</sup> *Idem*

<sup>225</sup> *Idem*

<sup>226</sup> *Idem,*

<sup>227</sup> *Idem*

Pela quantidade de pessoas e irmandades que participaram do sepultamento do Capitão Bernardo José fica evidente sua importância no Recife. Além disso, a preocupação com a salvação de sua alma estava associada à presença vários sacerdotes e irmandades, que afirmava o capitão ser irmão. Desta forma, percebemos a importância dessas associações para a organização das cerimônias fúnebres, reafirmando o prestígio dos confrades através de luxuosas exibições. Entre os séculos XVI e XIX as irmandades tiveram papel de destaque na organização dos sepultamentos. A maior parte da população na América portuguesa procurava estar inserida nesses espaços, já que além de servir como refúgios espirituais em devoção de um orago, elas ajudavam a garantir um enterramento digno, em alguns casos exuberantes. As cerimônias fúnebres eram atribuídos significados políticos, já que muitos indivíduos utilizavam a ocasião para assegurar o prestígio conquistado em vida.<sup>228</sup> Esta assertiva pode ser observada no caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, que ao representar um dos principais espaços de sociabilidade e religiosidade em Pernambuco, era reconhecida por ter em seu quadro de irmãos as pessoas mais destacadas da localidade. O significado em ser sepultado nesta irmandade pode ser observado através do elevado número de admissões, além de casos de pedidos para ser sepultados não-irmãos na confraria. O caso de João Pedro de Moraes ilustrada essa situação. Sendo homem de notável condição social e funcionário da Fazenda na Capitania de Pernambuco, não irmão do Santíssimo Sacramento, ademais as boas relações do governador de Pernambuco e seu amigo, Dom Thomaz de Mello com a confraria garantiu a João Pedro uma sepultura decente da porta para dentro da igreja.<sup>229</sup> Entretanto, garantiam os irmãos que esta ocasião era uma exceção e não poderia servir como critério para outros solicitantes. Segundo o escrivão da irmandade o pedido para levar o contador geral da fazenda foi uma insinuação do Governador, mas não era obrigação daquela irmandade, e sim contrária às determinações do compromisso que mandava acompanhar a sepultura apenas seus irmãos.<sup>230</sup> Isto reforçava o significado que o Santíssimo Sacramento tinha na localidade: entre tantas outras irmandades e ordens terceiras no Recife, ela agregava homens de notável prestígio, assegurava relações sociais e o reconhecimento de suas condições de vidas.

Os enterramentos e serviços paroquiais como casamentos e batismos foram, ao longo do período colonial, importantes formas de aquisição de capital. Algumas confrarias eram responsáveis pela administração destes sacramentos. Na freguesia de Santo Antônio do

<sup>228</sup> Cf. REIS, João José. **A morte é uma festa**. Companhia das Letras. São Paulo, 1991.

<sup>229</sup> Livro de atas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791. Fl. 03 f.

<sup>230</sup> *Idem*

Recife, o Santíssimo Sacramento era a administradora destas obrigações, e todo dinheiro recebido entrava para os cofres da confraria, tornando-se um dos meios de aquisição de riquezas.<sup>231</sup> Acreditamos que por este motivo, nos anos iniciais do século XIX, ocorreram disputas entre algumas irmandades e o Bispado de Pernambuco. Por trás dos argumentos litúrgicos entre as partes, alimentava a cobiça tanto da Madre Igreja, quanto das irmandades o fato de se apoderarem das receitas em suas paróquias.<sup>232</sup> Dessa forma, a complexidade da morte pode ser observada, inclusive, através da perspectiva econômica gerando riquezas e disputas entre Igreja e irmandades.

Havia uma preparação para a morte. Tudo se passava tal como se o fim da vida fosse algo comum, o qual ninguém não poderia escapar, talvez essa ocasião fosse o único momento de igualdade entre os homens. Entretanto, a morte mostrava também suas contradições, pois se não podia fugir da morte, pelo menos transformá-la em algo diferenciado, e tudo dependia da posição social conquistada em vida. Neste sentido, os ritos fúnebres e sepultamentos realizados na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife possuía este fim. Como a entrada na irmandade estava condicionada a importância do indivíduo naquela sociedade, participar como irmão dava o direito de ser sepultado com toda pompa possível e acompanhado em cortejo pelos demais integrantes ao sepulcro. Ademais, o custo da joia de entrada, muito maior que em outras confrarias e ordens terceiras já excluía boa parte da população que não possuía condições de pagar os trinta e dois mil réis para mulheres e vinte mil réis se fosse homem.<sup>233</sup> Logo, os enterramentos dos irmãos do Santíssimo era um evento particular, já que o evento significava a morte de uma pessoa importante da Vila do Recife.

Como promotoras de assistencialismo, as irmandades reservavam recursos para suprir as necessidades de seus membros na hora da morte, socorrendo-os com tudo aquilo que fosse preciso para garantir um enterro digno. Assim, as confrarias tinham nas suas igrejas áreas para sepultar seus irmãos e indivíduos da comunidade. Além disso, os locais que caberia a cada um era uma consequência direta de sua importância social. A posição de um irmão dentro da irmandade era um prolongamento daquilo que havia conquistado externamente. Os cargos exercidos na administração da irmandade também refletiam importância na hora dos enterramentos, pois poderia render melhores lugares no momento da abertura de uma cova ou

---

<sup>231</sup> Livros de Receitas e despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento. Op. cit. No capítulo 2 discutimos as receitas e despesas da irmandade. Em janeiro de 1798 a Igreja rendeu 22\$280 réis referentes aos serviços de batismos, sepultamento e casamento. Além dessa receita a Irmandade recebia dos fieis esmolas que completavam os rendimentos, assim como os alugueis dos imóveis.

<sup>232</sup> Livro de atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1791-1837.

<sup>233</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, “Das entradas”, 1794.

aquisição de catacumbas. Os membros de maior prestígio, principalmente juízes e demais integrantes da mesa tinham preferencia dos lugares próximos aos altares.<sup>234</sup> Desta forma, a morte não encerrava as conquistas adquirida em vida, mas era a cristalização da condição social, agora revestida de uma ritualização que buscava reafirmar no imaginário da sociedade a importância do defunto. Os investimentos Completava o cenário do cerimonial que se faziam como forma de reforçar os papéis sociais e se obter a salvação.

A morte é ressaltada nas *Ordenações Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que no livro quarto dedicou alguns títulos para a administração mortuária. Segundo o que se manda pelo concílio de 1707, e se estendeu ao longo do período colonial, a morte continuava por representar as posições sociais alcançadas em vida pelo defunto, e acima de tudo introduzir em seus ritos formas alegóricas barrocas. O texto nos revela a “burocratização” da morte e a intensidade com que ela foi vivida, ao ponto de dedicar uma parte de legislação eclesiástica vigente na América portuguesa para organizar os ritos fúnebres. O momento que antecedia a morte era marcado pela exposição do viático e a extrema-unção. O primeiro poderia ser visto até com alguma esperança pelo moribundo, amigos e familiares, já que o óbito poderia não se concretizar, e ficaria para o indivíduo agora recuperado a conta de toda mobilização ritualística e humana que ocorria, mais precisamente, a gastos com o pároco e negros que levavam a cadeirinha do Santíssimo.<sup>235</sup> Segundo as Constituições:

*“Pelo que mandamos, que não só com suma diligencia, e cuidado levem o Senhor a seus fregueses doentes, sendo chamados, mas com o mesmo procurem saber se na sua paróquia há alguns enfermos, que estejam em perigo de morte, aos quais se haja de administrar , para que com tempo se lhes administre, e não suceda que por sua culpa morram seus fregueses sem receber este espiritual mantimento das almas”*<sup>236</sup>

É importante notar que o clérigo não deveria ficar à espera do chamamento do moribundo. O pároco deveria procurar aquele que estivesse em perigo de morte fazendo a administração do Santíssimo Sacramento. Nos períodos de assolação de doenças é de se imaginar o quanto estes párocos trabalhavam, indo de cima a baixo pelas ruas da vila, alguns com seus escravos ajudantes, os amigos e familiares do doente, noutros casos já saiam

<sup>234</sup> Livro de atas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791-1837.

<sup>235</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento. “Sufrágios”, 1794.

<sup>236</sup> Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Livro Primeiro, título XXIX, p.50

acompanhados pelas irmandades. A casa do moribundo deveria estar decentemente arrumada para receber o Santíssimo. Antes mesmo da chegada da comitiva formada pelo pároco, amigos, familiares e irmandade era necessário “guizar” o espaço, ou seja, limpá-lo e colocar velas acesas.<sup>237</sup> Já na saída da igreja os sinos deveriam fazer tantos repiques quanto necessários, em respeito à exposição do viático, e tanger a companhia pelas ruas.<sup>238</sup> A casa já limpa, deveria conter uma mesa com toalhas lavadas e duas velas acesas, onde se colocava a ambula receptora do Santíssimo Sacramento.<sup>239</sup> Após a acomodação de cada espectador e do próprio clérigo, se iniciava com a encomenda do enfermo: “*Pax buic domui*”. Pronunciava o religioso. E respondera o enfermo: “*et omnibus habitantibus in e a*”.<sup>240</sup>

Após alguns gestos, água benta, preces e orações do rito romano o padre dizia aos presentes:

*“Este nosso irmão como fiel, e verdadeiro cristã, quer receber o Santíssimo Corpo de Cristo nosso Redentor: pede-vos rezeis por ele um Padre Nosso, e uma Ave Maria, pedindo Nosso Senhor lhe dê graça, para que dignamente o receba. E pelo amor de Deus pede perdão a qualquer pessoa, a quem tiver feito alguma ofensa: e se alguém o tem ofendido, ele com boa vontade, e caridade cristã lhe perdoa”*<sup>241</sup>

A cena descrita mostra o quanto eram teatrais os ritos fúnebres na América portuguesa. Esta fórmula servia para as diversas partes da colônia, já que era o que mandava as *Constituições*. Já dissemos o significado de *representação* que permeia nossas análises, e a citação acima ajuda-nos a entender o quanto de barroco e alegórico eram as cerimônias na colônia. Não só a vida era regida por normas, mas até a própria morte. Outra ideia que nos chama a atenção é o fato do indivíduo esperar a morte, e podemos acreditar que estava mais preparado e íntimo dela do que nas sociedades posteriores. Por isso, a importância das irmandades na organização dos ritos e na administração mortuária. Além disso, podemos reforçar o que bem afirmou João José Reis, quando diz que a morte era um negócio.<sup>242</sup>

<sup>237</sup> *Idem*

<sup>238</sup> *Idem, ibidem*. Em algumas situações essa campanha se assemelhava às matracas utilizadas pela Irmandade do Santíssimo Sacramento na Semana Santa.

<sup>239</sup> *Idem*, p. 51

<sup>240</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>241</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>242</sup> Ver REIS, João José. **A morte é uma festa**. Companhia das Letras. São Paulo, 1991.

Na tabela 2 podemos perceber o quantitativo de enterramentos realizados no cemitério e na Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife em 1818. Infelizmente não temos os livros de óbitos para o período anterior. Suspeitamos que os mesmos tenham sido destruídos pela ação do tempo ou extraviados nas idas e vindas dos párocos responsáveis pelos registros. É importante ressaltar que os números não são exclusivos de irmãos do Santíssimo, pois ser sepultado na matriz não era um privilégio apenas de seus confrades. O próprio compromisso da instituição permitia que indivíduos não-irmãos fossem sepultados na Igreja, entre estes estavam eclesiásticos e seus pais, pobres e presos. Isto nos ajuda a entender que apesar de reservar suas sepulturas aos membros da irmandade, o Santíssimo Sacramento se destacou, sobretudo, pelo auxílio aos necessitados da Vila. Como observados nos registros, a abertura das sepulturas dos presos era uma obrigação da Irmandade, que além garantir um lugar para aqueles também custeava o pagamento do guarda da igreja, que entre as diversas atribuições estava o de abrir e fechar as covas, e a mortalha dos presos.

**Tabela 2**  
**Sepultamentos na Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, 1818**

Etnia	Nº	%
Branços	48	40.6
Pardos	44	37.2
Africanos	12	10.2
Criolos	8	6.8
Índios	1	0.85
Cabras	2	1.7
Outros	3	2.55
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>100%</b>

Fonte: Livro de óbitos, Matriz do Santíssimo Sacramento (1818-1826)

Como podemos observar, o enterramento de brancos foi superior na Matriz do Santíssimo. Já o elevado número de pardos é justificado pelas condições econômicas e jurídicas dos defuntos. A maior parte destes eram pobres e presos, condição necessária para que fossem sepultados naquela matriz, inclusive gratuitamente, pois como mandava o compromisso, essas sepulturas ficavam “*pelo amor de Deus*”.<sup>243</sup> Esta também é a justificativa para encontrarmos crioulos, africanos e outros grupos étnicos sendo enterrados ali. Chamamos a atenção o fato de alguns crioulos e africanos terem como donos pessoas brancas, ilustres e irmãos do Santíssimo de Santo Antônio Para maiores detalhes como nomes, idade, grupo

<sup>243</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. “Dos Sufrágios”, 1794.

étnico-racial, pais, cônjuges e donos (escravos), consultar o quadro de óbitos do ano de 1818 que se encontra nos apêndices deste trabalho.<sup>244</sup>

Na tabela 3 temos a distribuição dos sepultamentos na Freguesia de Santo Antônio do Recife e arredores. Os dados são referentes às igrejas, conventos, ordens terceiras, irmandades e hospitais da Vila. Os registros ficavam sob a responsabilidade da Matriz do Santíssimo Sacramento, que deveria receber das referidas instituições e fazer as devidas anotações como ordenava as *Constituições*, e que posteriormente eram fiscalizadas pelas autoridades eclesiásticas. A tabela está organizada de acordo com o grupo étnico-racial e local de sepultamento. Como podemos observar, o Santíssimo Sacramento de Santo Antônio foi o local de enterramento da maior parte da população do Recife em 1818:

**Tabela 3**  
**Distribuição dos sepultamentos da Freguesia de Santo Antônio do Recife e arredores, 1818**

<b>Igrejas</b>	<b>Branco</b>	<b>Pardo</b>	<b>Criolo</b>	<b>Africano</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Santa Rita	14	2	2	-	-	18
São José/O.T.São José	8	15	7	6	1	37
N.S. Terço	50	9	1	1	3	64
N.S.Rosário	1	4	16	39	3	63
N.S.Livramento	18	59	4	5	1	87
N.S.Martírios	8	11	18	3	2	42
Hospital	10	9	5	2	1	27
SS. Sacramento (Matriz)	48	44	8	12	6	118
N.S.Rosário(Boa Vista)	-	-	-	3	-	3
SS.Sacramento(Boa Vista)	2	-	-	-	-	2
N.S.Penha/Hospício da Penha	10	-	-	-	-	10
O.T.São Francisco/São Francisco	23	-	3	3	-	29
O.T.Carmo/Carmo	8	-	7	4	-	19
São Benedito	-	-	2	6	-	8
São Pedro	2	-	-	-	1	3
Outros	3	1	-	1	-	5
<b>Total</b>						<b>535</b>

Fonte: Livro de óbitos, Matriz do Santíssimo Sacramento. (1818-1826)

Entre o século XVIII e primeira metade do século XIX, os enterramentos no Recife foram distribuídos em pelo menos 15 igrejas.<sup>245</sup> Para algumas como a de Santelmo, não

<sup>244</sup> Para consultar o conceito de mestiçagem ver PEREIRA, José Neilton. **Além das Formas, a Bem dos Rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789)**. Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2009; Janaína Bezerra ao estudar as irmandade abordou as categorias étnico-raciais que conviviam nestes espaços. Ver BEZERRA, Janaína Santos. **Pardos na Cor & Impuros no Sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII**. Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2010.

encontramos registros, mas acreditamos haver interrompido os sepultamentos pela falta de espaços naquele templo e por sua distancia em relação aos núcleos populacionais de Santo Antônio e Boa Vista. Analisamos o livro de óbitos de 1818 a 1826 da Matriz de Santo Antônio, igreja do Santíssimo Sacramento, e observamos que aquela foi o local escolhido pela maior parte da população da freguesia. Do total de sepulturas consultadas 22% foram abertas na Matriz ou no cemitério mantido pelo Santíssimo Sacramento. Desse total 40.6% foram abertas para brancos, 37.2% para pardos e apenas 10.2% para africanos de diversas nações. A proximidade com área da Boa Vista e a freguesia de São frei Pedro Gonçalves fazia com que os habitantes destas partes buscassem sepulturas em Santo Antônio, principalmente na Matriz, área de maior movimentação religiosa devido o maior número de igrejas. Como evidenciam os documentos, essa freguesia possuía ainda o Hospício da Penha, casa de reabilitação para doentes.<sup>246</sup>

Entre as igrejas que tiveram os maiores números de sepultamentos, podemos destacar N.S. do Terço, Livramento e Martírios, além disso, parece que a maior parte dos crioulos e africanos da Vila foi sepultado no Rosário dos Homens Pretos, mantido pela irmandade de mesmo nome, que aceitava como irmãos indivíduos da nação da Costa e Angola.<sup>247</sup> Como aponta João José Reis, o local de sepultura era uma característica importante da identidade do defunto. Os sepultamentos em determinadas igrejas e irmandades, o uso de determinada mortalha e a parte do templo designava a representatividade do morto naquela sociedade.<sup>248</sup> As igrejas mais simples como a dos Martírios sepultava gente de diversos grupos étnico-raciais, não existindo restrições como demonstra os registros do livro de óbitos de Santo Antônio.

Como já fora dito, na irmandade do Santíssimo Sacramento não cobrava o sepultamento de prisioneiros e pobres, mas para a gente que podia pagar o custo do enterramento no Santíssimo Sacramento era de mil e seiscentos réis como mandava o compromisso.<sup>249</sup> Para as ordens franciscana e carmelita não sabemos os valores cobrados, mas estas foram ainda mais restritas. Esse fato foi comprovado pelos poucos sepultamentos averiguados para o período que temos registros. Em São Francisco, por exemplo, tanto a entrada na ordem, quanto o direito de adquirir sepulturas foi reservado a uma elite,

<sup>245</sup> O número parece-nos pequeno se compararmos a Salvador que em 1835-36, como demonstra o estudo de João José Reis, possuía aproximadamente 41 igrejas que promoviam sepultamentos. Ver. REIS, João José. **A morte é uma festa**. Companhia das Letras. São Paulo, 1991.

<sup>246</sup> Livro de Óbitos. Matriz do Santíssimo Sacramento. Recife. 1818-1826

<sup>247</sup> Cf. SAMPAIO, Juliana da Cunha. **Irmãos do Rosário de Santo Antônio: Gênero, Cotidiano e Sociabilidade em Recife (1750-1800)**. Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2009.

<sup>248</sup> REIS, João José. **A morte é uma festa**. Companhia das Letras. São Paulo, 1991. p.190

<sup>249</sup> *Idem*. “Dos Sufrágios”, 1794.

principalmente de brancos.<sup>250</sup> Dos 29 sepultamentos levantados, 23 foram de brancos, 3 de crioulos e 3 de africanos. A curiosidade fica por conta de escravos que conseguiram sepulturas nessa ordem. Em 4 de junho de 1818, Antônio, Preto da Costa, foi sepultado em São Francisco. Era escravo de Domingos Pereira e foi envolto em habito franciscano. Chamamos a atenção não apenas o fato da sepultura, mas o próprio hábito sendo designativo de prestígio naquela sociedade. Também observamos diversos pardos, crioulos e africanos que foram à sepultura em outras igrejas do Recife usando os hábitos dos franciscanos e carmelitas. Como afirma reis, “*o enterro numa capela de irmandade negra podia ser bom para a alma, mas não era socialmente prestigioso*”.<sup>251</sup> Isso explica o motivo de pretos e crioulos sendo enterrados em igrejas, conventos e irmandades mais prestigiadas. Em 11 de junho daquele ano, Joaquina que representava ter 30 anos, de nação Angola, escrava de João Fernandes Vidal, foi sepultada em São Francisco, envolta em habito franciscano. Em 29 de julho do mesmo ano outra Joaquina, agora com 40 anos e escrava de Inácia Ferreira da Costa, morreu afogada e foi sepultada em São Francisco envolta em habito daqueles religiosos. Os casos ilustram a possibilidade de cativos, e sob o estigma da cor, ser sepultados em espaços notavelmente destinados aos grupos elitistas.

Quando produzimos o quadro de óbitos da Vila do Recife em 1818 destacamos entre os 535 enterramentos os locais de sepultamento e os hábitos (mortalhas) utilizados pelos defuntos. Segundo João José Reis, “*a mortalha falava pelo morto, protegendo-o na viagem para o além, e falava do morto como fonte do poder mágico, mas também enquanto sujeito social*”.<sup>252</sup> Durante a pesquisa nos chamou a atenção a diversidade de hábitos ou mortalhas. Na historiografia não temos debates específicos sobre a relação da indumentária mortuária e a condição socioeconômica do defunto. Os documentos também não explicam detalhes sobre as escolhas. Entretanto, acreditamos que as cores e os tipos de mortalhas estavam relacionados à condição social do morto.<sup>253</sup>

Como podemos verificar no quadro em apêndices, a maior parte dos hábitos era de cor branca. Segundo Reis, em Salvador este tipo de mortalha era usado pela maioria dos africanos e estava relacionado a hierarquia socioeconômica baiana, já que aqueles que vestiam este hábito tinham menor poder aquisitivo.<sup>254</sup> Para o mesmo autor, o tecido branco, por não

<sup>250</sup> Livro de óbitos. Matriz do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1818-1826.

<sup>251</sup> REIS, João José. **A morte é uma festa**. *Op. Cit.* p.191

<sup>252</sup> REIS, João José. **A morte é uma festa**. Companhia das Letras. São Paulo, 1991. p. 124

<sup>253</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>254</sup> *Idem*, p. 126

receber tingimento, era mais barato do que de outras cores. Não sabemos se estes foram os motivos pelo uso dessa cor de mortalhas no Recife, mas a maior parte daqueles que vestiram hábitos brancos eram pobres, presos, africanos, crioulos e pardos.<sup>255</sup> Entretanto, tiveram casos de africanos e crioulos que usaram hábitos pretos, roxo e preto com capa branca. Provavelmente estas cores estavam associadas à importância social dos indivíduos. Ao observarmos o referido quadro, salta aos olhos indivíduos africanos e crioulos que foram sepultados envoltos em hábitos dos franciscanos e carmelitas. Estes casos sugerem que os defuntos buscavam se distinguir socialmente dos demais indivíduos de cor, já que estas ordens ficavam restritas aos membros das elites recifenses.

As crianças eram sepultadas vestidas de branco ou vestidas de santos, de freiras ou de clérigos. Entre os santos destacaram-se Nossa Senhora da Conceição, Santa Tereza e Nossa Senhora do Carmo. Já entre as crianças do sexo masculino temos Santo Urbano, São Miguel e São José. Mas a maior parte dos meninos de idade até sete anos foram sepultados vestidos de Menino Deus.<sup>256</sup> Entre as mulheres adultas, algumas brancas foram sepultadas com hábito preto e outras com hábito preto com capa branca. A maior parte dos homens foi sepultada envolta em hábito branco.<sup>257</sup> Na matriz do Santíssimo Sacramento ocorreram sepultamentos de indivíduos brancos que utilizavam hábitos de outras ordens e irmandades, principalmente das ordens terceiras de São Francisco e do Carmo. O compromisso da Irmandade do Santíssimo não expõe normas para a utilização das mortalhas entre seus membros.

A morte foi uma das preocupações na América portuguesa. Os sepultamentos geravam um intenso negócio mortuário, nos quais as irmandades tiveram importante destaque. Além disso, a morte não pode ser vista como um simples encerramento biológico, como já afirmou Arnold Van Gennep. Ela foi bem mais complexa do que se pensa hoje com significados mágicos, culturais, políticos, sociais e econômicos. Diversos elementos ajudam a reforçar esta tese. Entre os quais podemos destacar o uso de mortalhas, os lugares de sepultamentos, a participação nas irmandades, o direito de administrar os enterramentos e todo aparato ritualístico como a saída do Viático, os músicos, o cortejo, o número de missas e o número de padres, todo esse arranjo nos ajudou a criar o cenário da morte barroca.

---

<sup>255</sup> Livros de óbitos. Matriz do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1818-1826.

<sup>256</sup> *Idem*

<sup>257</sup> *Idem*

## 2.4. Festas e sociabilidade na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife

Ao longo do século XVIII, as irmandades se tornaram veículos do catolicismo popular. Elas eram responsáveis pela expansão da fé cristã na América portuguesa. No entanto, destacaram-se, sobretudo pela promoção de funerais e festividades, que vão além de significados devocionais. Dentro desse contexto, as confrarias foram as promotoras de maior parte das festas religiosas, nas quais saltava aos olhos dos espectadores, a pompa e o luxo das celebrações. Como afirma Kalina Vanderlei Silva, estas festas tiveram caráter nitidamente barroco.<sup>258</sup> Para a autora, as festas barrocas foram um espaço para a demonstração do status e prestígio na América açucareira que possibilitava a elite local reforçar sua imagem frente ao povo e à coroa portuguesa.<sup>259</sup>

Júnia Ferreira Furtado acredita que as festas na colônia foram eventos singulares, e por eles é possível construir uma imagem daquelas sociedades. Pois se as festas eram *“representações diretas da sociedade das quais faziam parte. Ao mesmo tempo, eram*

---

<sup>258</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. **Festa e Memória da Elite Açucareira no Século XVII**: a ação de graças pela restauração da Capitania de Pernambuco contra os holandeses. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia. [orgs.]. **Ensaio sobre a América Portuguesa**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2009. p 67. Sobre as festas barrocas consultar SILVA, Kalina Vanderlei. **Cerimônias públicas de manifestação de júbilo: símbolos barrocos e os significados políticos das festas públicas nas vilas açucareiras de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. *Ensaio culturais sobre a América Açucareira*. Recife: Edupe, 2008. As irmandades foram no período colonial, ou até depois dele, um dos principais veículos do catolicismo popular. Nessas instituições os santos protetores recebiam exuberantes celebrações, em troca das graças alcançadas. Sendo assim, estas “demonstração de fé” se revestiam de um caráter “lúdico”, onde as pompas e o luxo da exibição das práticas religiosas, estas entendidas como todas as formas de culto a um determinado padroeiro ou mesmo as diversas formas que caracterizam o contato com o sagrado, tinham a função de deixar seus espectadores impressionados com o dirigismo e hierarquização, que definia sobretudo o lugar de seus participantes. Como afirma Kalina Vanderlei Silva, essas festas coloniais tiveram destaque sobretudo no século XVIII, onde as marcas da cultura barroca alcançaram seu auge, e caracterizaram as festividades por uma rígida diferenciação e hierarquia social. No SS. Sacramento os festejos em fins do século XVIII reproduziram a lógica da cultura barroca, com suas festas, procissões, músicas e sermões que animavam diversos segmentos sociais a participarem dos atos como financiadores diretos ou espectadores dos eventos. Sobre os festejos que se realizaram na colônia entre os séculos XVII e XVIII concordamos com Maravall acerca dos preparativos e meios para a realização de tais cerimônias que, *“se emplean medios abundantes y costosos, se realiza un amplio esfuerzo, se hacen largos preparativos, se monta un complicado aparato, para buscar unos efectos, un placer o una sorpresa de breves instantes”*. MARAVALL, José Antônio. **La cultura Del barroco: análisis de una estructura histórica**. 11 ed. Ariel Letras. Barcelona 2008, p.488. Ainda para o mesmo autor, essa busca pela ostentação está intimamente relacionada pelo efeito espetacular que a novidade pode causar no espectador da festa. Já João José Reis destaca a sociabilidade e afirma que o cotidiano da festa era composto de diversos grupos convidados a participarem do júbilo, assim criando canais para a sociabilidade e convívio, *“a carnavalização branca da religião com a execução de danças e mascaradas no espaço da festa religiosa estava ligada à antigas tradições portuguesas [...] tanto aqui como no velho mundo esse catolicismo lúdico favoreceu a adesão dos negros, que por seu lado abriram novos canais para seu desenvolvimento”*. REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. Companhia das Letras. São Paulo, 1991, p. 66

<sup>259</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. **Festa e Memória da Elite Açucareira no Século XVII**: a ação de graças pela restauração da Capitania de Pernambuco contra os holandeses. *Op. Cit.* pp.67-71

*válvulas de escape das tensões que estas mesmas sociedades engendravam (...)*.<sup>260</sup> Ali se encontravam todos os grupos sociais e étnico-raciais para participar da grande encenação pública que era a festa.

Furtado defende que “*desfilear perante o conjunto de moradores de um lugar era forma segura de introjetar valores, de construir e reforçar relações que ocorriam cotidianamente e que precisavam ser constantemente valorizadas e lembradas*”.<sup>261</sup> No mundo colonial a festa era disposta como um ambiente que contribuía na definição dos papéis sociais aceitáveis, tornava-se, portanto, a *expressão teatral de uma organização social, fato político, religioso ou simbólico*.<sup>262</sup> Tinhorão defende que as festas se configuravam em uma grande demonstração das práticas religiosas dos diversos grupos sociais que compunham as vilas e cidades coloniais brasileiras.<sup>263</sup> A maior parte dessas festas se dava por meio de procissões. Elas eram tidas, segundo o autor, como uma forma de ostentação e de manifestação da rígida hierarquia social em que estavam inseridas, além de possibilitar a inserção de diversos grupos sociais em um mesmo espaço de celebrações, caracterizando o que Del Priore chamou de “festa dentro da festa”.<sup>264</sup> Ao final, estes autores concordam com o papel que as festas tiveram como promotoras da sociabilidade na colônia.

Na América portuguesa as festividades oficiais eram organizadas pelas irmandades, como já dissemos, e pelas câmaras municipais. As principais solenidades públicas eram as entradas tidas como festas em homenagem aos soberanos e o Corpus Christi. Esta última organizada em conjunto pelas câmaras e irmandades do Santíssimo Sacramento. No entanto, podemos destacar várias festas que compunham o calendário religioso das vilas, entre as quais a Semana Santa e os muitos dias de santos padroeiros, oragos da devoção das inúmeras irmandades na América portuguesa. Entre as celebrações de caráter oficial e as religiosas, devemos ressaltar o papel que tiveram as procissões como momento principal do evento, já que era nesse instante que o sagrado e o profano, o público e o privado se encontravam. Era neste momento que as diversas partes que integravam a cerimônia ficavam expostas e reforçavam o prestígio do evento e das pessoas.

<sup>260</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. **Desfilear: a Procissão Barroca**. Revista Brasileira de História – ANPUH. São Paulo, v. 17, n. 33, 1997.p. 256

<sup>261</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>262</sup> DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e Utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000. p.10

<sup>263</sup> Cf. TINHORÃO, José Ramos. **As Festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora 34. 2000.

<sup>264</sup> DEL PRIORE, Mary Lucy. *Op. Cit.* P. 43

A parcela desprestigiada da população também se encontrava no evento. Como afirma Virgínia Almoêdo, a gente miúda se utilizava de algumas procissões para criar oportunidades de figurar como personagem:

*Colocadas sempre à margem das festividades públicas de caráter oficial, das quais participavam apenas na condição de espectador, seria nas solenidades religiosas- especialmente certas procissões- que a gente comum dos primeiros centros urbanos coloniais estava destinada a encontrar oportunidade de figurar como personagem ativa desde o século XVI.*<sup>265</sup>

Segundo Beatriz Catão, essa solenidade é o que definia a “supremacia” do culto ao Santíssimo sacramento, como uma festa religiosa apropriada pela monarquia portuguesa.<sup>266</sup> Assim sendo, a afirmação do poder espiritual da Igreja se integrava ao poder secular dos reis através de suas câmaras, o que possibilitava a participação de todos os seguimentos da sociedade colonial nas diversas cidades onde esta Festa se fazia presente. Em provisão de 1770, o Conselho Ultramarino ordenava a presença da Câmara do Recife na Procissão do Corpus Christi, reafirmando o caráter oficial que perpassa à cerimônia:

*Dom Jozé por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves da quem e d’Alem Mar em Africa Senhor de Guine \_\_\_\_\_faço saber a vos Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco que os oficiais da Câmara da Villa do Recife, em carta de vinte e oito de março, do corrente anno, que por copia se vos remete, recorrem a mim com suplica que o juiz e mais irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento Sacramento erecta na Matriz do Corpo Santo da dita Villa, lhes fizerão em meza de vinte e oito de Janeiro do mesmo anno, de que também se vos remete copia, para que eu seja servido mandar passar provisão para os referidos oficiais da Câmara acompanhem a procissão do Corpus Christis, que a mesma irmandade costuma expor annualmente e devoção dos fieis no dia*

<sup>265</sup> ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Pretos e Brancos - A Serviço de Uma Ideologia de Dominação (Caso das Irmandades do Recife)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. p.67

<sup>266</sup> SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América : A Festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa – Século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 70

*mencionado na dita suplica,; e sendo ouvido o procurador de minha Fazenda me pareceu ordenar vos informeis com o nosso parecer. Ele Rey nosso Senhor o mandou pelos conselheiros do seu conselho ultramarino abaixo assinados e se provou por duas vias.*<sup>267</sup>

Para Catão, a câmara é geralmente quem organizava a festa de Corpus Christi, para que dela participassem os religiosos, as irmandades e o povo.<sup>268</sup> A autora nos coloca a importância que a festa do Corpo de Deus teve nos centros urbanos do Brasil do século XVII e XVIII, e afirma o fator político que está intrínseco a essa procissão. Ao longo do processo de luta entre Recife e Olinda pela separação da primeira em relação à segunda, a festa foi alvo de disputas no início do século XVIII. A procissão do Santíssimo que se organizava tradicionalmente em Olinda, passou a ser desejo dos moradores do Recife que, segundo Catão, naquele momento era a forma de justificar sua elevação à Vila, desligada de Olinda:

*Esta Vila que vossa majestade pela sua Real grandeza foi servido levantar povoação ao nobre título de Vila separada da cidade de Olinda mais de uma légua como já contou por medição que se fez pelo juiz eclesiástico a requerimento das confrarias desta mesma vila para se exemptuarem de comparecerem as funções a que eram chamadas pelo júzo eclesiástico a cidade de Olinda, e com efeito por virtude da medição ficaram exemptas a dita comparência por sentença por constar então fora de légua, e nestes termos querem os moradores e o clero, com o mesmo senado por honra de Deus, serviço de vossa majestade e consolação sua fazer a procissão do corpo de Deus na mesma vila no dia próprio da mesma celebridade por que o Reverendo Bispo a poderá impedir no mesmo dia que se festeja na dita cidade. Rogamos a Vossa Majestade em nome de todo este povo nos queira conceder esta graça fazendo – a subir ao reverendo que no – la impeça.*<sup>269</sup>

Na ocasião as irmandades do Recife solicitaram ter uma “*particular procissão*” do Corpo de Deus. A maior parte dos moradores da área que participavam das irmandades era de

<sup>267</sup> AHU, Pernambuco, cx108, 1770, março, 28

<sup>268</sup> SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América : A Festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa – Século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 16

<sup>269</sup> AHU, Pernambuco, cx 27 1729, julho, 20

comerciantes, e percebia as cerimônias que ali se realizavam como uma possibilidade de se afirmar frente à elite açucareira de Olinda.

As irmandades do Santíssimo Sacramento se destacavam ainda pela promoção das celebrações da Quaresma e da Semana Santa.<sup>270</sup> Segundo Adalgisa Arantes Campos, estas celebrações se inserem nos ritos da Paixão de Cristo.<sup>271</sup> Assim, a Semana Santa, Quaresma, Corpus Christi e a festa do Orago representavam as mais importantes festividades dessas irmandades. Na freguesia de Santo Antônio, por exemplo, a partir do momento que esta área teve sua primeira irmandade do Santíssimo Sacramento, as referidas celebrações passaram a ser promovidas por esta irmandade. A festa da Paixão, apesar de não ser a principal daquela instituição, era realizada com toda pompa e luxo que mandava os rituais barrocos servindo como cenário de *representações* tanto quanto a do Corpus Christi.

A festa era o espaço propício para que as elites locais pudessem exibir seu prestígio e poder. Por isso, algumas festividades receberam patrocínio de pessoas que buscavam ser reconhecidas pela sociedade, já que circulava entre os irmãos e a população a notícia de quem havia promovido tão exuberante celebração. Suspeitamos que foi este o motivo para o primeiro juiz da Irmandade do Santíssimo de Santo Antônio financiar dois terços da festa da Semana Santa de 1791 naquela freguesia, mesmo a irmandade afirmando não ter condições. Segundo o escrivão, justificava o juiz Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque que ele fazia aquilo movido pela devoção. No entanto, anos depois, o fato tornou-se motivo de uma querela entre os irmãos e o antigo juiz, já que este cobrava da irmandade o dinheiro que havia empregado nas celebrações e festividades.<sup>272</sup>

A partir de 1791, a festa do Corpus Christi na freguesia de Santo Antônio passou a ser realizada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. A solenidade acontecia no primeiro domingo depois da festividade do Corpo de Deus realizada na Sé de Olinda, e contava com matinas na véspera, missa cantada, sermões e músicas.<sup>273</sup> A missa cantada ficava por conta do vigário da matriz e no seu impedimento o reverendo coadjutor, isto é, um padre auxiliar da mesma matriz. À tarde, daquele dia, o vigário que havia cantado a missa também ficava responsável pela saída do Santíssimo Sacramento em procissão pela freguesia de Santo

<sup>270</sup> Ver CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Aspectos da Semana Santa através das Irmandades do Santíssimo Sacramento**. In: **Barroco**, n.19, Belo Horizonte: Centro de pesquisa do Barroco Mineiro.pp.71-88

<sup>271</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. **"Piedade barroca, obras artísticas e armações efêmeras: as irmandades do Senhor dos Passos em Minas Gerais"**. In: **Anais do VI colóquio luso-brasileiro de História da Arte**. Rio de Janeiro: CBHA/ PUC-Rio/ UERJ/ UFRJ, 2004. ISBN 85-87145-12-6 vol. I. p. 02

<sup>272</sup> Livro de atas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791. fls. 26f-26v.

<sup>273</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. "Festividades", 1794.

Antônio.<sup>274</sup> Os ornatos e cera empregados no evento deveriam ser “*de maior decência*” e ao final do sermão, o padre recebia 10\$000 (dez mil réis). A cera bastecia as tochas levadas pelos irmãos, que deveriam estar acessas durante todo o tempo que o Santíssimo Sacramento estivesse exposto.<sup>275</sup> A música tocada naquela solenidade era acordada anteriormente, e fazia parte do planejamento da Irmandade para aquele ano. Assim, durante o ano, todas as festividades e cerimônias fúnebres tinham músicas específicas.<sup>276</sup> Sendo a festividade de maior obrigação, era de se esperar que fosse a de maior custo, entretanto, o compromisso recomendava cautela com as despesas realizadas.<sup>277</sup>

A Irmandade também organizava a Semana Santa. No entanto, os gastos com a cerimônia eram sempre menores.<sup>278</sup> Em 1791, os irmãos acordaram que deveriam realizá-la só quando tivessem adquirido as alfaias e cadeirinha utilizada na Festa do Corpo de Deus que era obrigação daquela irmandade.<sup>279</sup> Daí, o juiz Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque se dispôs a custear dois terços dos custos com a Semana Santa como narra o documento assinado pelo mesmo.<sup>280</sup> Ainda com relação às festas, chama-nos a atenção a participação das mulheres. Segundo Juliana da Cunha Sampaio, os compromissos e atas das irmandades falam pouco sobre a presença feminina, no entanto afirma a autora que a maior parte dos ornamentos para as festas e procissões eram realizados pelas mulheres.<sup>281</sup> No Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, pouco se fala das irmãs. Um dos raros registros sobre elas está no *Mapa de Irmãs*, do qual extraímos informações valiosas para compreender o papel destas nas festividades.<sup>282</sup> Segundo o mapa, as mulheres deveriam oferecer à irmandade *dádivas*, como eram chamados os ornamentos, na figura de anjos e outros santos da Igreja, que seriam levados durante as procissões, sobretudo na Festa da Semana Santa e festa do orago. Abaixo temos a relação com os nomes das mulheres e as imagens e ornamentos cedidos por elas:

---

<sup>274</sup> *Idem*

<sup>275</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. “Das providencias”, 1794.

<sup>276</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. “Festividades”, 1794.

<sup>277</sup> *Idem*

<sup>278</sup> Livro de Receitas e Despesas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791-1837.

<sup>279</sup> Livro de Atas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791. fls 26-27

<sup>280</sup> Livro de atas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife, 1791. fl.03f.

<sup>281</sup> Ver SAMPAIO, Juliana da Cunha. **Irmãs do Rosário de Santo Antônio: Gênero, Cotidiano e Sociabilidade em Recife (1750-1800)**. Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2009.

<sup>282</sup> Mapa de Irmãs. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife. 1791.

**Quadro 8- Relação de dádivas, Irmandade do Santíssimo Sacramento - 1795-1799<sup>283</sup>**

<b>NOME</b>	<b>DÁDIVA</b>	<b>ANO</b>
Ana Bernada do Nascimento	1 anjo	1796
Ana Maria do Nascimento de Freitas	1 anjo	1798
Ana Maria da [Silva] Freire	1 anjo	1795
Ana Francisca do Espírito Santo	1 anjo	1797
Ana Francisca Carmo da [Conceição]	1 anjo	1798
Ana Joaquina da Cruz	1 anjo	1795
Ana Maria da Exaltação [?]	Madalena	1799
Ana Joaquina Simões	S. João	1797
Ana Florência do Carmo	1 anjo	1799
Ana Joaquina de Azevedo	1 anjo	1799
Ana Maria Muniz	1 anjo	1799
Antônia Maria	1 anjo	1799
Ângela Benedita Serpa	1 anjo	1799
Catharina Maria de Senna Teixeira	Madalena	1797
Clara Maria do Espírito Santo	1 anjo	1797
Catharina Ribeiro Matos	Não identificado	1797
Caetana [Misericórdia] Azevedo	Não identificado	1796
Emereciana Joaquina de Moraes	1 anjo	1796
Joana Maria	1 anjo	1797
Inácia Pereira Viana	1 anjo	1799
Josefa Francisca [?]	Não identificado	1799
Inácia Tereza de Jesus	1 anjo	1798
Jerônima Ribeiro [?]	Não identificado	1799
Joaquina Maria dos Prazeres	1 anjo	1798
Josefa Antônia Jacinta	1 anjo	1796/98
Joana [?] da Cunha	Não identificado	1799
Joana Batista da Conceição	1 anjo	1799
Luiza Eugenia da Piedade	Não identificado	1799
Luiza Maria de Santana	1 anjo	1798
Maria Joaquina dos Santos	1 anjo	1795
Maria ___ [?] de ___ Brito	1 anjo	1797
Maria José do Patrocínio	Não identificado	1798

<sup>283</sup> Mapa de Irmãs. Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1791

**Continuação- Relação de dádivas, Irmandade do Santíssimo Sacramento -1795-1799**

Maria José de Jesus	1 anjo	1799
Maria das Virgens	Não identificado	1798
Maria Antônia da Rocha	Não identificado	1797
Maria José da Conceição	1 anjo	1797
Rosa Maria de Jesus	1 anjo	1795
Rita Maria da Silva	Não identificado	1797
Rosa Maria de Jesus	Não identificado	1798
Rita Francisca	Arranjo	1795
Rita Maria do Rosário	1 anjo	1799
Rosa Duarte Cedrim	1 anjo	1798
Rosa de Souza de Jesus	Não identificado	1798
Tereza de Jesus	1 anjo	1797
Tereza de Jesus	1 anjo	1797

**Fonte: Mapa de Irmãs. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife. 1791.**

Na lista podemos observar que a maioria das mulheres ofereceu anjos, e algumas ofereceram Santos que serviam para deixar a procissão e o templo ornados nos dias das festas. A saída destes anjos ornados cedidos pelas mulheres acontecia na terça-feira da Semana Santa, acompanhados pela exposição do Santíssimo Sacramento. Neste dia, a irmandade deveria participar da procissão para assistir aos enfermos com o Viático, com toda pompa e decência, conforme mandava o compromisso.<sup>284</sup> O Natal era outra ocasião festiva na Irmandade do Santíssimo. O evento era marcado pela pompa, luzes e músicas, com a realização de uma missa cantada por três padres.<sup>285</sup> Já no dia do orago da freguesia, se a festa fosse realizada na Igreja do Santíssimo Sacramento, seria aquela irmandade responsável pela organização, com a mesma pompa, sermão, missa cantada e músicas, no entanto, sem a obrigação de promover uma procissão como a do Corpo de Deus.<sup>286</sup> Abaixo relacionamos as festas e procissões segundo o compromisso.

<sup>284</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. “Das Festividades”. 1794

<sup>285</sup> *Idem*

<sup>286</sup> *Idem*

**Quadro 9- Relação das festividades na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio<sup>287</sup>**

<b>Semana Santa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Terça-feira: procissão do Santíssimo Sacramento e exposição do Viático aos enfermos</li> <li>• Procissão da Páscoa da Ressurreição</li> <li>• Missa da Hora da Ascensão</li> </ul>
<b>Corpus Christi ou Corpo de Deus</b>	Procissão e missa cantada– realizada no primeiro domingo depois do Corpo de Deus da Sé de Olinda.
<b>Festa do Orago da Freguesia</b>	Festividade com missa cantada e sermões
<b>Natal</b>	Missa cantada por três padres

Em todas as ocasiões relacionadas acima, os irmãos se faziam presentes, e mais: usavam o momento como forma de sociabilidade, devoção e visibilidade de suas condições de vida. As festas e ritos do Santíssimo Sacramento geravam a oportunidade para aqueles que ascendiam socialmente, e para os que já eram considerados ilustres, afirmar as posições alcançadas. O patrocínio destas cerimônias era outra forma do indivíduo se tornar notável entre os irmãos e a população da freguesia, já que em muitas ocasiões participavam não só a irmandade, mas a maior parte das confrarias que dividiam o espaço religioso do Recife, além da própria população. Irmãos como o mestre de campo Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque nos ajudam a compreender o significado das Irmandades Santíssimo Sacramento como instituições religiosas, sociais, políticas ou até mesmo econômicas. Da mesma forma, o a história de Francisco Xavier nos permite vislumbrar rostos, trajetórias, formas de ascensão e *representação* na sociedade colonial.

<sup>287</sup> Compromisso do santíssimo Sacramento, “Das festividades”, 1794.

### 3. A TRAJETÓRIA DO MESTRE DE CAMPO FRANCISCO XAVIER CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE

*Representar* não foi a máxima apenas das autoridades do Antigo Regime, foi, além disso, uma das peculiaridades da maior parte dos indivíduos seja nas metrópoles europeias, seja nas colônias das Américas. Cada pessoa possuía um papel bem definido, e um dos caminhos para o reconhecimento das condições de vida e da ascensão social passava pelo ato de representar.

No entanto, representar não era uma farsa, mas aquilo que realmente as pessoas acreditavam e desejavam ser. Como afirma Kalina Vanderlei Silva, esse imaginário não foi estranho nem aos pretos e pardos que sofriam naquelas sociedades com a segregação da cor, pois até estes estiveram entrelaçados ao imaginário barroco.<sup>288</sup> Para a autora, “*um imaginário que era, por sua vez, responsável por obras arquitetônicas suntuosas [...] e por um conjunto de representações no qual o status dependia da possibilidade de ostentação pública de valores tais como ócio, honra, decoro e prestígio*”.<sup>289</sup> Todos sabiam ler aquela realidade e ocupar seus papéis no cenário. Como afirma Júnia Ferreira Furtado, as festas, por exemplo, tiveram um significado importante neste sentido, pois acima de tudo, serviram como “*mecanismos de reforço dos laços sociais pois cumpriam um duplo papel, tinham um aspecto pedagógico, ensinando aos indivíduos o papel que eles ocupavam e também relaxavam das contradições existentes na sociedade*”.<sup>290</sup>

Nas sociedades da América portuguesa, sobretudo marcadas pela pompa, ostentação e ócio, várias foram as instituições e ocasiões nas quais os indivíduos enxergavam as possibilidades de exibir suas condições de vida. Em meio a tantos palcos, as irmandades merecem um destaque especial, devido a seus critérios de inserção, significados simbólicos e fatores sociais, político e econômicos que as caracterizaram. Além disso, elas foram veículos da religiosidade popular, sobressaindo suas festividades, sepultamentos e procissões. Entre tantas irmandades do Recife, podemos dar destaque ao Santíssimo Sacramento, visto por muitas pessoas da época como uma das mais importantes instituições leigas. No âmbito

<sup>288</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. **O Barroco de pretos e pardos nas vilas açucareiras de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII.** In: *Revista Eutomia* - Ano III - Volume 2 Dezembro/2010. p. 02

<sup>289</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>290</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. **Desfilar: a Procissão Barroca.** Revista Brasileira de História – ANPUH. São Paulo, v. 17, n. 33, 1997.p.04

ritualístico, o próprio culto daquela instituição representava o Corpo de Cristo ou ainda a própria eucaristia e fazer parte dessa irmandade tinha vários significados, sobretudo os de ordem social como a distinção que recebiam seus irmãos sendo reconhecidos como pessoas ilustres.<sup>291</sup>

Conservando isto em mente, temos que entre pessoas e instituições, todos representavam algo. Os palcos eram múltiplos: as irmandades, as festas, as câmaras municipais, as procissões, os funerais. Tudo se tornava motivo para representar o *status*, a condição de vida. No Recife da segunda metade do século XVIII, encontramos a história de Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque, militar, senhor de engenho e contratador de dízimos. Como podemos perceber, ele exerceu muitas atividades e nos últimos anos de sua vida ocupou o posto de juiz da irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio. Ao exercer esta função, não sabemos suas reais intenções. Talvez devoção, interesse nos sufrágios que eram garantidos aos irmãos (como sepultamento e missas) ou motivações políticas. O fato é que sua passagem pela irmandade foi marcada ora por reconhecimento, ora por intrigas, e entre todas suas ações sempre a mesma preocupação: a representação do nobre.

Como afirma Evaldo Cabral de Mello, nas sociedades do Antigo Regime como a portuguesa e naquelas cujos valores haviam sido transplantados de suas respectivas metrópoles, as genealogias não poderiam deixar de ter significados amplos e complexos. *“Ela era, na realidade, um saber vital, pois classificava ou desclassificava o indivíduo e sua parentela aos olhos dos seus iguais e dos seus desiguais, contribuindo assim para a reprodução dos sistemas de dominação”*<sup>292</sup>.

Seguindo essa premissa, o caso de Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque pretende ilustrar a trajetória social de um dos mais importantes homens da Praça do Recife na segunda metade do século XVIII. Pouco são os registros sobre ele na historiografia pernambucana, apesar de ter vivido como rico senhor de engenho, contratador de carnes da Capitania e militar.

No século XIX, Koster promoveu um rápido comentário sobre um de seus filhos, José de Paula Cavalcante de Albuquerque, e completou a referência lembrando que este era filho do “velho Cavalcante”.<sup>293</sup> Os motivos para o esquecimento em relação ao nome de Francisco,

<sup>291</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. 1794.

<sup>292</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial**. 2ª edição. Topbooks. Rio de Janeiro, 2000. p.13

<sup>293</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Secretaria de Educação e Cultura. Governo de Pernambuco. 1978. Recife, p. 90.

não sabemos. Seus filhos, os irmãos Suassunas, tiveram uma sorte diferente e foram considerados pela historiografia regional como pessoas ilustres com ampla participação nos movimentos libertários do início século XIX.

A trajetória de Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque sugere um homem atuante em diversos setores, homem de muitas relações e poder na Vila do Recife e em Olinda. Já depois de conquistar uma solidez patrimonial quis ascender ao patamar de nobre. Uma nobreza que já havia sido reconhecida por muitos, mas necessitava da oficialização da Coroa portuguesa através de mercês. Para isso, acumulou ao longo de sua vida, patentes militares, participação em irmandade, três engenhos, um contrato e diversos imóveis que mantinha no Recife. Foi homem que mantinha muitos amigos, alguns dos mais importantes da Capitania como D. Thomaz de Mello, governador de Pernambuco no final do século XVIII. Na atividade mercantil, foi amigo de homens como José de Sousa Rangel, rico comerciante do Recife e um dos maiores devedores da Companhia de Comércio de Paraíba e Pernambuco.<sup>294</sup> Posteriormente, os dois amigos se encontrariam na Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. O círculo de convívio de Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque envolvia as pessoas mais ilustres da Capitania e contribuía para isso o fato de ter o sobrenome dos mais importantes da região: Cavalcante de Albuquerque. As boas relações rendeu até o aforamento de uma rua, fato que desafiava a Câmara do Recife e o governo daquela Capitania.<sup>295</sup>

Entretanto, não foi só de boas relações que viveu o Cavalcante de Albuquerque. O fato de impor suas vontades e a ambição pelos negócios terminou por desafiar homens e instituições em Pernambuco. As arbitrariedades de Francisco incomodavam a várias pessoas. Em 21 de Março de 1783, Joaquim de Almeida Catanho, coronel de cavalaria da Capitania de Pernambuco e dono de duas fazendas de gado no Sertão, que abasteciam a Praça do Recife, principalmente no verão, época de seca, reclamou junto ao Conselho Ultramarino das atitudes de Francisco quando o mesmo era contratador das carnes em Pernambuco. Ele havia confiscado do criador carnes e vários novilhos, que segundo o Catanho não tinha razão e nem base legal.<sup>296</sup> Entre as divergências acumuladas por Francisco Xavier Cavalcante, estava o conflito que provocou dentro da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do

---

<sup>294</sup> Conferir resumo prosopográfico no quadro que se encontra em apêndices .

<sup>295</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.D.10723

<sup>296</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 166, D. 11822

Recife. O motivo era financeiro: do saldo entre as partes, o juiz quis levar a melhor, cobrando além daquilo que era de direito.<sup>297</sup>

Não podemos afirmar se o motivo que levou Francisco Xavier Cavalcante a ser juiz do Santíssimo Sacramento foi apenas estratégia para se tornar ainda mais reconhecido no Recife ou se foi de ordem devocional. Todavia, nos anos em que esteve à frente da Irmandade aumentou o leque de relações e pôde se tornar ainda mais conhecido na Vila do Recife. Não entendemos o fato de não ter participado da Câmara do Recife ou de Olinda. Acreditamos que por não ter residência fixa, estando sempre entre seus engenhos e casas em ambas as partes, isso não o habilitava a participar de uma ou outra câmara. Além disso, nos parece que sempre se concentrou nos negócios, seja nos engenhos, seja na atividade de contratador. Dessa forma, a irmandade do Santíssimo Sacramento foi um dos lugares que ele encontrou para exercer seu poder, prestígio e devoção. Segundo o compromisso dessa instituição, o juiz era pessoa abastada de bens, ilustre e atuante na freguesia. Assim sendo, assumir o juizado dessa irmandade significava o reconhecimento de suas conquistas e a consolidação de sua posição na rígida organização social na América portuguesa.

---

<sup>297</sup> Livro de Atas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. Recife. Fls. 27-28. 1791-1837

### 3.1. As origens do irmão Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque<sup>298</sup>

Entre os documentos encaminhados ao Conselho Ultramarino pelo Mestre de Campo Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque consta o pedido de um foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real. A documentação exigia sua trajetória e as folhas dos serviços militares prestados por seu pai, Luís Xavier Bernardo, e os progenitores da família de sua mãe, Francisca Cavalcante de Albuquerque.<sup>299</sup> Do lado paterno não temos informações completa sobre a família. Os registros dão conta apenas dos serviços prestados pelo próprio Luís Xavier que era natural de Lisboa.<sup>300</sup>

Houve o rei Dom João V de se criar o posto de capitão engenheiro para a capitania da Paraíba para assistir as obras das fortificações, entregou-lhe então a Luís Xavier Bernardo, que ingressara na corte no cargo de ajudante de engenheiro no ano de 1712. O importante serviço prestado, principalmente na produção de plantas das fortificações militares do reino rendeu-lhe a vinda para o Brasil a fim de evitar, com sua assistência, os erros que se tinha experimentado nas medidas dos pedreiros, e como Luís Xavier havia servido nos assuntos da guerra e da engenharia pelo tempo de pouco mais de dois anos e oito meses, achou por bem a

<sup>298</sup> Arrolamos toda documentação utilizada para elaboração do texto. Nossa perspectiva é abordar a trajetória social de um dos irmãos que representam o perfil social estabelecidos pela Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio. Como primeiro Juiz da Irmandade, acreditamos que as normas do compromisso, inspiradas em textos de outras instituições congêneres e daquelas concorrentes no espaço religioso, foram articuladas por Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque. Dessa forma, a mesa representada por pessoas ilustre da freguesia procuraram impor barreiras para dar um perfil homogêneo à Irmandade; “REQUERIMENTO coronel de Milícias da cidade de Olinda, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João], pedindo o foro de fidalgo cavaleiro, enviando para isso seus papéis de serviços militares, assim como os de seu pai, o mestre de campo Luís Xavier Bernardo, e seus irmãos”, anterior a 29/01/1801, AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122; “REQUERIMENTO do capitão Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque ao rei [D. José I], pedindo provisão para se fazer nova demarcação de suas terras do engenho Suassuna, na freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, para voltar a ter os antigos marcos”, anterior a 24/01/1774, AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 115, D. 8835; “REQUERIMENTO do coronel de um Regimento de Cavalaria montada da capitania de Pernambuco, Joaquim de Almeida Catanho, à rainha [D. Maria I], pedindo intervenção nas atitudes do atual contratador, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, no que respeita as carnes e aos novilhos de sua propriedade, confiscados sem nenhuma razão ou base legal”, anterior a 11/12/1788, AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 166, D. 11822; “REQUERIMENTO do fabricante de açúcar da capitania de Pernambuco, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, pedindo solução para as desordens praticadas contra os fabricantes de açúcar no que diz respeito aos preços deste produto”, posterior a 1767, AHU\_ACL\_CU\_015, CX.15, D. 8126; Carta patente de 18/06/1789. “REQUERIMENTO coronel de Milícias da cidade de Olinda, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João], pedindo o foro de fidalgo cavaleiro, enviando para isso seus papéis de serviços militares, assim como os de seu pai, o mestre de campo Luís Xavier Bernardo, e seus irmãos”, anterior a 29/01/1801, AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122. Iniciou sua carreira militar em 17/03/1756, no posto de soldado voluntário no Regimento de Infantaria da Praça do Recife, da qual foi capitão Ignácio de Mello da Silva. AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122; Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>299</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122

<sup>300</sup>“REQUERIMENTO coronel de Milícias da cidade de Olinda, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João], pedindo o foro de fidalgo cavaleiro, enviando para isso seus papéis de serviços militares, assim como os de seu pai, o mestre de campo Luís Xavier Bernardo, e seus irmãos”, anterior a 29/01/1801, AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122;

Coroa enviá-lo para a capitania da Paraíba. Deveria o auxiliar de engenheiro ajudar na recuperação do forte e nas obras de parapeitos, terraplanagem, casa do comando, entre outras. Essa prática de recompensar os súditos pelos serviços prestados nas conquistas pode ser observada ainda no início do século XVIII. Como a colonização não se processara por completo e algumas regiões ainda lutavam contra os corsários franceses e violentos ataques indígenas, cabia, naquele momento, reforçar as estruturas de suas fortificações ao longo da costa e restabelecer outras que haviam sido destruídas da época da guerra contra os holandeses. O cargo de capitão engenheiro era novidade na capitania da Paraíba, apesar de já existir em Pernambuco. O posto era remunerado e o soldo deveria sair dos dízimos da alfândega daquela capitania.<sup>301</sup>

O ofício de capitão-engenheiro passou a render a Luís Xavier todas as honras, privilégios e liberdades do que foi passado na carta em 05 de fevereiro de 1716. Este serviu por sete anos no posto de ajudante na Paraíba. Suas funções eram valiosas. Sob sua direção, corriam as obras, tirando a planta do forte de Cabedelo e de outras fortificações que se tentava fazer na Baía da Traição, capitania da Paraíba. É certo que não foi o principal responsável pelas obras dos fortes, tão pouco foi aquele que assinou as plantas. Mas seu serviço foi reconhecido pela Coroa, de modo que já naquele momento passou a estender suas visitas aos fortes existentes na costa de Pernambuco, “*sem por este trabalho pedir ajuda de custo*”. Na serventia de capitão-engenheiro aproveitou para pedir mercê de sargento-mor da infantaria da referida capitania. Uma de suas solicitações era o de mantê-lo no ofício de engenheiro militar e assumir as tropas de infantaria. No ano de 1730, depois de 18 anos de serviço prestados, contados a partir do período em que serviu em Portugal, foi Luís Xavier promovido ao posto de sargento-mor. Nesse ínterim, esteve bem ocupado nas atividades entre Paraíba e Portugal (quando solicitado deveria ir ao reino auxiliar nas obras da engenharia militar). Cinco anos depois de ser efetivado como sargento-mor, ele foi elevado ao posto de tenente de mestre de campo general da capitania de Pernambuco, mantendo o exercício de engenheiro que em todas as ocasiões necessárias deveria deixar Pernambuco e assistir a Paraíba.<sup>302</sup>

Passando a viver em Pernambuco, Luís Xavier assumiu matrimônio com Francisca Cavalcante de Albuquerque. No exercício dos postos militares adquiriu riqueza e investiu em

<sup>301</sup>“REQUERIMENTO coronel de Milícias da cidade de Olinda, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João], pedindo o foro de fidalgo cavaleiro, enviando para isso seus papéis de serviços militares, assim como os de seu pai, o mestre de campo Luís Xavier Bernardo, e seus irmãos”, anterior a 29/01/1801, AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122;

<sup>302</sup>“REQUERIMENTO coronel de Milícias da cidade de Olinda, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João], pedindo o foro de fidalgo cavaleiro, enviando para isso seus papéis de serviços militares, assim como os de seu pai, o mestre de campo Luís Xavier Bernardo, e seus irmãos”, anterior a 29/01/1801, AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122;

propriedades rurais.<sup>303</sup> Acreditamos que tenha firmado matrimônio no final da década de 1730, pois seu filho, Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque declarou ter sessenta anos em 1800 quando apresentava ao Conselho Ultramarino os papéis para sua “provança”.

Quinze anos se passaram até que Luís Xavier fosse promovido a mestre de campo engenheiro em 02 de julho de 1750.<sup>304</sup> No entanto, Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque construiu toda sua história a partir do costado de sua mãe. Não sabemos a data de seu nascimento, mas acreditamos que tenha ocorrido no final da década de 1730, sendo natural da Paraíba, capitania que seu pai possuía posto militar. Ele era homem de algum conhecimento, sabia ler e escrever. Iniciou sua carreira militar em 1756, no posto de soldado voluntário no regimento de infantaria da Praça do Recife, da qual foi capitão Inácio de Mello da Silva.

As notícias sobre a linha materna dão conta que Francisca Cavalcante de Albuquerque era filha legítima de Jerônimo Cavalcante de Albuquerque, um coronel das ordenanças da capitania de Pernambuco, e de sua esposa D. Florência de Castro Rocha. Jerônimo Cavalcante de Albuquerque foi filho legítimo de Jerônimo Fragoso de Albuquerque, que ocupou cargos da república e milícia na Capitania. Sobre o dito Jerônimo Fragoso de Albuquerque, bisavô de Francisco Xavier, foi filho legítimo de Álvaro Fragoso de Albuquerque, capitão-mor de Serinhaém, um dos famosos cabos da guerra contra a Holanda, que levantou os povos da referida freguesia para entregar Pernambuco ao domínio português. Sua bisavó foi Isabel Cavalcante de Albuquerque, filha de Antônio Cavalcante de Albuquerque, fidalgo cavaleiro da casa real, outro famoso cabo da guerra contra os holandeses, que ajudou a expulsar os invasores batavos, socorrendo Igarassu e Goiana, que estavam em aperto. Para gozar dos direitos do real serviço, seus avós tiveram que se esforçar para transmitir aos filhos o foro de coronéis. Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque por descender em linha materna, *“tendo em tudo conservado o mesmo esplendor e nobreza de seus progenitores ilustres”*, é por ter recebido a manutenção do posto de coronel. João Carneiro da Cunha, amigo e confrade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio, lembrava que *“ainda hoje é coronel da milícia da cidade de Olinda, e um dos mais ricos homens desta capitania”*, senhor de três engenhos e outras tantas terras e propriedades.<sup>305</sup>

<sup>303</sup> Outra possível origem de seus patrimônios foi o dote de sua esposa, da linhagem dos principais da terra.

<sup>304</sup>“REQUERIMENTO coronel de Milícias da cidade de Olinda, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João], pedindo o foro de fidalgo cavaleiro, enviando para isso seus papéis de serviços militares, assim como os de seu pai, o mestre de campo Luís Xavier Bernardo, e seus irmãos”, anterior a 29/01/1801, AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122;

<sup>305</sup>“REQUERIMENTO coronel de Milícias da cidade de Olinda, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João], pedindo o foro de fidalgo cavaleiro, enviando para isso seus papéis de serviços

### 3.2 A família e os negócios

Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque casou com Dona Felipa Cavalcante de Albuquerque, sua parente, descendente dos mesmos progenitores e dos “*outros direitos e memoráveis cabos da guerra holandesa*”. O matrimônio tinha por sorte “*o esplendor de sua nobreza*”, onde esse tipo de relação visava consolidar o legado das famílias aristocráticas na América portuguesa. Do casamento nasceram os filhos Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, Luís Francisco Cavalcante de Albuquerque e José Francisco Cavalcante de Albuquerque, os irmãos Suassunas<sup>306</sup>, título herdados pela posse do engenho Suassuna que seu pai, Francisco Xavier, comprou ainda na década de 1770 quando era *contratador das carnes* e capitão de milícia em Olinda. Os Cavalcantes de Albuquerque construíram um imenso patrimônio na capitania de Pernambuco. Francisco Xavier foi um dos mais importantes senhores de engenho da capitania no século XVIII, advindo da aristocracia rural, exerceu também atividades relacionadas ao comércio e contrato na capitania. Suas atividades econômicas relacionaram-se ao contrato do subsídio das carnes de Olinda e Recife, em 1789. Vale salientar que, apesar de não ser uma atividade restrita aos “homens de grosso trato”<sup>307</sup>, a

---

militares, assim como os de seu pai, o mestre de campo Luís Xavier Bernardo, e seus irmãos”, anterior a 29/01/1801, AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122;

<sup>306</sup> Os irmãos Suassunas são conhecidos na história de Pernambuco por terem sido acusados em 1801 de uma conspiração que pretendia formar uma república independente e entrega-la a Napoleão Bonaparte. A “conspiração dos Suassunas” nunca foi comprovada, pois a devassa sumiu misteriosamente, e os principais envolvidos, apesar de passarem pouco mais de um ano presos no forte das cinco pontas foram libertos por falta de provas. Na sua estadia em Pernambuco no início do século XIX Henry Koster ainda ouvia notícias sobre o velho Cavalcante de Albuquerque, “*O governador, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Pernambuco e é irmão mais moço do chefe da família Cavalcante, ramo dos Albuquerque. Seu Pai, brasileiro também, fora cadete num regimento de linha no Recife e posteriormente se estabeleceu com plantações de cana-de-açúcar, e fez fortuna. O velho morreu, deixando a cada um de seus filhos consideráveis propriedades. Dois permaneceram nos seus engenhos e ainda continuam. O terceiro filho ingressou para um regimento de Olinda e se fez estimado pelos soldados. O regimento contava apenas uma companhia, e conservando o comando, gastou muitas somas do seu dinheiro para equipamento completo. Foi a Lisboa tratar de negócios relativos à sua companhia, e em sua ausência houve uma denúncia, acusação privada de um dos inimigos da família, de que os irmãos e ele conspiravam contra o governo. Obrigados a fugir de Lisboa, amedrontado com a ameaça de prisão, foi à Inglaterra onde a recepção que lhe fizeram o obrigaram a procurar sem ocasião de testemunhar seu reconhecimento às pessoas daquela nação*”. KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Secretaria de Educação e Cultura. Governo de Pernambuco. 1978. Recife, p. 90. Guilherme Pereira das Neves publicou recentemente um artigo onde aborda a trajetória de José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque. Apesar de analisar a vida deste Cavalcante de Albuquerque, o autor não fez referência a figura pai, Francisco Xavier. O estudo de Guilherme Pereira pretendeu discutir as noções de honra e ascensão social dentro da lógica do Antigo Regime entre os súditos da Coroa portuguesa em Pernambuco. NEVES, Guilherme Pereiras das. **De infâmia e honra: a trajetória de José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque (c.1773-1818)**. In: **Raízes do Privilégio – mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime**. MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CALAINHO, Daniela Buono; FEITLER, Bruno; FLORES, Jorge (orgs.). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011. pp.454-482

<sup>307</sup> Comerciantes atacadistas. Ver SOUSA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado); FRAGOSO, João Luís. **Conquistadores e Negociantes**. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro.

arrematação dos subsídios e dízimos sobre os produtos esteve quase sempre concentrada nas mãos de grandes investidores. Esses comerciantes reinvestiram os lucros obtidos no comércio em propriedades rurais, de modo a integrar-se ao padrão de vida senhorial.<sup>308</sup>

Os indícios nos levam a crer que Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque conciliou as funções de contratador com as de senhor de engenho, preocupando-se com a manutenção de seu *status* de nobre. O casamento contraído com uma de suas parentas do tronco materno, também Cavalcante de Albuquerque, foi a estratégia encontrada para perpetuar o sangue nobre.

Com as flutuações dos preços do açúcar no século XVIII as origens do patrimônio do mestre de campo não poderiam ser exclusivas dos engenhos, mas advindo em parte de outros negócios, como por exemplo, as atividades mercantis. Os contratos, como prática mercantilista e monopolista, possibilitou acumulação de grandes capitais que poderiam ser reinvestidos em terras e propriedades. Apesar de possuir três engenhos, o mestre de campo preferia residir no Recife, onde possuía uma propriedade atrás da Igreja do Livramento dos Pardos. Esta iniciativa reforçava a estratégia de estar próximo dos negócios da Praça do Recife.

No momento da fundação da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila do Recife, Francisco Xavier Cavalcante servia como modelo de pessoa que deveria se tornar membro. Era homem devoto, ilustre, abastado de bens e atuante nas solenidades do Santíssimo. Como Juiz do Santíssimo, Francisco Xavier pagou com dinheiro próprio as despesas referentes às reformas e acabamentos; promoveu celebração de missas, procissões e festas. Em janeiro de 1792 emprestou 347\$110 (trezentos e quarenta e sete mil cento e dez réis) à irmandade para comprar damascos para o cortinado e, um ano antes já havia contribuído para a promoção da primeira Semana Santa obrando com dois terços das despesas da festividade. O prestígio do Juiz era tanto que exerceu o posto em quatro ocasiões. O cargo além de ser o principal da confraria, rendia *status* e visibilidade. Nem o alto custo da “esmola” pelo exercício da função tirava dos irmãos o desejo de ocupá-lo. Além do mais, estar naquela função abria algumas janelas de relações e a inserção entre os principais moradores da freguesia, que alimentava o desejo de permanecer ocupando lugar de diretor da mesa. Francisco Xavier faleceu no ano de

---

2007. FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1998;

<sup>308</sup> Cf. FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

1801, momento que ainda esperava mercê de fidalgo cavaleiro.<sup>309</sup> Morreu sem deixar legados para a irmandade, talvez pelas inúmeras desavenças que provocou ainda no tempo que foi juiz. Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque foi um nobre e homem de negócio no momento em que as atividades mercantis já não representavam uma mácula de sangue, e que o capital proveniente do comércio subsidiava a lavoura açucareira.

Na irmandade, o juiz viveu dois momentos: o nobre devoto sempre pronto a auxiliá-la, promotor de festas, procissões e empréstimos. Homem com boas relações e que atraía o respeito de muitos. No segundo momento, foi o vilão, um “revoltoso” que por motivos financeiros causou um grande descontentamento da irmandade ao fazer cobranças indevidas. Ao final de uma vida de fortuna e prestígio social, o que lhe restou na irmandade não foi mais que 30 missas..

### 3.3 A querela do Cavalcante

Em 1781, Francisco Xavier desafiou de uma só vez o vereador mais velho da Câmara do Recife, o Governador José César de Meneses e a Irmandade do Livramento. O motivo da briga: o fechamento de uma rua, aberta pela Câmara em 1777, que passava por trás da Igreja do Livramento, e servia para o trânsito dos pardos na realização de suas procissões e festas.<sup>310</sup>

A própria Irmandade já havia pretendido tapar a rua para que em outro momento mais conveniente viesse alargar sua sacristia, e a Câmara lhe embaraçou com o fundamento de ser uma rua pública. Em 1781, Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque comprou algumas casas por trás da Igreja. Através de uma manipulação que teve a participação do juiz de fora e presidente da Câmara, João da Silveira Pinto Nogueira, amigo do Mestre de Campo, este conseguiu aforar a rua. Mesmo sob protestos do vereador mais velho, o advogado Manoel Teixeira de Moraes, que chegou a ser ameaçado por Silveira Pinto com a enxovia.<sup>311</sup> Desta forma, se conservou ileso os desmandos do juiz de fora e do Cavalcante por quase dois anos: a rua fechada servindo como um quintal para as casas de Francisco Xavier, burlando, portanto, as leis da própria Coroa que proibia o aforamento de uma via pública.<sup>312</sup> Em 1783, o governador José César de Meneses, após receber as denúncias do advogado Manoel Teixeira e da irmandade dos pardos, passou a interferir na disputa. Num trecho da correspondência

---

<sup>309</sup> Não sabemos a data exata de sua morte, mas no livro de receitas e despesas da irmandade foi registrado o pagamento das 30 missas que tinha direito o juiz, por pertencer às outras 30 a sua mulher.

<sup>310</sup> AHU\_ACL\_CU\_015,Cx. 147,D. 10723

<sup>311</sup> AHU\_ACL\_CU\_015,Cx. 147,D. 10723

<sup>312</sup> AHU\_ACL\_CU\_015,Cx. 147,D. 10723

enviada pelo governador ao Conselho Ultramarino fica explícito o choque entre o representante da Coroa e os amigos Silveira e Cavalcante:

*“Consta-me agora que o dito Cavalcante, unido com o referido João da Silveira, hoje seu procurador e que há pouco partiu para essa corte, intenta queixar-se de mim a respeito do caso de que acima faço menção. E como conheço a orgulhosa conduta destes dois sujeitos me antecipo a fazê-lo [...]”*<sup>313</sup>

Já o Mestre de Campo justificava que havia aforado a rua por esta servir como passagem para ladrões e, com isso, ele não estava prejudicando a serventia da rua, mas ajudando na conservação da tranquilidade do povo.<sup>314</sup> Venceu o governador. O Conselho Ultramarino acatou a solicitação de José Cesar de Meneses e autorizou a derrubada do muro. Em 1783, o mesmo juiz de fora que antes se associou ao Mestre de Campo foi obrigado a ordenar a derrubada do muro, acabou por despertar a ira de Francisco Xavier Cavalcante.<sup>315</sup> De amigo passou a inimigo, Francisco passou então a se queixar do dito juiz com o fundamento que lhe era de direito por ter sido o aluguel da rua autorizado pela Câmara do Recife. Isso não convenceu o Conselho Ultramarino.

Em 20 de fevereiro de 1791, havia sido empossada a mesa diretora da Irmandade do Santíssimo Sacramento.<sup>316</sup> Em 13 de março do mesmo ano, período que antecedeu a semana santa, os irmãos se reuniram no primeiro ato da mesa. A pauta era sobre a realização da festa da Paixão. Na ocasião os irmãos chegaram ao consenso que a Irmandade não possuía recursos suficientes para organizar aquela semana santa. Estando presentes o juiz Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque e demais integrantes da mesa, o mesmo revelou que *“animado de devoção”* iria contribuir com dois terços do custo total da festa e os demais irmãos, voluntariamente, com o restante.<sup>317</sup>

A festa ocorreu em abril como mandava o costume da irmandade: missas cantadas, sermões, música e procissão. Na terça-feira da semana santa, os irmãos saíram pela freguesia de Santo Antônio e foram assistir aos doentes em presença do Santíssimo Sacramento. No

<sup>313</sup> AHU\_ACL\_CU\_015,Cx. 147,D. 10723

<sup>314</sup> AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.147, D.10718

<sup>315</sup> AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.147, D.10718

<sup>316</sup> Os documentos não revelam como ocorreu o processo de eleição da nova Irmandade do Santíssimo Sacramento na Vila de Santo Antônio. Não sabemos se a mesa já havia sido eleita na Irmandade congênere em São Frei Pedro Gonçalves. As atas de reuniões já iniciam com a mesa empossada e a organização da primeira Semana Santa da Matriz.

<sup>317</sup> Livro de Atas. Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife. 1791-1837. Fl. 02f.

caminho um irmão pedia esmolas aos espectadores e fieis que seguiam o cortejo. Estas esmolas eram entregues aos doentes, uma tradição entre as irmandades, e que começava a ser seguida naquela confraria.<sup>318</sup> O evento era complementado pela Procissão da Páscoa da Ressurreição e Missa da Hora da Ascensão.<sup>319</sup> Podemos imaginar que para o juiz, o evento possuiu significados que foram além da devoção. Patrocinar um evento dessa proporção demonstrava o poder econômico do indivíduo, fator que reafirmava sua posição de homem de negócio e senhor de engenho. Sem contar que os integrantes do Santíssimo Sacramento formavam um seletto grupo, muitos destes advindos das melhores famílias da vila, estando à frente um Cavalcante de Albuquerque.

Francisco Xavier passou quatro mandatos na função de juiz e cada período custava 100\$00 (cem mil réis). Nesse período que esteve á frente da irmandade, ele emprestou dinheiro para compra de damascos que serviam para os cortinados da Igreja. O valor chegou a 347\$110 (trezentos e quarenta e sete mil cento e dez réis). Supriu a irmandade com 98\$000 (noventa e oito mil réis) para as obras do corredor da Igreja e do consistório, local das reuniões, e mais 5\$000 (cinco mil réis) em documentos que vieram de Portugal para funcionamento da Irmandade.<sup>320</sup>

Em 11 de julho de 1795, uma reunião presidida pelo escrivão José Afonso da Silva, pretendia acertar as contas entre a irmandade e o juiz. O termo registrado no livro de atas revela a querela que se formou entre as partes. O conflito foi motivado por questões econômicas e pelo choque de interesses entre alguns irmãos do Santíssimo e o dito juiz. O termo da ata diz que da conta realizada deveria ser deduzido os anos de juizado de Francisco Xavier e a esmola de entrada de seu filho, o tenente José Francisco de Paula. O tesoureiro José de Araújo Lima repassou o saldo à mesa, e esta após comunicar ao juiz o valor do qual tinha direito, mas o mestre de campo não quis aceitar com o fundamento de que se lhe havia de pagar por inteiro todo o dinheiro que ele tinha emprestado à Irmandade. Por tantas ofertas dadas aos seus juizados e entrada de seu filho, Francisco justificava que tudo ficava incluso no custeio das despesas que tinha feito às festividades.

Os irmãos, ou pelo menos aqueles que tinham interesse em romper com o poder do juiz, logo se manifestaram contra esta postura. Argumentavam que o referido ato do juiz era

---

<sup>318</sup> Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento. “Das festividades”, 1794.

<sup>319</sup> *Idem*

<sup>320</sup> Livro de Atas. Irmandade da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Recife. 1791, fl. 29

contrário à razão e à justiça.<sup>321</sup> Além disso, as semanas santas, festas do Corpo de Deus e as do orago tinham sido sempre realizadas com esmolas dos irmãos e do povo, pois a irmandade não poderia realizar festividades enquanto não houvesse adquirido os ornatos necessários para a exposição do Viático a qual era sua principal obrigação no socorro aos desvalidos como impusera a bula papal de 30 de novembro de 1539.<sup>322</sup> Dizia o irmão José Afonso que “*enquanto não tiver palio decente, umbela, lanternas, alampada, ornamentos, e mais alfaias necessárias para o asseio e decência do culto divino, por estar falta de tudo*” e por fim, “*enquanto não tiver bens e rendimentos que excedam a despesa necessária da igreja e do culto do Santíssimo Viático, na quantia que chegue para essas festas sem empenho da Irmandade*”.<sup>323</sup>

O tom do documento é bem taxativo em relação à postura do juiz ao afirmar que os irmãos não pensavam que Francisco Xavier iria consumir as esmolas de seus juizados e da entrada de seu filho em festas, sabendo ele que a irmandade estava precisada de tantas coisas e “*sendo certo que a irmandade sempre recebeu os dinheiros, que ele deu para elas [festas, grifo meu] por esmola gratuita como efeito da sua grande devoção*”.<sup>324</sup> Depois disso, a participação do juiz no Santíssimo Sacramento ficou comprometida e a situação só foi solucionada depois de muita insistência da Irmandade em pagar apenas aquilo que devia sempre através de protestos de Francisco Xavier. Seu cargo entrou em vacância, e o próprio José Afonso assumiu o posto de juiz, deixando no cargo de escrivão Doutor João Lopes Cardoso Machado. A irmandade não compreendeu o fato por completo, tanto é que o quadro de juízes existente ainda hoje no consistório traz Francisco Xavier como juiz no ano de 1795-1796. O fato agora revelado mostra toda manobra dos irmãos para combater os desmandos do Cavalcante de Albuquerque que, depois disso, não foi mais visto nas atas de reuniões, tão pouco assumindo cargos, mesmo em casos extraordinários, como mandava o compromisso da instituição.

As conquistas do Cavalcante de Albuquerque foram acompanhadas sempre por polêmicas e querelas. Na irmandade foi visto como “*revoltoso e sedioso*”, depois das intrigas com os membros da mesa não assumiu cargos. Na vida, sua última tentativa de se tornar um

---

<sup>321</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>322</sup> *Idem.*

<sup>323</sup> *Idem.*

<sup>324</sup> *Idem.*

nobre da casa real foi o pedido do foro de fidalgo cavaleiro em 1801.<sup>325</sup> Não deu tempo, a morte chegou. Restaram-lhe apenas trinta missas celebradas pela irmandade do Santíssimo Sacramento... e esta história!

---

<sup>325</sup> Nesse mesmo ano seus filhos se envolveram no movimento político que pretendia criar um república em Pernambuco. O movimento entrou para a história como “Conjuração dos Suassunas”, inspirada nas ideias revolucionárias francesas, pretendia entregar Pernambuco a Napoleão Bonaparte. A riqueza acumulada por Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque livrou os filhos da forca e todas as provas que se tinham contra eles foram misteriosamente destruídas. Ver Série Documentos Históricos. Biblioteca Nacional: Devassa de 1801.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das elites esteve por muito tempo integrado à história do poder e das instituições. Com isso, escondiam-se por trás de máscaras as personagens que individual ou coletivamente são motores da História. Com os novos estudos promovidos sobretudo pela História Social, a noção que temos do termo “elite” foi alterado em relação aos estudos que impulsionaram o campo de investigação. Assim, as novas tendências consideram, por exemplo, que os indivíduos são considerados elites mais pelo exercício de privilégios dentro de determinado grupo social do que essencialmente detentores de poder econômico. Dito isto, todas as pessoas de uma forma ou de outra podem se tornar elites, o que varia são as formas de recrutamento e os campos de atuação. Desta forma, a ideia que se faz não deve ficar restrita apenas à atuação na política, mas inclui líderes de religião, pessoas com conhecimento especializado, líderes de associações, altos funcionários e intelectuais. O poder é dividido entre estas categorias que, apesar de competir estão unidas em torno de objetivos comuns. Assim, a temática encontra-se hoje muito mais ampla e tende a considerar o termo *elites* no seu sentido plural e inclui as formas como elas são recrutadas, campo de associação e objetivos, como diferentes tipos de elites convivem em determinado espaço e, ao final, compartilham seus interesses.

A formação das elites na América portuguesa está associada ao momento da conquista do território. A Coroa, ao transferir aos particulares a responsabilidade de colonização e defesa, utilizou como moeda de pagamento as terras, títulos e cargos públicos. Esta remuneração, principalmente em terras, transformou esses patrimônios em poder simbólico, dando origem à primeira forma de elite na América portuguesa. A participação nas câmaras e os postos militares foram alguns dos canais de recrutamento de elites e convivência entre as mesmas. As atividades mercantis também contribuíram para a formação de novas elites. No entanto, sofreram com impasses causados pela aristocracia rural que utilizavam fundamentos testamentais para barrar o acesso dos grupos mercantis às instâncias de poder. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, novas formas foram sendo incorporadas ao cotidiano da colônia. A urbanização e a diversidade de atividades acabaram por gerar a multiplicidade das elites e a convivência destas nos mesmos espaços. Surgiam irmandades, ordens terceiras e corporações de ofício, que tiveram como primeiro objetivo a devoção aos santos e a organização de atividades, mas também se destacaram como espaço de sociabilidade entre diferentes grupos. Participar destas instituições significava estar inseridos na sociedade e dirigi-las significava ser recrutado entre os grupos elitistas.

Em 1791, nasceu a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, momento em que o Recife já não era um pequeno burgo. A expansão da Vila e o aumento da população possibilitou a fundação de mais uma irmandade desta devoção. Esta, por sua vez, tinha como critério para admissão de novos integrantes que fossem pessoas ilustres, abastadas de bens e atuantes na freguesia. Tais são três requisitos que excluía parte da população naquele momento. A Irmandade ao construir a Matriz de Santo Antônio ficou responsável pela administração do Santíssimo Sacramento, Viático, além de realizar batismos, casamentos e registrar todos os óbitos da freguesia. Outro importante direito foi o de realizar a festividade do Corpo de Deus junto com a Câmara da Vila. A festa tinha um significado político, pois era um dos eventos patrocinados pela Coroa portuguesa, onde deveriam estar presentes todos os segmentos do sistema social.

Outras festividades e ritos aconteciam no Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, como por exemplo, a celebração da Semana Santa. Além disso, a irmandade socorria aos enfermos, presos e pobres, se destacando pelo serviço assistencialista. Todas estas atividades eram fruto do investimento de esmolas e legados de seus irmãos e fieis. Alguns de seus membros mais importantes eram pessoas atuantes em Pernambuco como senhores de engenhos, vereadores, militares e comerciantes que contribuía para promover o nome da confraria e, conseqüentemente os seus. O caso do primeiro juiz, Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque ajuda a ilustrar os níveis de relações e participação nesta Irmandade e na sociedade do Recife como um todo. Sua trajetória revela os mecanismos de conquista de status, a forma como os indivíduos se representavam e os canais que encontravam para a sociabilidade e se reuniam em torno de objetivos comuns, seja devocional, seja sociopolítico. Estas associações revelam uma organização rígida marcada pela hierarquização, ostentação, pompa e teatralização da vida. Seus ritos e festividades nos ajudam a compreender estas marcas e seus diversos significados.

Assim sendo, buscamos ao longo do texto esclarecer sobre o cotidiano dos grupos elitistas e suas relações com o espaço público, as diversas formas de sociabilidade e a trajetória de indivíduos. Que outros cenários como estes possam ganhar o interesse do público acadêmico, sobretudo no campo da história colonial o qual muito tem a revelar. Assim, acreditamos na contribuição deste trabalho para a História Social da Cultura Regional, seja com relação ao tema, seja com relação ao método empregado, a prosopografia.

## LISTA DE FONTES

### FONTES MANUSCRITAS

#### **Irmandade do Santíssimo Sacramento:**

Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife, 1791-1837.

Livro de Receitas e Despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife, 1791-1837.

Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1794.

Livro de óbitos da Matriz do Santíssimo Sacramento do Recife, 1818-1826.

Livros de I e II de batismos da matriz do Santíssimo Sacramento do Recife, 1798-1813.

Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de Juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de Tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de Escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

Mapa de Irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1791.

Mapa de Irmãs da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, 1791.

**Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa. Laboratório de História Oral e Imagem –  
Universidade Federal Fluminense; Arquivo Histórico Ultramarino - Pernambuco.  
Laboratório de Ensino e Pesquisa em História – Universidade Federal de Pernambuco.**

AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 198, D. 13621

AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 198, D. 13630

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 75, D. 6296

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 220, D. 14905.

AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 212, D. 14388

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 187, D. 12968

AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 115, D. 8835  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 166, D. 11822.  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX.15, D. 8126  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX.201, D. 13755  
AHU\_ACL\_CU\_015,Cx. 147,D. 10723  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 193, D. 13260  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 132, D. 9912  
AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.147, D.10718  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 147, D. 10729  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 151, D. 10940  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 266, D. 17781  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 139, D. 10335  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 263, D. 17619  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 142, D. 10442  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 219, D.14798  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 198, D.13626  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 208, D.14167  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 258, D. 17308.  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 247, D. 16555  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 213, D.14465  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX.211, D. 14314.  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 287, D. 19655.  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 256, D. 17143.  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 195, D. 13427.  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 209, D. 14215  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 209, D.14183  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 26, D. 14610  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 208, D. 14174  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 209, D. 14216  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 228, D.15439  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 223, D. 15071  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 217, D. 14717  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 132, D. 9918

AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 98, D.7660  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX.226, D.15321  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX.177, D. 12365  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX.226, D.15307  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 247, D.16537.  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 227, D. 15388  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 258, D. 17346  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 208, D. 14173  
AHU\_ACL\_CU\_015, CX.222, D. 15002

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial.** Editora Universitária. Recife, 1997.

ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de. **Pretos e Brancos: a serviço de uma ideologia de dominação. (Caso da Irmandades do Recife).** Recife, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

BRAGA, Manuel Rabelo. **A Irmandade do Santíssimo Sacramento.** Recife, 1869.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **Pra reler o Recife e suas origens. In:REZENDE, Antônio Paulo (org.). Recife que história é essa?** Fundação de Cultura Cidade do Recife. Recife, 1987.

BEZERRA, Janaína Santos. **Pardos na Cor & Impuros no Sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII.** Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII.** Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** 8ª Ed. UNB. V. 1. Brasília, 1995.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário- devoção e solidariedade em Minas Gerais (século XVIII e XIX).** Editora UFJF. Juiz de Fora, 2005.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil:negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765).** Ed. Alameda.São Paulo, 2010.

BOSCHI, Caio. **Os Leigos e o Poder- Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais.** São Paulo: Àtica, 1986.

BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade.** 2ª Ed. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1974.

\_\_\_\_\_. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

BOXER. Charles. **O império marítimo português.** Companhia das Letras. São Paulo, 2002.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. "**Piedade barroca, obras artísticas e armações efêmeras: as irmandades do Senhor dos Passos em Minas Gerais**". In: **Anais do VI colóquio luso-brasileiro de História da Arte**. Rio de Janeiro: CBHA/ PUC-Rio/ UERJ/ UFRJ, 2004. ISBN 85-87145-12-6 vol. I.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Aspectos da Semana Santa através das Irmandades do Santíssimo Sacramento**. In: **Barroco**. n.19, Belo Horizonte: Centro de pesquisa do Barroco Mineiro

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1983.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e Utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DUBY, Georges. **História Social e Ideologias das Sociedades**. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed. 1976.

FABER, Frederick William. **O Santíssimo Sacramento ou as obras e vias de Deus**. Tipografia Vozes. Petrópolis. 1929.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Ed. Globo. 8ª ed. Rio de Janeiro. 1989.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **O município no Brasil colonial e a configuração do poder econômico**. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs). **O governo dos povos**. Alameda. São Paulo, 2009.

FERREZ, Gilberto. **Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife, 1755-1855**. Fundarpe. Recife, 1984.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 29ª ed. Editora. Graal. Rio de Janeiro, 2011.

FRAGOSO, João Luis. **Conquistadores e Negociantes**. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 2007.

\_\_\_\_\_. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Desfilar: a Procissão Barroca**. Revista Brasileira de História – ANPUH. São Paulo, v. 17, n. 33, 1997.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Coleção Antropologia. Ed. Vozes. 2ª ed. Petrópolis, 2011.

HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. FVG editora. Rio de Janeiro. 2006.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviatã**. Editora Almedina. Coimbra. 1994.

\_\_\_\_\_. **Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites**. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). Modos de Governar. Alameda. São Paulo, 2005.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Zahar. Rio de Janeiro, 2011.

KANTOROWICZ, Ernest H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: companhia das letras, 1998.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. 2ª ed. Secretaria de Educação e Cultura do estado de Pernambuco. Recife, 1978.

LUCAS. In: **NOVO TESTAMENTO**. Tradução: João Ferreira de Almeida. 5ª edição. Geográfica editora. São Paulo, 2005.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. Série Primeiros Passos. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial**. 2ª edição. Topbooks. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **A fronda dos mazombos**. 2ª ed. Editora. 34. São Paulo, 2003.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influencia da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 2ª ed. Recife, CEPE, 1978.

NEVES, Guilherme Pereiras das. **De infâmia e honra: a trajetória de José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque (c.1773-1818)**. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CALAINHO, Daniela Buono; FEITLER, Bruno; FLORES, Jorge (orgs.). **Raízes do Privilégio – mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.

Pe. Antonio Vieira, **Sermoens do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu, visitador da Provincia do Brasil, Pregador de Sua Magestade. Sexta Parte.** Na Officina de Miguel Deslandes. Lisboa, MDCLXXXX. p. 398. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01952580>; acesso em: 10/03/2011.

PEREIRA, José Neilton. **Além das Formas, a Bem dos Rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789).** Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2009. (Dissertação de Mestrado).

PIO, Fernando. **A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento do Bairro de Santo Antônio e sua História.** Ed. do Autor. Recife. 1973.

PLATÃO. **A República.** Notas de Robert Baccou. Tradução: J. Guinsburg. Volume I. Difusão Europeia do livro. São Paulo, 1965.

PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** Ed. Brasiliense. São Paulo. 1994.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** Companhia das Letras. 2009.

RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780).**Ed. Hucite. São Paulo, 1976

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530 – c. 1630.** Alameda. São Paulo, 2009.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos - a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1981

SAMPAIO, Juliana da Cunha. **Irmãs do Rosário de Santo Antônio: Gênero, Cotidiano e Sociabilidade em Recife (1750-1800).** Mestrado em História – UFRPE. Recife, 2009

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América : A Festa de Corpus Cristi nas cidades da América Portuguesa – Século XVIII.** São Paulo: Annablume, 2005

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos No Distrito Diamantino do Século XVIII.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1975

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia.** Ed. Unesp. São Paulo, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Festa e Memória da Elite Açucareira no Século XVII**: a ação de graças pela restauração da Capitania de Pernambuco contra os holandeses. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia. [orgs.]. **Ensaio sobre a América Portuguesa**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Barroco de pretos e pardos nas vilas açucareiras de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. In: *Revista Eutomia* - Ano III - Volume 2 Dezembro/2010.

\_\_\_\_\_. **Cerimônias públicas de manifestação de júbilo: símbolos barrocos e os significados políticos das festas públicas nas vilas açucareiras de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. *Ensaio culturais sobre a América Açucareira*. Recife: Edupe, 2008.

SOUZA, George Felix Cabral de. **Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII**. Gráfica Flamar. Recife, 2003.

\_\_\_\_\_. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra- política e administração na América portuguesa do século XVIII**. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. **As Festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora 34. 2000

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. V.1. 4ª Ed. UNB. Brasília. 2009.

# APÊNDICES

**APÊNDICES A- Quadro 10 - Resumos biográficos dos Irmãos que exerceram cargos na Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife- século XVIII e XIX**

Nome	Origem	Ocupação/Posto Militar/Cargo Público/bens	Religião
João Carneiro da Cunha <sup>326</sup>	Pernambuco (?) <sup>327</sup> . No processo de habilitação da Ordem de Cristo declarou ter nascido em 1749 na Vila de Icó, Ceará <sup>328</sup>	Proprietário de Morgado <sup>329</sup> ; 2º vereador da Câmara do Recife em 1782; 2º vereador da Câmara do Recife em 1785 (sem assumir) <sup>330</sup> ; Escrivão do Despacho e Descarga da Alfândega de Pernambuco <sup>331</sup> ; Sargento-mor das Ordenanças de Olinda <sup>332</sup> ; É provável que tenha sido escrivão serventuário da Mesa Grande da Alfândega do Recife <sup>333</sup>	Escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1791-1792 <sup>334</sup> ; Irmão da Ordem Terceira do Carmo do Recife admitido em 28/11/1779 <sup>335</sup> ; Cavaleiro da Ordem de Cristo, admitido em 13/11/1778 <sup>336</sup>

<sup>326</sup> Casado com Maria Sancha das Graças, filha do coronel Antônio José Vitorino Borges da Fonseca; neta do Mestre de Campo Antônio Borges da Fonseca. AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 198, D. 13621; AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 198, D. 13630.

<sup>327</sup> Declarou em requerimento à rainha D. Maria I, pedindo a propriedade do cargo de Secretário do governo de Pernambuco, ser natural desta capitania. AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 198, D. 13630.

<sup>328</sup> HOC [habilitação da Ordem de Cristo. Arquivo Nacional da Torre do Tombo], Letra J, maço 51, número 5, ANTT. Apud, SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>329</sup> “Carta do ouvidor-geral da capitania de Pernambuco, João Bernardo Gonzaga, ao rei D. José I, sobre o requerimento do capitão João Carneiro da Cunha em que pede a confirmação do vínculo de Morgado”. 20 de dezembro de 1753. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 75, D. 6296

<sup>330</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>331</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 212, D. 14388;

<sup>332</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 220, D. 14905.

<sup>333</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 187, D. 12968.

<sup>334</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>335</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>336</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 198, D. 13621; SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque	Paraíba <sup>337</sup>	Senhor de engenho (Engenho Suassuna, na Freguesia de santo Amaro de Jaboatão, termo de Olinda) <sup>338</sup> ; Contratador das Carnes <sup>339</sup> ; Fabricante de açúcar <sup>340</sup> . Mestre de campo <sup>341</sup>	Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1791-1792; 1793-1794; 1794-1795; 1795-1796 <sup>342</sup>
Antônio Muniz Tavares	Pernambuco (?) <sup>343</sup>	Negociante <sup>344</sup>	Tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1791-1792 <sup>345</sup> ; Juiz da mesma irmandade em 1810-1811 <sup>346</sup>
José de Souza Rangel	Porto <sup>347</sup>	Capitão-Mor de Pernambuco <sup>348</sup> ; Contratador da Carnes do Recife e de Olinda e de seus termos <sup>349</sup> ; Aparece na relação dos principais devedores da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba em 1776 <sup>350</sup>	Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1792-1793 <sup>351</sup>

<sup>337</sup> Filho do Mestre de Campo Luis Xavier Bernardo. É citado na documentação como sendo natural da “Cidade da Paraíba”. AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122.

<sup>338</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 115, D. 8835

<sup>339</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 166, D. 11822.

<sup>340</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX.15, D. 8126.

<sup>341</sup> Carta patente de 18/06/1789. AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122. Iniciou sua carreira militar em 17/03/1756, no posto de soldado voluntário no Regimento de Infantaria da Praça do Recife, da qual foi capitão Ignácio de Mello da Silva. AHU\_ACL\_CU\_015, CX.224, D.15122

<sup>342</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>343</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX.201, D. 13755;

<sup>344</sup> Idem

<sup>345</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>346</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>347</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 132, D. 9912.

<sup>348</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 147, D. 10729

<sup>349</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 151, D. 10940.

<sup>350</sup> Em 1776 a dívida de José de Sousa Rangel com a Companhia alcançou 14:187\$952 réis. Em 1780 é citado como “homem de negócio”, isto é, “o grande comerciante que fazia o comércio a distância”. Naquele ano sua dívida para com a Companhia atingiu 16:597\$622 réis. RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio**

Vicente Borges Gurjão	Recife <sup>352</sup>	Procurador da Câmara do Recife em 1772 e 1779; foi eleito procurador a Câmara do Recife em 1784 mas não assumiu a função <sup>353</sup> ; Inquiridor, distribuidor e contador do juízo de fora e do geral do Recife, a partir de fevereiro de 1787 <sup>354</sup> ; pagava foros a Olinda por terrenos; vivia de rendas <sup>355</sup>	Tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1793-1794 <sup>356</sup>
João Lopes Cardoso Machado <sup>357</sup>	Lisboa <sup>358</sup>	Médico <sup>359</sup> ; Comissário-geral e juiz delegado da medicina e cirurgia <sup>360</sup> ; Almotacé do Recife <sup>361</sup>	Escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1793-1794; 1795-1796; 1805-1806 <sup>362</sup> ; Juiz da Irmandade em 1803-1804 <sup>363</sup> ;
João de Alemão Cysneiros	(?)	Capitão da Milícia de Olinda <sup>364</sup>	Juiz da Irmandade do Santíssimo

**no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780).** Ed. Hucite. São Paulo, 1976.p.193

<sup>351</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>352</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>353</sup> idem

<sup>354</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 266, D. 17781.

<sup>355</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>356</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>357</sup> Filho de Pedro Fernandes da Gama, tesoureiro da Irmandade do Santíssimo. Op cit, SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>358</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>359</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 139, D. 10335.

<sup>360</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 263, D17619.

<sup>361</sup> “ AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 142, D. 10442.

<sup>362</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>363</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>364</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 219, D.14798.

			Sacramento em 1796-1797 <sup>365</sup> ;
Luiz Francisco do Rego	(?)	Capitão de Entradas do Ibura, Capitania de Pernambuco <sup>366</sup> .	Tesoureiro da Irmandade do santíssimo Sacramento em 1798-1799 <sup>367</sup>
José Antônio da Silva Neiva	(?)	Capitão da quinta companhia da milícia de Olinda <sup>368</sup>	Escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1799-1800;1800-1801;1801-1802 <sup>369</sup> ; Juiz da Irmandade em 1808-1809 <sup>370</sup> ;
João do Rego Falcão	Recife <sup>371</sup>	Capitão de Milícias de Malta <sup>372</sup> ; Provavelmente exerceu o ofício de cônsul dos navios estrangeiros no porto de Pernambuco <sup>373</sup> ;	Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1799-1800 <sup>374</sup> ;
José Ferreira Antunes Villaça <sup>375</sup>	Recife <sup>376</sup>	(?)	Tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1799-1800 <sup>377</sup> ;
Manoel Gomes de Oliveira	Pernambuco <sup>378</sup>	Capitão de Ordenança <sup>379</sup>	Escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1802-1803 <sup>380</sup> ;
Francisco Manoel	Lisboa <sup>381</sup>	Senhor de Engenho	Juiz da Irmandade

<sup>365</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>366</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 198, D.13626.

<sup>367</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>368</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 208, D.14167.

<sup>369</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>370</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>371</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 258, D. 17308.

<sup>372</sup> idem

<sup>373</sup> Idem, ibidem

<sup>374</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>375</sup> Seu filho, do mesmo nome, professou vocação à vida religiosa no Convento de Santo Antônio do Recife em 1803. AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 247, D. 16555.

<sup>376</sup> idem

<sup>377</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>378</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 213, D.14465.

<sup>379</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX.211, D. 14314.

<sup>380</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>381</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 287, D. 19655.

da Silva Gusmão		e Capitão de cavalaria auxiliar de Olinda <sup>382</sup> ; Eleito tesoureiro do cofre dos órfãos da Vila do Recife. Contudo, não assumiu o posto, fazendo requerimento para ser substituído <sup>383</sup> ; negociante <sup>384</sup>	do Santíssimo Sacramento em 1800-1801 <sup>385</sup>
Domingos José da Costa Cardoso	Recife <sup>386</sup>	Sargento-mor da Freguesia de São Miguel dos Milagres das Alagoas <sup>387</sup> .	Tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1803-1804 <sup>388</sup> ;
José Filgueira [sic] de Menezes	(?)	Alferes da Companhia de infantaria da Ordenança do Recife <sup>389</sup>	Escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1804-1805 <sup>390</sup> ; Juiz da Irmandade em 1805-1806 <sup>391</sup> ;
Francisco Carneiro do Rosário	Recife, 1760 <sup>392</sup> ; Obs.: Natural da Vila de Sobral, segundo o termo de batismo de seu filho lavrado na Matriz do santíssimo Sacramento de Santo Antônio. <sup>393</sup>	Contratador dos subsídios do açúcar e tabaco da capitania de Pernambuco e Itamaracá <sup>394</sup> ; Contratador do subsídio militar das carnes da cidade de Olinda e da vila do Recife <sup>395</sup> ; foi	Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento até 07 de agosto de 1801. Concluiu o ano do juizado José Barbosa de Lima desta data até o ano de 1802 <sup>397</sup>

<sup>382</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 256, D. 17143.

<sup>383</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 195, D. 13427.

<sup>384</sup> Em requerimento de passaporte para seguir viagem para Pernambuco declarou ser negociante, casado, com 50 anos de idade. AHU\_ACL\_CU\_015, CX.287, D. 19655.

<sup>385</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>386</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 209, D. 14215.

<sup>387</sup> Carta patente de 30/01/1789. AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 209, D. 14215.

<sup>388</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011

<sup>389</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 209, D.14183; AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 26, D. 14610.

<sup>390</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>391</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>392</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>393</sup> Livro de Batismo da Matriz do Santíssimo Sacramento do Recife, Fl. 118 v. 1791

<sup>394</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 208, D. 14174; AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 209, D. 14216

<sup>395</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 228, D.15439; AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 223, D. 15071.

		apontado como negociante da praça do Recife por Caetano Francisco Lumachi de Mello, escrivão da Mesa Grande da Alfandega da Capitania de Pernambuco <sup>396</sup> ;	
Antônio Alves dos Santos	(?)	Dispenseiro (?) <sup>398</sup>	Tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1816-1817 <sup>399</sup> ;
Manoel Soares de Souza	Pernambuco <sup>400</sup>	Alferes de Infantaria da Ordenança de Olinda <sup>401</sup>	Escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1806-1807; 1812-1813 <sup>402</sup> ; Juiz da Irmandade em 1813-1814 <sup>403</sup> ;
Antônio José Pires	Paróquia de Salças, 1755 <sup>404</sup>	Negociante <sup>405</sup> ; Procurador da Câmara do Recife em 1804; procurador na primeira vereação de 1815, mas não assumiu a função <sup>406</sup> ;	Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1806-1807 <sup>408</sup>

<sup>397</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>396</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 217, D. 14717

<sup>398</sup> Encontramos na documentação consultada um homônimo que exerceu o cargo de dispenseiro AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 132, D. 9918. Segundo Bluteau, “dispenseiro é aquele que guarda os bens para os administrar e distribuir aos outros; aquele por cuja conta corre os gastos de mantimentos de uma casa. Diz Moraes silva que, chama-se “dispenseiro” aquele “oficial ou pessoa que administra a dispensa, e distribui os mantimentos”.

<sup>399</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>400</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 98, D.7660.

<sup>401</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX.226, D.15321.

<sup>402</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>403</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>404</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>405</sup> Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. CV, p. 240; AL, 1796, p. 300; 11797, p. 343; 1798, p. 397; 1800, p. 443; 1802, p. 446; 1803, p. 472; 1805, p. 506; 1807, p. 547, BNL. *Apud*, SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>406</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

		Capitão de infantaria da Ordenança da Marinha do Recife <sup>407</sup>	
José Francisco do Rego	Recife (?) <sup>409</sup>	Alferes da Ordenança do Recife <sup>410</sup>	Escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1807-1808 <sup>411</sup> ;
Joaquim José de Menezes	(?)	Capitão da Companhia de Infantaria de Ordenança da freguesia da Luz <sup>412</sup>	Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1811-1812 <sup>413</sup> ;
João Muniz de Almeida	(?)	Alferes do Regimento de Milícias dos Nobres da vila do Recife <sup>414</sup>	Escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1809-1810; 1811-1812 <sup>415</sup>
Francisco Cordeiro Muniz Falcão	Pernambuco <sup>416</sup>	Proprietário de Terra <sup>417</sup>	Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento 1819-1820 <sup>418</sup>
José Ferreira da Silva	Pernambuco <sup>419</sup>	Comerciante <sup>420</sup> ; Capitão da Sexta Companhia do Regimento de Milícia dos Nobres do Recife <sup>421</sup> ;	Escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1814-1815 <sup>422</sup>
Manoel Antônio	(?)	Alferes da	Escrivão da

<sup>408</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>407</sup> Carta patente de 18 de julho de 1782. AHU\_ACL\_CU\_015, CX.177, D. 12365

<sup>409</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX.226, D.15307.

<sup>410</sup> idem

<sup>411</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>412</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 247, D.16537.

<sup>413</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>414</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 227, D. 15388.

<sup>415</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>416</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 258, D. 17346.

<sup>417</sup> idem

<sup>418</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de juiz desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>419</sup> SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado)

<sup>420</sup> Idem

<sup>421</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX. 208, D. 14173.

<sup>422</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

Muniz Tavares		Companhia dos Caçadores do Regimento de Milícias do Recife <sup>423</sup>	Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1817-1818 <sup>424</sup> ; tesoureiro da Irmandade em 1815-1816 <sup>425</sup>
---------------	--	---	--

---

<sup>423</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, CX.222, D. 15002.

<sup>424</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de escrivão desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

<sup>425</sup> Pauta dos irmãos que ocuparam o cargo de tesoureiro desde 20 de fevereiro de 1791 até 2011.

**APÊNDICES B - Quadro 11- Relação de óbitos da Vila do Recife, 1818. Livro de óbitos, Igreja Matriz de Santo Antônio (1818-1826)**

<b>Data</b>	<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor</b>	<b>Pais/Dono/cônjuge</b>	<b>Local de sepultamento e habito</b>
10.03.1818	Maria	40 anos	Criola	Escrava de Joana Maria	Sepultada em Santa Rita/envolta em hábito branco
11.03.1818	Antônio	(?)	Criolo	Escravo de Manuel Matheus/ filho de Felizardo Angola	Sepultado em São José
12.03.1818	Raimundo	6 anos e 3 meses	Branco	Filho de Raimundo José de Araújo e Rosa Maria	Sepultado no Terço/ vestido de cardeal
11.03.1818	Francisca dos Prazeres	(?)	Preta da costa	?	Sepultada no Rosário/ habito branco
11.03.1818	Maria dos Prazeres	7 anos	Parda	Filha de João Paulo e Ana Joaquina	Sepultada no Livramento/ vestida de Conceição
11.03.1818	Ana Maria de Oliveira	(?)	Parda	Casada/natural de Olinda	Sepultada nos Martírios/habito branco
12.03.1818	Manuel	7 dias	Pardo	Filho de Felícia Maria	Sepultado no Hospital (?)* Vestido de clérigo
13.03.1818	Joaquim Eugenio	10 anos	Pardo	Filho de Izabel Maria	Sepultado no Livramento/ vestido de clérigo
13.03.1818	Maria	1 ano	Branca	Filha de Francisco Rego de Medeiros e Rita Martins de (?)	Sepultada no Terço/ vestida de Conceição
14.03.1818	Desconhecido	(?)	Preto de nação desconhecida	(?)	Sepultado em São José/ envolto em habito branco
14.03.1818	Izabel Maria da Conceição	(?)	Angola forra	Foi escrava de José Pinto	Sepultada no cemitério da Matriz/ envolta em habito branco
14.03.1818	Izabel	04 meses	Branca	Filha de José Pedro de Souza e Francisca das Chagas	Sepultada no Terço/ vestida de Conceição
15.03.1818	Rosa	16 anos	Preta da Nação Calabá ou Calabar	Escrava de José da Fonseca Galvão	Sepultada no Livramento/ envolta em habito branco
15.03.1818	Caetana	01 mês	Branca	Filha de Francisco	Sepultada no

				Pereira Brandão e Antônia Florência	Martírios/ vestida de Conceição
16.03.1818	Joaquim	1 ano e 2 meses	Branco	Filho de Alexandre da Silva Fragoso e Rosa Cândida	Sepultado no Terço/vestido de São Miguel
16.03.1818	Ana	9 meses	Branca	Filha de Manoel ___ e Lourença Joaquina	Sepultada no Hospital/ vestida de Conceição
16.03.1818	Manoel Antônio dos Reis	(?)	Preto [sic]	Preso; casado com Antonia Ribeiro [Ribeira], cabra.	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
16.03.1818	Maria	13 meses	Branca	Filha de João Tavares e Maria Rosa	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
17.03.1818	Joaquina Ignacia dos Santos	40 anos	Branca	Solteira	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
18.03.1818	Raimundo	(?)	Branco	Filho de Raimundo José de Araújo e Rosa Maria	Sepultado no Terço/ vestido de Menino Deus.
19.03.1818	Antônio Rodrigues	Representava ter 80 anos	Preto de nação Angola, forro	(?)	Sepultado em São José/ envolto em habito branco
19.03.1818	Manoel	02 dias	Branco	Filho de João Batista e Joaquina <u>Silveira (?)</u>	Sepultado no Livramento/vestido de clérigo
19.03.1818	Ana Joaquina	(?)	criola	Casada com Ignácio Pereira	Sepultada em São José
20.03.1818	Feliciano	2 meses	Branco	Filho de Maria Florência	Sepultado na Penha/ vestido de Menino Deus
21.03.1818	Delfina	2 anos	Branca	Filha de Antônio José Teixeira e Ana Francisca	Sepultada no Terço/ vestida de Conceição
21.03.1818	Vicente Ferreira Meira <u>Lima</u>	17 anos, solteiro	Branco	Filho de Vicente Ferreira Meira <u>Lima</u> e Maria do Nascimento	Sepultado no Terço/ envolto em habito branco
22.03.1818	João	14 meses	Branco	Filho de João Ignácio ___ e Ana Maria do Sacramento	Sepultado em São Francisco/ vestido de Santo Urbano (?)
22.03.1818	Joana	2 anos	Parda	Filha de Benedito Gomes e Maria do Carmo	Sepultada no Livramento/ vestida de conceição
22.03.1818	Joana	4 meses	Branca	Filha de Angélica (?)	Sepultada no Carmo/Vestida de Conceição
22.03.1818	Miguel	7 meses	Branco	Filho de (?) e	Sepultado no

				Romana Francisca da Conceição	Terço/ vestido de menino Deus
22.03.1818	Maria	50 anos	Preta de Angola	Escrava de Joaquina Rosa	Sepultada no Rosário/ envolta em habito branco
22.03.1818	Angélica	7 anos incompletos	Parda	Filha de Joaquim José Machado e Thereza de Jesus	Sepultado no Rosário/ vestida de Conceição
22.03.18181	Antônio João	70 anos	Pardo	Casado com Ana Maria de Jesus; natural da Freguesia de Santo Antônio	Sepultado no Livramento/ envolto em habito branco
23.03.1818	<u>Merenciana de Sá Cavalcante</u>	30 anos	Criola (forra)	(?)	Sepultada em São Benedito/ envolta em habito branco
23.03.1818	Enriqueta	10 dias	Parda	Filha de Mauricio de Assis dos santos e (?)	Sepultada no Livramento/ vestida de Nossa Senhora das Dores
23.03.1818	Maria	8 anos	Criola	Filha de escravo de Angola; pais escravos de Manoel Gonçalves	Sepultada no Livramento/ vestida de freira
24.03.1818	Francisco	10 meses	Branco	Filho de Thomaz Francisco dos santos e Ana Maria	Sepultado em Santa Rita/ vestido de Menino Deus
24.03.1818	Catharina	12 anos	Preta de nação Angola	(?)	Sepultada no Livramento/ envolta em habito branco
24.03.1818	Manoel	1 ano	Pardo	Filho de Marta Joaquina da Cruz	Sepultado no Livramento/ vestido de São Miguel
24.03.1818	Maria Antônia	(?)	Branca, solteira	(?)	Sepultada no Livramento/ envolta em habito branco
24.03.1818	Josefa Gonçalves	(?)	Preta da Costa da Mina	(?)	Sepultada em São Benedito/ envolta em habito branco
25.03.1818	Remígio Pereira	73 anos	Branco	Casado com Catharina Francisca dos Santos; natural da ilha de São Miguel.	Sepultado em santa Rita/ envolto em habito branco
25.03.1818	Rosa	2 meses	Branca	Filha de Francisco Ferreira da Costa e Rosa Maria	Sepultada na Igreja dos Martírios/ vestida de Conceição

25.03.1818	Catharina	(?)	Preta de nação Angola	Escrava de João Paulo	Sepultada no Martírios/ envolta em habito branco
25.03.1818	Feliciano da Silva	30 anos	Preto da Nação Angola (forro), solteiro	(?)	Sepultado no Rosário/ envolto em habito branco
25.03.1818	Manoel Mendes	(?)	Branco	Solteiro, soldado e preso	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
25.03.1818	José	2 anos e 2 meses	Branco	Filho de pais desconhecidos	Sepultado no Terço/vestido de São Miguel
27.03.1818	João Rodrigues Gomes Baptista	70 anos	Branco, solteiro; natural de Ponte de Lima/Portugal	(?)	Sepultado no Livramento/ envolto em habito branco
27.03.1818	Maria da Conceição	(?)	Criola	(?)	Sepultada no Rosário/ envolta em habito branco
01.04.1818	Jacinto Vieira	(?)	Pardo	Solteiro, Preso vindo da cadeia	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
02.04.1818	Ana Fernandes de___	(?)	Criola,	Casada (?)	Sepultada no Carmo/envolta em habito preto com capa branca
02.04.1818	___de Jesus	(?)	Parda	Casada com Joaquim Ignácio	Sepultada em São José/ envolta em habito branco
03.04.1818	Francisco	6 meses	Criolo	Filho da crioula Margarida (?), escrava de Manoel Pereira Teixeira	Sepultado no Rosário/vestido de clérigo
03.04.1818	Lourença	8 meses	Branca	Filha de Antônio ribeiro da Silva e Josefa Maria	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
03.04.1818	Maria José de Barros	70 anos	Criola,	Solteira	Sepultada no Carmo/envolta em habito branco
03.04.1818	Joaquim	3 anos incompletos	Branco	Filho de ___e Dona Francisca Joaquina do Sacramento	Sepultado na Matriz/vestido de Santo urbano
03.04.1818	Calixto	5 meses	Criolo	Filho de Maria de Nação Angola, escrava do reverendo José Bento	Sepultado no Livramento/(?)

04.04.1818	Francisca	9 anos	Criola	Filha de José da Silva, crioulo	Sepultada no Rosário/vestida de Conceição
04.04.1818	Ana de Freitas Padilha	75 anos	Branca	Casada com Manoel José dos Prazeres	Sepultada em São Pedro/envolta em habito preto com capa branca
05.04.1818	Maria Gomes	(?)	Preta de Nação Angola	Casada com João, preto de Nação Angola; escravos de Maria __Bandeira de Mello	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
05.04.1818	João	(?)	Preto da Nação Angola	Escravo de José ____do Rego	Sepultado no Rosário/Envolto em habito branco
05.04.1818	Manoel Gomes da Cunha	(?)	Cabra	Preso, morador na freguesia do cabo	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
05.04.1818	Catharina	64 anos	Preta da Costa	Escrava dos herdeiros de Ana Maria do Sacramento	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
06.04.1818	__José Martins	14 anos	Criolo	Solteiro; filho de Bernardo ____	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
06.04.1818	Esperança	(?)	Preta de Nação Angola	Escrava de Antônio Ferreira Vidal.	Sepultada no Terço/envolta em habito branco
06.04.1818	Manoel	1 ano	Pardo	(?)	Sepultado no Livramento/vestido de clérigo
07.04.1818	João Luís de Souza	(?)	Branco, natural de Braga.	Casado Com Rita Maria da Visitação	Sepultado em São Francisco/envolto em habito franciscano
08.04.1818	Manoel Luís	(?)	Pardo	Preso, casado com Thereza Maria da Conceição	Sepultado na Matriz
08.04.1818	João Pedro	(?)	Cabra	Casado com Rosa Maria	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
09.04.1818	Francisca do Carmo	56 anos	Criola	Casada	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
10.04.1818	Maria do Carmo	60 anos	Criola	Solteira	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
10.04.1818	João Baptista	(?)	(?)	Soldado do extinto Regimento de Artilharia, preso na	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco

				Cadeia do Recife.[sic]	
10.04.1818	Josefa Maria do Espírito santo	55 anos	Branca	Casada com Antônio da Luz	Sepultada na Ordem Terceira de São Francisco/envolta em habito franciscano
11.04.1818	Ana	1 ano	Branca	Filha de Manoel Pereira e Ana Joaquina	Sepultada nos Martírios/ vestida de Nossa Senhora da Soledade
11.04.1818	José de Luna Freire	30 anos	Branco	Solteiro	Sepultado no Terço/envolto em habito branco
11.04.1818	Thomaz	(?)	Preto (?)	Escravo de João Gomes	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
11.04.1818	Severiano	4 anos	Pardo	Filho de Ana Izabel (?)	Sepultado no Hospital/vestido de clérigo
11.04.1818	João Francisco	(?)	Mameluco	Preso, natural da Paraíba.	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
12.04.1818	Felix José Rufino	40 anos	Branco	Casado com Ana Joaquina	Sepultado no Hospital/envolto em habito branco
13.04.1818	Luiza Ferreira	30 anos	Parda	Solteira	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
14.04.1818	Joaquim Pereira	30 anos	Criolo	Casado com Joana (?)	Sepultado no Hospital/envolto em habito branco
14.04.1818	___Ferreira de Araújo	(?)	Branco	Casado com Thereza de Jesus (?)	Sepultado em Santa Rita/envolto em habito branco
14.04.1818	Antônio	2 anos e 6 meses	Pardo	Filho de Rosa ___	Sepultado no Livramento/vestido de Menino Deus
14.04.1818	Joana	1 ano	Branca	Filha de Antônio Batista Muniz e Mariana Francisca	Sepultada em Santa Rita/vestida de Conceição
14.04.1818	João	5 anos	Branco	Filho de Antônio Correia Botelho e Luiza Joaquina	Sepultado na Matriz/vestido de João Evangelista
14.04.1818	Antônio	7 anos	Preto Angola	Filho de Josefa Congo; escravo de João Pinto	Sepultado no Rosário/vestido de clérigo
14.04.1818	Galdencio	2 meses	Branco	Filho de Thereza de Jesus	Sepultado no Terço/vestido de

					Menino Deus
14.04.1818	Ana	(?)	Angola	Escrava do Doutor Antônio José Ferreira	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
15.04.1818	Jerônimo	(?)	Pardo	Escravo de Joaquim Magalhães	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
15.04.1818	Pedro	18 anos	Preto de Nação Angola	Escravo de Candido Felix da Cunha	Sepultado em São Benedito/envolto em habito franciscano
15.04.1818	Ana Joaquina	30 anos	Branca	Solteira	Sepultada no Terço/envolta em habito preto com capa branca
15.04.1818	Marcelino José	24 anos	Pardo	Casado com Ignácia Maria	Sepultado no Martírios/envolto em hábito branco
15.04.1818	Joaquina	(?)	Criola	Filha de Damiana e escrava de Joaquim de Amorim	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
15.04.1818	Antônio José Coelho ou Antônio Francisco [sic]	(?)	Pardo	Preso; casado com Damiana Jacinta, moradores na Ilha de Itamaracá	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
15.04.1818	Ana	3 anos	Branca	Filha de Manuel Rodrigues da Silva e Ana de Oliveira Maciel	Sepultada no Terço/vestida de Nossa Senhora do Rosário
15.04.1818	Ignacia Maria	100 anos (?)	Parda	(?)	Sepultada em São José/envolta em habito branco
16.04.1818	Antônio Francisco	52 anos	Branco	Solteiro	Sepultado na Ordem Terceira do Carmo
16.04.1818	Ana Rita de Jesus	72 anos	Branca	Viúva	Sepultada no Terço/ envolta em habito preto com capa branca
17.04.1818	Maria	2 anos	Parda	Filha de Manoel de Freitas e Ana Joaquina	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
17.04.1818	José	7 meses	Branco	Filho do Soldado João Duarte e Maria da Conceição	Sepultado em São Francisco/vestido de clérigo
17.04.1818	Maria	1 mês	Branca	Filha de José Joaquim ___ e Maria __ da Silva	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
19.04.1818	Luiz Francisco	100 anos	Criolo	Solteiro e pobre	Sepultado na Matriz/envolto em

					habito branco
19.04.1818	Manoel Martins	(?)	Pardo	Preso; casado e morador em Tracunhaém.	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
20.04.1818	Maria do Carmo	40 anos	Parda	Viúva	Sepultada no Livramento/envolta em habito preto com capa branca
20.04.1818	Ilegível	60 anos	Angola	Viúva	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
21.04.1818	Manoel do Nascimento	(?)	Preto	Preso e solteiro	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
22.04.1818	Falcão Pereira	(?)	Pardo	Preso e solteiro	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
22.04.1818	Joaquim	(?)	Preto Novo	Escravo de Antônio, senhor de do Engenho Novo [sic]	Sepultado na Matriz/ envolto em habito branco
23.04.1818	Thereza de Jesus	50 anos	Branca	Casada com Antônio Rabelo, naturais da Vila	Sepultada na Ordem Terceira do Carmo/envolta em habito dos clérigos da mesma Ordem.
23.04.1818	Maria	(?)	Parda	Filha de Lourenço da Costa e Maria Feliciano	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
23.04.1818	Manoel Joaquim	(?)	Pardo	Preso e solteiro	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
23.04.1818	Francisca Borges	3 anos	Parda	Filha de Joaquim José de Santana e Ana Luiza	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
24.04.1818	Antônio Dias dos Santos	(?)	Branco (?)	(?) Soldado e preso	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
25.04.1818	Antônia	3 anos	Branca	Filha de João Tavares e Rosa Maria	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
26.04.1818	Antônio	5 meses	Branco	Filho de José do Nascimento e Ana Maria dos Prazeres	Sepultado no Terço/vestido de Menino Deus
26.04.1818	Catharina	Representava ter 25 anos [sic]	Angola	Escrava de Angélica Maria dos Prazeres	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
26.04.1818	Manoel	3 meses	Branco	Filho de Manoel da Costa e Domingas da Trindade	Sepultado em Santa Rita/vestido de São Miguel
27.04.1818	Joana	25 anos	Branca	Filha de José Vieira	Sepultada no

	Raimunda			(?)	Livramento/envolta em habito branco
28.04.1818	Vicência	2 meses	Parda	Filha de Bernardina ___(?)	Sepultada no Rosário/vestida de Conceição
28.04.1818	Manoel	Ilegível	Criolo	Filho de Maria Angola, escrava de João [ilegível]	Sepultado no Rosário/vestido de preto
28.04.1818	Josefa Maria da Conceição	70 anos	Branca	Viúva	Sepultada em Santa Rita/envolta em habito preto
28.04.1818	José Luiz de Moura	(?)	(?)	Solteiro; soldado do extinto Regimento do Recife	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
29.04.1818	Bartolomeu Estevão de Souza	40 anos	Pardo	Solteiro	Sepultado no Livramento/envolto em habito branco
29.04.1818	João de Azevedo	50 anos	Branco	Solteiro; natural do Porto	Sepultado na Ordem Terceira de São Francisco/envolto em habito da mesma Ordem
29.04.1818	Antônio da Costa	60 anos	Criolo	(?)	Sepultado no Hospital/envolto em habito branco
29.04.1818	Alexandre Pereira da Silva	(?)	Pardo	Preso e solteiro	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
29.04.1818	Maria da Conceição	Com mais de 90 anos [sic]	Angola	Casada com Sebastião (?)	Sepultada no Carmo/envolta em habito branco
30.04.1818	Izabel Joaquina do Livramento	23 anos	Parda	Casada com Domingos Pereira	Sepultada no Livramento/envolta em habito preto com capa branca
30.04.1818	Pedro da Mata Silva	(?)	Pardo	Preso; casado com Maria da Conceição; moradores no lugar da Cachoeira [sic]	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
01.05.1818	Pedro Marques Pereira	(?)	Branco	Preso; viúvo; morador em Garanhuns; criminoso de morte por matar sua própria mulher [sic]	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
01.05.1818	Maria	4 meses	Parda	Filha de Antônio de ___ e Maria Joaquina	Sepultada no Hospital/vestida de Conceição

01.05.1818	Francisca	(?)	Branca	Filha de João Ignácio de Farias e Ana Maria	Sepultada na Matriz/vestida de branco
01.05.1818	Thomé	9 meses	Pardo	Filho de Caetana Dias	Sepultado no Livramento/vestido de Menino Deus
01.05.1818	João José	(?)	Pardo	Viúvo	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
01.05.1818	Antônio José Ferreira	(?)	Branco	Filho de Manoel Vicente (?)	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
01.05.1818	Manoel das Virgens	(?)	Pardo	Preso; casado com Francisca Barbosa de Oliveira;	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
01.05.1818	Maria	2 anos	Parda	Filha de Antônio José de Freitas e Antônia Francisca	Sepultada na Matriz/vestida de Conceição
02.05.1818	Leonardo	1 ano e 6 meses	Branco	Filho de José de Sá Carneiro Pereira e Dona Thereza Augusta de Menezes	(?)/vestido de Cardeal
02.05.1818	(?)	2 meses	Pardo	Filho de Joaquina (?)	Sepultado nos Martírios/vestido de menino Deus
03.05.1818	Maria	Representava ter 20 anos [sic]	Angola	Escrava de José Francisco do Rego	Sepultada em São José/envolta em habito branco
03.05.1818	Maria	(?)	Angola	Escrava de Maria do Rosário	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
04.05.1818	Maria	18 dias	Branca	Filha de Thereza de Jesus	Sepultada no Terço/vestida de freira
05.05.1818	Maria	3 anos	Parda	Filha de Luiz da Costa e Maria da Conceição	Sepultada nos Martírios/vestida de Conceição
05.05.1818	Antônio da Silva	desconhecida	Branco	Casado com Luzia Izabel	Sepultado no Hospital/envolto em habito branco
06.05.1818	Ignácio Tavares da Luz	42 anos	Branco	Viúvo	Sepultado em São José/envolto em habito branco
06.05.1818	Antônio de Souza Cunha	76 anos	Branco	Casado com Rita Maria do Sacramento	Sepultado na Ordem Terceira de São Francisco/envolto em habito da mesma Ordem

07.05.1818	Clemente	6 meses	Criolo	Filha de Antônio Francisco da Luz (?) e Bonifácia Maria da Conceição	Sepultado nos Martírios/vestido de cardeal
09.05.1818	Ana da Penha	12 anos	Branca	Filha de João Dutra Garcia e Ana Joaquina do Sacramento	Sepultada na Penha/envolta em habito de Nossa Senhora do Carmo
09.05.1818	Inês de Freitas Gomes	50 anos	Branca	Solteira	Sepultada no Carmo/envolta em habito preto com capa branca
09.05.1818	Marcelino	1 ano e 6 meses	Criolo	Filho de Maria Angola, escrava de Bernardina Barbosa de (?)	Sepultado no Livramento/vestido de clérigo
09.05.1818	Antônio	5 meses	Branco	Filho de José Antônio de Albuquerque e Ignácia Maria	Sepultado no Terço/vestido de Menino [Deus]
10.05.1818	Maria da Conceição	68 anos	Parda	Viúva	Sepultada em São José/envolta em habito preto
11.05.1818	Maria de Jesus	50 anos	Parda	Solteira	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
12.05.1818	Bernardina	4 anos	Branca	Filha de Manoel Custodio da conceição e Joana dos Santos do Nascimento	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
12.05.1818	Izabel	9 anos	Parda	Filha de Matheus José do Sacramento e Florinda Maria	Sepultada no Livramento/vestida de Soledade
12.05.1818	Damiana Joaquina	13 anos	Branca	Filha de José Borges [falecido antes da morte da filha]	Sepultada em São Francisco/vestida de Conceição
13.05.1818	Joaquim Machado de Matos	46 anos	Branco	Casado com Francisca Thereza de Oliveira	Sepultado na Ordem Terceira de São Francisco/envolto em habito da mesma Ordem
13.05.1818	Miguel dos Anjos	(?)	Branco	Casado com Francisca das Chagas	Sepultado na Matriz/envolto em habito franciscano
13.05.1818	Capitão Manoel de Brito Malheiros	(?)	Branco	Preso; casado com Dona Angela Souto Maior; moradores	Sepultado na Matriz/envolto em habito franciscano

				na Vila de Flores/fez testamento	
13.05.1818	(?)	2 anos e 2 meses	Parda	Filha de João Francisco e Francisca Maria da Paz	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
13.05.1818	Manoel	5 meses	Pardo	Filho de Luzia Francisca	Sepultado no Hospital/vestido de Menino Deus
14.05.1818	Prociana [sic]	(?)	Criola	Escrava de Dona Joaquina Maria Pereira Viana [Vieira]	Sepultada no Carmo/envolta em habito branco
15.05.1818	João	9 dias	Branco	Filho de Francisco Cardoso da Silva e Josefa Maria da Paz	Sepultado no Terço/vestido de Menino Deus
15.05.1818	Francisca	(?)	Cabra	Escrava de Dona Thereza [sic]	Sepultada nos Martírios/envolta em habito preto com capa branca
15.05.1818	Joana	Que representava ter mais de 50 anos [sic]	Angola	Escrava de João (?)	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
15.05.1818	João	4 meses	Criolo	Filho de José (?) e Theodora Maria da Conceição	Sepultado nos Martírios/vestido de Menino Deus
16.05.1818	Maria	6 meses	Branca	Filha de Bernardo Vieira e Maria Luzia (?)	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
18.05.1818	José Germano	14 anos	Pardo [Forro]	Filho de Maria José	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
18.05.1818	Francisco Xavier	(?)	Preto	Preso; escravo de Manoel Pereira; morador na comarca de Alagoas	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
18.05.1818	Antonia Josefa	(?)	Branca	(?)	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
18.05.1818	Cosma Maria	50 anos	Parda	Viúva; matura de Santo Antão	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
18.05.1818	Ignacia Ribeiro	60 anos	Criola	Viúva	Sepultada em São Francisco/envolta em habito roxo
19.05.1818	Luiza Maria da Conceição	40 anos	Criola	Viúva	Sepultada no Rosário/envolta em habito preto com

					capa branca
20.05.1818	Elias Gomes dos Reis	(?)	Branco	Casado com Antonia Maria	Sepultado no Terço/envolto em habito franciscano
21.05.1818	Manoel	10 anos	Pardo	Filho de Manoel de Freitas e Ana Joaquina	Sepultado no Livramento/envolto em habito de clérigo
21.05.1818	Francisco do Amaral	40 anos	Preto de Angola [sic]	Casado com Catharina do Amaral	Sepultado no Rosário/envolto em habito dos religiosos franciscanos [sic]
21.05.1818	Ventura César	80 anos	Preto da Costa	Casado (?)	Sepultado no Rosário/envolto em habito franciscano
21.05.1818	Jeronima Francisca Martins	80 anos	(?)	Viúva	Sepulta na Ordem Terceira do Carmo/envolta em habito dos religiosos
21.05.1818	Martiniana	3 anos	Criola	Filha de Severina Marta	Sepultada no Rosário/vestida de freira
21.05.1818	Thomé Gomes Catanho	48 anos	Branco	Solteiro	Sepultado no Terço/envolto em habito branco
21.05.1818	Clara Maria Rosa	90 anos	Branca	Viúva	Sepultada no Terço/envolta em habito branco
22.05.1818	Joaquim	6 anos	Pardo	Filho de João Francisco e Francisca Maria	Sepultado no Livramento/vestido de São José
22.05.1818	José	6 dias	Branco	Filho do Tenente José Fortunato de Azevedo Coutinho e Dona Getrudes Magna de Azevedo Coelho [sic]	Sepultado _____ (?)
22.05.1818	Anacleto	5 anos	Criola	Escrava de Antônio José Pires	Sepultada na Matriz/vestida de branco
22.05.1818 ou 26.05.1818	Francisca	42 anos	Angola	Escrava de Francisco (?) Soares	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
22.05.1818	Mathias	Que representava ter 30 anos [sic]	Angola	Escravo de Vicente Gonçalves	Sepultado em São José/envolto em habito branco
22.05.1818	José	4 anos	Branco	Filho de Francisco	Sepultado na

				Manoel da Silva Tavares e Joaquina Maria	Matriz/vestido de São Miguel
23.05.1818	Thomé	1 ano e 6 meses	Criolo	Filha de Vicencia, crioula. Escrava de Miguel José Ribeiro	Sepultado na Matriz/vestido de clérigo
23.05.1818	Custódio José da Silva Braga	45 anos	Pardo	Casado com Angelica do Paraíso; natural da Bahia	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
23.05.1818	Antônio	40 anos	Cabra	Solteiro; escravo de João Jacinto Borges	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
23.05.1818	Francisco	10 meses	Pardo	Filho de José Braz [sic] e Ana Joaquina	Sepultado em São José/vestido de Menino Deus
23.05.1818	Antônio José __	(?)	Branco	Preso e casado com Manoela Maria; moradores na Muribeca	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
25.05.1818	Maria	1 ano	Branco	Filha de Francisco Caetano Porfírio e Maria Bernarda Correia de Mello	Sepultada na Matriz/vestida de Conceição
25.05.1818	Miguel	4 anos	Pardo	Filho de Francisca das Chagas	Sepultado nos Martírios/vestido de cardeal
25.05.1818	Joana Baptista	70 anos	Parda	Viúva	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
25.05.1818	Ignacia Maria	25 anos	Parda	Solteira; natural da Muribeca	Sepultada no Livramento/envolta em habito preto com capa branca
26.05.1818	Domingos Francisco de Almeida	Representava ter 30 anos[sic]	Branco	Viúvo	Sepultado no Terço/envolto em habito branco
27.05.1818	Paula Getrudes da Conceição Ribeiro [sic]	(?)	Branca	Casada com João Lucio da Costa Monteiro	Sepultada na Penha/envolta em habito do Carmo
28.05.1818	Joana Maria dos Prazeres	60 anos	Branca	Viúva; natural da Muribeca	Sepultada no Livramento/envolta em habito do Carmo
28.05.1818	Luiza Francisca de Araújo	78 anos	Branca	Solteira	Sepultada na Ordem Terceira de São Francisco/envolta em habito franciscano

30.05.1818	Moleque novo [sic]	(?)	Angola	Pertencente a José Fernandes de Oliveira [e/ou] Antônio José Alves de Azevedo	Sepultado em São José/envolto em habito branco
30.05.1818	João Muniz de Almeida	46 anos	Branco	Casado com Margarida Maria dos Prazeres; natural da Ilha de São Miguel	Sepultado na Matriz/envolta em habito terceiro franciscano [sic]
30.05.1818	Barbara Josefa	(?)	Parda	Casada	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
31.05.1818	Ana Joaquina Leal	35 anos	Parda	Casada com Jerônimo Francisco de Jesus	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
31.05.1818	Thomaz Gomes	(?)	Criolo	Solteiro	Sepultado nos Martírios/envolto em habito branco
01.06.1818	João	Que representava ter 70 anos [sic]	Angola	Escravo de João Lopes Cardoso Machado	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
01.06.1818	Roque José	40 anos	Branco	Casado	Sepultado no Hospital/envolto em habito branco
02.06.1818	Francisca	60 anos	Criola	Escrava de Mariana do Espírito Santo	Sepulta em Nossa Senhora do Carmo/envolta em habito preto com capa branca
03.06.1818	Antônio	(?)	Preto da Costa	Escravo de Domingos ___ Pereira	Sepultado em São Francisco/envolto em habito franciscano
03.06.1818	Rosa Maria <u>Ribeiro</u> (?)	70 anos	Parda	Solteira	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
03.06.1818	José Felix Barroso (?)	80 anos	Branco	Viúvo	Sepultado na Penha/envolto em habito dos religiosos do mesmo convento [sic]
04.06.1818	João	(?)	Angola	Escravo de Manoel Felix	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
05.06.1818	Luzia	3 meses	Branca	Filha de Joana Candida	Sepultada na Matriz/vestida de Santa Tereza

05.06.1818	Tereza	1 ano e 6 meses	Parda	Filha de Francisca Juliana	Sepultada em Santa Rita/vestida de Nossa Senhora do Carmo
05.06.1818	Francisca	4 meses	Parda	Filha de Joana, crioula. Escrava de Miguel José Ribeiro	Sepultada na Matriz/vestida de branco
06.06.1818	Maria	2 anos	Branca	Filha de Gabriel Narciso e Rita Maria	Sepultada no Terço/vestida de Soledade
06.06.1818	Patrícia	28 anos	Criola	Escrava de Ana Joaquina de Azevedo	Sepultada nos Martírios/envolta em habito preto
07.06.1818	Januaria	8 anos	Criola	Filha de Dorotheia. Escrava de Joana Francisca.	Sepultada no Hospital/vestida de preto
08.06.1818	Matheus	(?)	Cabinda	Escravo de Felix (?)	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
09.06.1818	Josefa Francisca de Mello	40 anos	Branca	Viúva	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
09.06.1818	Maria	8 dias	Criola	Filha de Maria, Angola.	Sepultada no Terço/vestida do Carmo
09.06.1818	Manoel	Com poucos instantes de vida [sic]	Pardo	Filho Francisco José Carneiro Barbosa e Maria da Conceição	Sepultado em Santa Rita/vestido de Menino Deus
10.06.1818	Antônio José da Silva	50 anos	Branco	Casado com Francisca Josefa das Virgens; natural de Lisboa	Sepultada na Ordem Terceira franciscana/envolto em habito da mesma Ordem
10.06.1818	Antônio	2 meses	Branco	Filho de José Felipe e Rita Maria	Sepultado no Terço/vestido de Menino Deus
11.06.1818	Luzia	50 anos	Angola	Escrava de Inocência Maria	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
11.06.1818	Antônia Maria	70 anos	Branca	Solteira	Sepultada em Santa Rita/envolta em habito preto
11.06.1818	Maria da Boa Morte	40 anos	Branca	Viúva	Sepultada no Hospital/envolta em habito branco
11.06.1818	Joaquina	Representava ter 30 anos [sic]	Angola	Escrava de João Fernandes Vidal	Sepultada em São Francisco/envolta em habito franciscano

12.06.1818	Antônio	36 anos	Angola	Escravo de Francisco de Borges	Sepultado no Livramento/envolto em habito branco
12.06.1818	Domingos	7 anos	Angola	Filho de uma preta escrava de Domingos José Rodrigues	Sepultado no Rosário/vestido de branco
12.06.1818	Clara Maria do Pilar	65 anos	Branca	Casada com Francisco Xavier de <u>Castilho</u> ; natural de Itamaracá	Sepultada no Terço/ envolta em habito dos franciscanos
13.06.1818	Manoel	6 meses	Branco	Filho de Manoel Tomaz de Mello e Maria Joaquina	Sepultado no Livramento/vestido de clérigo
13.06.1818	Álvaro	7 meses	Branco	Filho de Manoel Lobo de Miranda Henriques e Ana Noberta de Miranda Enriques [sic]	Sepultado na Matriz/vestido de São Miguel
14.06.1818	Maria	1 ano	Branca	Filha de João Pedro e Josefa Maria	Sepultada em São José/vestida de Conceição
15.06.1818	Francisco	1 ano	Criolo	Filho de Laureana, Angola. Escrava de Ana Francisca Cavalcante	Sepultado na Matriz/vestido de clérigo.
15.06.1818	Ana Maria	30 anos	Criola	Solteira; natural da Muribeca	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
16.06.1818	<u>Senhorinha (?)</u>	7 meses	Branca	Filha de Joaquim José da Costa e Tereza Joana de Jesus	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
17.06.1818	<u>Sem nome de batismo</u>	Com poucos instantes de vida [sic]	Branco	Filho de João Ignácio e Joaquina Antônia	Sepultado em Santa Rita/vestido de São Miguel
17.06.1818	Joana	3 anos	Branca	Filha de Manoel Antônio da Silva e Maria José Correia da Silva	Sepultada na Matriz/vestida de Conceição
17.06.1818	João	Com poucos instantes de vida [sic]	Branco	Filho de Manoel Antonio Veigas e Ana Joaquina	Sepultado na Matriz/vestido de Menino Jesus
19.06.1818	Maria	Com poucos instantes de vida [sic]	Criola	Filha de Catharina, crioula. Escrava de Antônio José Pinto	Sepultada em São José/vestida de branco
19.06.1818	João	2 anos	Branco	Filho de Ana Rosa	Sepultado na Penha/vestido de Menino Deus
19.06.1818	Francisco	6 meses	Pardo	Pais	Sepultado na

				desconhecidos/Roda	Matriz/vestido de branco
19.06.1818	Roberto	Representava ter 25 anos [sic]	Gentio da Costa	Escravo de Antônio Muniz de Medeiros	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
20.06.1818	Maria	7 meses	Branca	Pais desconhecidos/Roda	Sepultada na Matriz/vestida de branco
21.06.1818	Fortuozo Manoel [sic]	(?)	Pardo	Casado com Feliciano Teodora	Sepultado no Livramento
21.06.1818	Lucrecia	50 anos	Angola	Escrava de Francisco Manoel da Silva Gusmão	(?)
21.06.1818	Antônia Claudeana	60 anos	Parda	Viúva	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
22.06.1818	Maria Joaquina das Neves	24 anos	Parda	Solteira	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
23.06.1818	Clara	9 meses	Parda	Filha de Maria da Conceição	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
24.06.1818	Maria de Jesus	30 anos	Parda	Solteira; natural da Ilha de Itamaracá	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
24.06.1818	Manoel Gonçalves da Silva	Representava ter 70 anos [sic]	Branco	Viúvo	Sepultado no Hospício da Penha/envolto em habito dos religiosos franciscanos
25.06.1818	João Pereira	(?)	(?)	Casado com Clara Maria	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
25.06.1818	Luiza Maria	48 anos	Nação da Costa [sic]	Solteira	Sepultada no Rosário/envolta em habito do Carmo
27.06.1818	Maria	9 meses	Branca	Filha de Miguel José Ribeiro e Ana Josefa	Sepultada na Matriz/vestida de Conceição
27.06.1818	José	Com poucas horas de vida [sic]	Branco	Filho de Francisco José Gregório e Joana	Sepultado em São José/vestido de branco
27.06.1818	Francisca Ferreira do Rosário	(?)	Branca	Casada com Faustino José machado	Sepultada em São José/envolta em habito branco
28.06.1818	Maria José	30 anos	Semi branca [sic]	Casada com Manoel Enriques [sic]; natural de Olinda	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
28.06.1818	Pedro	30 anos	Branco	Casado com Ana	Sepultado no

	Alexandrino da Silva			Rita dos Anjos	Livramento/envolto em habito branco
28.06.1818	Antônio Dias	40 anos	Pardo	Casado com Catarina de Luna	Sepultado em São José/envolto em habito branco
30.06.1818	Alexandre Francisco da Costa	56 anos	Pardo	Casado com Joaquina do Carmo	Sepultado no Livramento
01.07.1818	Ilegível	(?)	Angola	Escrava de Manoel Vicente	Sepultada no Rosário/envolta em habito roxo
02.07.1818	Francisco José de Miranda	36 anos	Branco	Casado com Josefa Senhorinha; natural de Lisboa	Sepultado na Matriz/envolto em habito franciscano
03.07.1818	Antônio	6 meses	Branco	Filho de Antonio Correia e Luiza Joaquina	Sepultado na Matriz/vestido de São João
04.07.1818	José	(?)	Angola	Escravo de Francisco de Amorim Lima	Sepultado em São José/envolto em habito branco
05.07.1818	José	4 meses	Branco	Filho de Manoel José Fernandes e Maria de Jesus	Sepultado na Matriz/vestido de São Miguel
05.07.1818	Manoel da Nunciação [da Anunciação]	(?)	Branco	Preso; casado com Ana Maria	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
06.07.1818	José Francisco Felipe S. Tiago[Santiago]	(?)	Pardo	Preso; casado com Isabel Maria, índia. Moradores em São Miguel das Barreiras	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
07.07.1818	Benedito	4 meses	Criolo	Filho de Rosa, Angola. Escrava de Tereza Roberta de Jesus	Sepultado em Santa Rita/vestido de clérigo
08.07.1818	Damiana	4 anos	Criola	Filha de Maria Francisca, escrava de João Tavares.	Sepultada em São José/vestida do Carmo
08.07.1818	Felix José Peixoto	50 anos	Branco	Casado com Antônia Maria de Macedo	Sepultado na Ordem terceira do Carmo/envolta em habito da mesma Ordem
10.07.1818	Maria	3 anos	Branca	Filha de Antônio José da Silva Mendonça e Maria Antônia da Natividade	Sepultada em São Francisco/vestida de Conceição
10.07.1818	Ignácio Rodrigues	84 anos	Branco	Casado com Maria do Rosário; natural	Sepultado na Matriz/envolto em

				do Recife [sic]	habito franciscano
11.07.1818	Francisco Ignácio	50 anos	Pardo	Casado com Ana de Souza (?)	Sepultado em São José/envolto em habito franciscano
11.07.1818	Luiz	10 anos	Branco	Filho de Getrudes Thereza [sic]	Sepultado em São José/envolto em habito preto
11.07.1818	Thereza de Jesus	70 anos	Branca	Viúva	Sepultada no Terço/envolta em habito branco
12.07.1818	Justino	15 dias	Branco	Pais desconhecidos/Roda	Sepultado na Matriz/vestido de branco
12.07.1818	Antônio	25 anos	(?)	Escravo de Joaquim José de Souza	Sepultado no Terço/envolto em habito branco
12.07.1818	Joaquim	3 meses	Pardo	Filho de Maria Gomes	Sepultado no Terço
13.07.1818	Ignácia Xavier da Costa	30 anos	Criola	Viúva	Sepultada no Carmo/envolta em habito branco
13.07.1818	Maria da Cruz	40 anos	Parda	Casada com Francisco Xavier dos Santos	Sepultada em São José/envolta em habito branco
13.07.1818	Gonçala	50 anos	Criola	Escrava de Francisco Caetano	Sepultada em São José/envolta em habito branco
13.07.1818	João Rodrigues Ferreira	38 anos	Pardo	Viúvo	Sepultado no Hospital/envolto em habito branco
14.07.1818	Ana Joaquina [faleceu no Hospital da Rua Nova]	(?)	Criola	Casada com Joaquim de Azevedo	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
16.07.1818	Manoel	2 meses	Branco	Filho de pais incógnitos [sic]/pais desconhecidos	Sepultado no Terço/vestido de cardeal
16.07.1818	Manoel	4 meses	Pardo	Pais desconhecidos/Roda	Sepultado no Terço/vestido de branco
19.07.1818	Antônio	15 dias	Pardo	Filho de Manoel Rodrigues e Maria de tal [sic]	Sepultado no Terço/vestido de Menino Deus
19.07.1818	Barbara Maria da Conceição	26 anos	Parda	Solteira; filha de Maria Francisca da Conceição	Sepultada no Hospital/envolta em habito branco
20.07.1818	Luiz Alvares	25 anos	Pardo	Casado com Maria do Nascimento; Freguês do Cabo	Sepultado no Terço/envolto em habito franciscano
20.07.1818	Lúcia	1 ano e 6	Branca	Filha de Tereza	Sepultada em São

		meses		Antônia	Francisco/vestida de Conceição
20.07.1818	Gracia [Gracia]	70 anos	Angola	Escravo de Francisca Maria de Jesus	Sepultado em São Benedito/envolto em habito branco
21.07.1818	Maria	60 anos	Angola	Escrava de Francisco Pereira	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
22.07.1818	Maria	8 dias	Criola	Filha de Maria, Angola. Escrava de Rufina Rodrigues	Sepultada no Rosário/vestida de Conceição
22.07.1818	Romana	5 meses	Parda	Filha de Felix Manoel Nogueira e Tereza de Jesus	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
22.07.1818	Joana Tereza de Jesus	50 anos	Branca	Viúva	Sepultada na Ordem Terceira de São Francisco/envolta em habito franciscano
22.07.1818	Maria [Faleceu na Casa da Roda] sic.	2 meses	Parda	Pais desconhecidos	Sepultada na Matriz/vestida de branco
23.07.1818	Antônio Ferreira	(?)	Branco	Preso; casada com Ana de Jesus; morador na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
24.07.1818	Joana Ferreira da Silva	40 anos	Cabra	Solteira	Sepultada no Hospital/envolta em habito branco
24.07.1818	Clara Maria	50 anos	Branca	Solteira;	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
24.07.1818	Joaquina Maria	30 anos	Branca	Casada com João Baptista	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
25.07.1818	Caetana	15 meses	Branca	Filha de Ana Maria da Penha	Sepultada em São Francisco/vestida de Conceição
25.07.1818	José Fernandes de Queirós	40 anos	Pardo	Casado com Ana Maria	Sepultado em São José/envolto em habito branco
25.07.1818	Candida	2 meses	Branca	Pais desconhecidos/Roda	Sepultada na Matriz/vestida de branco
25.07.1818	João Pedro de Alcântara	11 anos	Branco	Filho de João Evangelista Pereira (?) e Rosa Maria de	Sepultado em São Francisco

				Jesus	
26.07.1818	Maria do Carmo	65 anos	Preta da Costa [sic]	Viúva	Sepultada no Rosário/envolta em habito preto com capa branca
27.07.1818	Maria	2 anos	Branca	Filha de Antônio de Souza e Clara Izabel de Lima	Sepultada em São Francisco/vestida de Conceição
28.07.1818	Ana Joaquina Coelho	49 anos	Branca	Solteira	Sepultada no Terço/envolta em habito preto com capa branca
28.07.1818	Joaquim Jorge	(?)	Pardo	Preso; casado; morador em Casa Forte	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
29.07.1818	Joaquina [faleceu afogada]	40 anos	Gentio da Costa	Escrava de Ignácia Ferreira da Costa	Sepultada em São Francisco/envolta em habito franciscano
30.07.1818	Alexandre	6 meses	Pardo	Filho de Ignácio Pereira e Maria José das Dores	Sepultado em São José/vestido de Menino Deus
30.07.1818	Francisco	9 anos	Criolo	Filho de Cipriano Marques	Sepultado nos Martírios/vestido de clérigo
01.08.1818	(?)	30 anos	Branca	Solteira	Sepultada em Santa Rita/envolta em habito preto com capa branca
01.08.1818	Joaquim Camelo	20 anos	Pardo	Solteiro	Sepultado no Livramento/envolto em habito preto com capa branca
02.08.1818	Antonio Pereira [faleceu no Hospital da Rua Nova] sic.	(?)	Branco	Solteiro; natural da Ilha da Madeira	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
03.08.1818	Mariana	(?)	Congo	Escrava de Joaquim José do Rego	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
05.08.1818	Felipa	43 anos	Cabra	Escrava de José Eloy da Silva	Sepultada nos Martírios/envolta em habito preto com capa branca
05.08.1818	Romão (?)	1 ano	Branco	Filho de Maria José	Sepultado no Hospital/vestido de cardeal
05.08.1818	Vitorina	10 meses	Parda	Filha de João Paulo e Ana Joaquina	Sepultada no Hospital/vestida de Conceição

05.08.1818	Joana Paula	35 anos	Criola	Solteira; natural de Goiana	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
06.08.1818	Rofina [Rufina]	3 anos	Parda	Filha de Maria, parda. Escrava de Luiz Moreira de Carvalho	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
07.08.1818	Maria do Carmo	40 anos	Criola	Solteira	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
07.08.1818	Inês Jorge	70 anos	Criola	Fez testamento [sic]	Sepultada no Rosário/envolta em habito franciscano
07.08.1818	Serafina	16 anos	Angola	Escrava de Faustino Carneiro de Sampaio	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
07.08.1818	Cosme José dos Santos	50 anos	Branco	Casado com (?) Maria de Almeida	Sepultado no Livramento/envolto em habito branco
08.08.1818	Rita Vicencia Ferreira	76 anos	Parda	Viúva	Sepultada em São José/envolta em habito preto com capa branca
09.08.1818	Raimundo	1 ano	Criolo	Filho de Catharina, Angola. Escrava do Reverendo Luiz José da Silva	Sepultado na Matriz/vestido de clérigo
09.08.1818	João Ferreira	(?)	Pardo	Preso; casado com Maria Magdalena; moradores em Santo Antão	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
10.08.1818	José Leite	90 anos	Branco	Viúvo	Sepultado na Matriz/envolto em habito franciscano
10.08.1818	Reverendo Joaquim de Oliveira Maciel	50 anos	Branco	Presbítero secular [sic]; natural desta freguesia (Santo Antônio)	Sepultado em São Pedro
11.08.1818	Delfina	Representava ter 20 anos [sic]	Angola	(?)	Sepultada no Carmo/envolta em habito branco
11.08.1818	Brazilina [sic]	8 meses	Parda	Filha de Ignês Thereza de Jesus [sic]	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
11.08.1818	Innocencia	10 dias	Parda	Filha de Luzia Caetana	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
15.08.1818	Joaquim	7 meses	Branco	Filho de João Moreira Marques e Maria do Carmo	Sepultado na Matriz/vestido de Menino Deus

				Nunes	
15.08.1818	João	2 anos	Criolo	Filho de Elena [Helena], Angola. Escrava de Thereza Maria da Nunciação [D'anunciação]	Sepultado em São Francisco/vestido de clérigo
16.08.1818	Izabel	10 meses	Parda	Filha de Manoel Ignácio Monteiro e Liberata Maria	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
17.08.1818	José	9 meses	Branco	Filho de Venancio José do Amaral e Francisca Correia do Livramento	Sepultado na Matriz da Boa Vista/vestido de São José
17.08.1818	Maria S. de Souza	30 anos	Parda	Casada com Agostinho de Castro; natural de Santo Amaro, Jaboatão.	Sepultada no Livramento/envolta em habito preto com capa branca
17.08.1818	Pedro [da Costa]	(?)	Preto [da Costa] (?)	Preso na cadeia da Vila; casado com Maria da Rocha; morador em Garanhuns	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
18.08.1818	Miguel	(?)	Nação Jonga ou Jongá/Jongo	Escravo de Silvéria Catharina (?)	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
19.08.1818	Francisco Vicente Correia	45 anos	Pardo	Casado com Rosa Maria	Sepultado no Livramento/envolto em habito branco
19.08.1818	Thereza	17 anos	(?)	Filha de Estevão José Carneiro	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
19.08.1818	Manoel José dos Passos	30 anos	Branco	Solteiro	Sepultado no Terço/vestido de branco
19.08.1818	Braz	(?)	Preto (?)	Escravo de Alexandre Gomes	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
19.08.1818	Faleceu na Casa da Roda [sic], Pedro	3 meses	Pardo	Pais desconhecidos	Sepultado na Matriz/vestido de branco
20.08.1818	Manoel	3 meses	Branco	Filho de João Antônio de Souza e Ana Felícia Bernardina	Sepultado na Ordem Terceira do Carmo/vestido de Menino Deus
20.08.1818	Ana Joaquina	10 anos	Branca	Filha de Maria José dos Prazeres	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
20.08.1818	Maria	7 meses	Branca	Filha de Joaquim José e Maria de	Sepultada no Terço/vestida de

				Mello	Conceição
20.08.1818	Ana Felicia Pires	(?)	Branca	Viúva de Antônio Gonçalves dos Santos	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
20.08.1818	Ana Joaquina	50 anos	Parda	Casada com Antônio Nunes da Silva	Sepultada no Livramento/envolta em habito preto com capa branca
21.08.1818	Ana Maria do Rosário	61 anos	Parda	Casada Com Francisco Xavier Pereira; Natural da Freguesia de Santo Antônio	Sepultada nos Martírios/envolta em habito preto com capa branca
21.08.1818	Ignes [Inês] Pessoa de Lacerda	70 anos	Branca	Solteira [com testamento]	Sepultada na Ordem Terceira do Carmo/envolta em habito da mesma Ordem
21.08.1818	Joana	6 meses	Branca	Filha de Domingos Ramos e Vicencia Ferreira	Sepultada em Santa Rita/vestida de Conceição
21.08.1818	João	2 anos	Pardo	Filho de Domingos da Reçurreição [Ressurreição]	Sepultado no Livramento/vestido de clérigo
21.08.1818	João	(?)	Congo	Escravo de Antônio Joaquim Barros	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
22.08.1818	Francisca	3 anos	Branca	Filha de Antônio Cabral e Maria Balbina	Sepultada no Hospital/vestida de Conceição
22.08.1818	Joaquim Fidelis	(?)	Índio	Preso na cadeia da Vila; casado Com Thereza de Jesus; moradores no Riacho de Areia	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
22.08.1818	Thereza Augusta de Menezes A___(?)	21 anos	Branca	Casada com o tenente-coronel José de Sá Carneiro Pereira de Castro Souto Maior; natural de Castelo de Abrantes	Sepultada no Hospício da Penha/envolto em habito preto com capa branca
23.08.1818	Antônio	9 meses	Criolo	Filho de Maria, Angola. Escrava de Manoel Thomas	Sepultado no Carmo/vestido de clérigo
23.08.1818	Benigno	7 meses	Branco	Filho de Domingas Maria da Trindade	Sepultado na Matriz/vestido de São Miguel
24.08.1818	Ana Maria Ribeiro	69 anos	Branca	Viúva [fez testamento]	Sepultada no Hospital/envolta

					em habito do Carmo
25.08.1818	Maria	18 anos	Angola	Escrava de Maria Ignacia [Inácia]	Sepultada no Rosário/envolta em habito preto
25.08.1818	Bento Vieira	27 anos	Pardo	Casado com Francisca Maria; morador no Cabo	Sepultado nos Martírios/envolto em habito branco
26.08.1818	José Coelho	(?)	Índio	Casado com Rita Maria da Conceição	Sepultado em São José/envolto em habito branco
26.08.1818	Luiza	70 anos	Nação da Costa	Viúva	Sepultada em São Benedito/envolta em habito preto
27.08.1818	João	2 anos	Pardo	Filho de Vicente deTal [sic] e Ursula Maria	Sepultado no Hospital/vestido de Menino Deus
27.08.1818	Marcelina	8 meses	Branca	Filha de João José de Souza Rangel	Sepultada no Convento de Nossa Senhora do Carmo/vestida das Dores
27.08.1818	Manoel [Roiz] Rodrigues	(?)	Pardo	Preso na Cadeia da Vila; Casado com Maria da Conceição	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
27.08.1818	Antonio Firmino (?)	(?)	Pardo	Preso na Cadeia da Vila; casado com Adriana Faustina morador na Comarca de Alagoas	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
28.08.1818	Joaquina	12 dias	Branca	Filha de João Albano de Souza e Francisca de Amorim	Sepultada no Hospital/vestida de Conceição
28.08.1818	Manoel José Francisco	(?)	Pardo	Viúvo; Preso na cadeia da Vila pelo crime de morte de sua mulher	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
28.08.1818	Joaquim	1 ano e 6 meses	Branco	Filho de Antônio Martins de Moraes e Francisca de Moraes;	Sepultado na Matriz/vestido de Menino Deus
29.08.1818	Francisca Izabel de Moraes	67 anos	Branca	Casada Com Manoel de Miranda Santiago; natural da Freguesia de Santo Antônio	Sepultada na Matriz/envolta em habito do Carmo
30.08.1818	Francisca Maria do Espírito	18 anos	Parda	Solteira; filha de Ignácia Maria	Sepultada em São José/envolta em

	Santo			Barbosa	habito branco
31.08.1818	Antônio	3 anos	Pardo	Filho de Bruno do Rosário e Ana Luiza	Sepultado no Livramento/vestido de Menino Deus
31.08.1818	Joana Gomes dos Prazeres	(?)	Parda	Viúva de Ignácio Ribeiro	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
01.09.1818	Maria	2 meses	Parda	Filha de Ana Maria de Mello [parda]	Sepultada em São José/vestida de Conceição
03.09.1818	Manoel	5 meses	Pardo	Filho de José dos Santos e Genoveva da Silva	Sepultado no Livramento/vestido de Cardeal
04.09.1818	Joaquim	6 meses	Branco	Filho de Luiza Maria	Sepultado no Terço/vestido de Menino Deus
04.09.1818	José Felipe Benicio	16 anos	Branco	Filho de Mariana Felicia Bandeira de Mello	Sepultado nos Martírios/envolto em habito preto com capa branca
05.09.1818	Suzana Maria da Nunciação [sic]	50 anos	Preta da Nação Rebolo	Viúva	Sepultada em São Benedito/envolta em habito franciscano
05.09.1818	João	(?)	Preto	Preso; escravo do ouvidor Antônio Carlos	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
05.09.1818	Antônio José [faleceu no Hospital da Rua Nova]	(?)	Criolo	Solteiro	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
06.09.1818	João	18 meses	Branco	Filho de Manoel Venceslao [Venceslau] Ribeiro e Luzia Candida Luzitania	Sepultado na Matriz/vestido de São João
07.09.1818	Maria da Paixão	50 anos	Angola, forra.	(?)	Sepultada em São Benedito/envolta em túnica franciscana
08.09.1818	Joaquim	1 mês	Branco	Filho de Ignácio Nunes da Fonceca[Fonseca] e Francisca Joaquina da Fonceca [Fonseca]. sic	Sepultado na Matriz/vestido de Santo Urbano
09.09.1818	Manoel	1 mês e meio [45 dias]	Branco	Filho de José Luiz Bezerra e Bernardina Maria Cavalcante	Sepultado no Terço/vestido de clérigo

09.09.1818	Manoel	4 meses	Criolo	Filho de Joaquim dos Prazeres e Ignês [Inês] Elena [Helena]	Sepultado em São José/vestido de Menino Deus
10.09.1818	Vicente da Costa	Representava ter 56 anos	Preto (?)	Solteiro	Sepultado no Carmo/envolto em habito branco
10.09.1818	João	9 anos	Pardo	Filho de Antônio Luiz Viana e Josefa Gomes	Sepultado no Livramento/vestido de cardeal
11.09.1818	Barbara Maria da Conceição	12 anos	Parda	Solteira; filha de Belchior dos Reis e Mariana Pereira do Sacramento	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
11.09.1818	Thomaz	8 meses	Pardo	Filho de Francisca, Angola. Escrava de Antônio Nunes	Sepultado na Matriz/vestido de clérigo
11.09.1818	(?)	8 dias	Criola	Filha de Maria, Angola. Escrava de Rita Maria de Alemão	Sepultada nos Martírios/vestida de Conceição
12.09.1818	Manoel	8 meses	Branco	Filho de Thomaz de Aquino Fonseca [Fonseca] e Joaquina Bernardina de Jesus	Sepultado na Matriz/vestido de São Miguel
12.09.1818	Antônio Francisco Bom Fim [Bonfim]	48 anos	Pardo	Casado com Maria Joaquina	Sepultado no Livramento/envolto em habito branco
12.09.1818	Joana Ribeiro	80 anos	Criola	Solteira	Sepultada em São Benedito/envolta em habito franciscano
13.09.1818	Francisco	2 anos	Pardo	Filho de Erculana [Herculana], crioula. Escrava de José Brandão	Sepultado no Livramento/vestido de clérigo
15.09.1818	João José da Silva [faleceu na Cadeia da Vila]	(?)	Pardo	Preso na Cadeia da Vila; casado (?)	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
16.09.1818	Maria	18 dias	Branca	Filha de Izabel caetana Pereira	Sepultada no Terço/vestida de Conceição
17.09.1818	Theodora	2 anos	Parda	Filha de Bruno do Rosário e Ana Luzia	Sepultada no Hospital/vestida de Conceição
18.09.1818	Maria	3 anos	Branca	Filha de José da Costa Pereira e Rita Maria do	Sepultada no Terço/vestida de Conceição

				Sacramento	
18.09.1818	João Manoel [faleceu no Hospital da rua Nova]	Representava ter 40 anos	Branco	Solteiro; natural de Lisboa	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
18.09.1818	Cosme Rodrigues	(?)	Pardo	Preso na Cadeia da Vila; casado com Feliciano Maria; moradores na comarca de Alagoas	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
18.09.1818	Miguel Francisco de Barros	(?)	Pardo	Preso na cadeia da Vila; casado (?); morador no Limoeiro	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
19.09.1818	João Pereira da Costa	(?)	Branco	Casado com Ignacia Maria	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
19.09.1818	Joaquim José de santa Ana [Santana]	40 anos	Pardo	Solteiro	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
20.09.1818	José	(?)	Criolo	Filho de Catharina, Angola. Escrava de Tereza de Jesus.	Sepultado na Ordem Terceira do Carmo/vestido de clérigo
20.09.1818	João	12 anos	Angola	Escravo de Caetano Marinho	Sepultado no Carmo/envolto em habito branco
21.09.1818	Joaquim	2 meses	Pardo	Filho de Luiz dos Santos Barreto e Joaquina Mara da Assumpção [Assunção]	Sepultado no Livramento/vestido de São Miguel
22.09.1818	Miguel	(?)	Angola	Escravo de José da Cunha Teixeira	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
22.09.1818	Lugdugerio	6 meses	Cabra	Filho de Antônia, cabinda. Escravos de Francisco de Borges (?)	Sepultado no Rosário/vestido de branco
22.09.1818	Elena [Helena] Luiza	30 anos	Criola	Viúva	Sepultada nos Martírios/envolta em habito preto
23.09.1818	Antônio do Nascimento	(?)	Pardo	Preso na Cadeia da Vila; solteiro; morador no Limoreiro	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
24.09.1818	Pantaleão	9 anos	Pardo	Filho de Francisco (?)	Sepultado no Terço/envolto em habito branco
25.09.1818	Joaquina	3 meses	Criola	Filha de Joana,	Sepultada no

				Angola. Escrava de José de Almeida Lima	Livramento/vestida de Conceição
26.09.1818	Izabel dos Anjos	Representava ter 70 anos	Preta da Costa	Solteira	Sepultada no Rosário/envolta em habito franciscano
27.09.1818	(?) das Dores da Silva	20 anos	Criolo	Solteiro	Sepultado no Hospital/envolto em habito branco
27.09.1818	Julião [faleceu na Casa da Roda]	3 meses	Pardo	Pais desconhecidos	Sepultado na Matriz/vestido de branco
28.09.1818	Manoel [faleceu na Casa da Roda]	1 mês	Pardo	Pais desconhecidos	Sepultado na Matriz/vestido de branco
28.09.1818	Domingos Marques de Araújo	60 anos	Angola	casado	Sepultado no Rosário da Boa Vista/envolta em habito branco
28.09.1818	Ana Rita	60 anos	Preta	Forra	Sepultado no Rosário/envolta em habito branco
29.09.1818	Maria do O [sic]	70 anos	Parda	Solteira	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
29.09.1818	Francisco das Chagas	40 anos	Criolo	Casado	Sepultado nos Martírios/envolto em habito branco
29.09.1818	Candida [faleceu na Casa da Roda]	20 dias	Parda	Pais desconhecidos	Sepultada na Matriz/vestida de branco
30.09.1818	Ana Correia de Mello	14 anos	Parda	Solteira; filha de Jacob Correia de Mello e Luiza Maria	Sepultada no Livramento/envolta em habito da Soledade
30.09.1818	Ana Francisca das Virgens	(?)	Branca	Filha de Braz [Brás] Diniz e Joana Maria de São José	Sepultada na Ordem Terceira de São José/envolta em habito de Santa Izabel
30.09.1818	Victorina Maria do Livramento	(?)	Parda	Solteira; filha de Faustino Carneiro de Sampaio	Sepultada no Livramento/vestida de Soledade
02.10.1818	Francisco Farias (?)	(?)	Pardo	Casado com Maria da Conceição	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
03.10.1818	Joaquim	7 meses	Branco	Filho de Antônio Alvares da Fonceca [Fonseca] e Izabel Feliciano dos Anjos	Sepultado na Matriz/vestido de Menino Deus

03.10.1818	José	3 anos	Pardo	Filho de Maurício da Silva Ramos	Sepultado no Livramento/vestido de Cardeal
03.10.1818	Firmino	7 dias	Pardo	Filho de Rosa Maria da Conceição	Sepultado no Livramento/vestido de Menino Deus
04.10.1818	Ignacia [Inácia] Soares das Neves	56 anos	Branca	Viúva	Sepultada em Santa Rita/envolta em habito franciscano
04.10.1818	Christovão	Representava ter 60 anos	Benguela	Escravo do Sargento-Mor Sebastião Marques	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
06.10.1818	Ana Luiza do Espírito Santo	91 anos	Branca	Viúva; freguesa do Recife [sic]	Sepultada na Ordem Terceira de São Francisco/envolta em habito dos Religiosos [sic]
07.10.1818	Josefa Maria da Conceição	12 anos	Parda	Solteira; órfã de pais; criada por Sebastião Jose da (?)	Sepultada no Terço/vestida de Soledade
07.10.1818	Maria	1 ano e 2 meses [14 meses]	Parda	Filha de Paulo Vicente de Miranda e Maria da Conceição de Jesus	Sepultada no Livramento /vestida de Conceição
08.10.1818	Ignacia [Inácia] Maria de Jesus	70 anos	Parda	Viúva; moradora em Casa Forte	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
08.10.1818	Bernardina Maria da Ora [Hora]	(?)	Branca	Casada; moradora em santo Antão	Sepultada no Livramento (?)/envolta em habito branco
10.10.1818	Luiza Paz da Conceição	50 anos	Criola	Casada com Alexandre Salvador	Sepultada nos Martírios/envolta em habito franciscano
10.10.1818	Francisco	8 dias	Cabra	Catharina, Angola. Escrava de Manoel Joaquim Monteiro	Sepultado em São Pedro/vestido de Preto
10.10.1818	Maria Thereza da Rosa	50 anos	Branca	Viúva	Sepultada no Terço/envolta em habito preto com capa branca
11.10.1818	Francisca	8 dias	Criola	Filha de Joana, Angola. Escrava de Ignacia [Inácia] Maria da Conceição	Sepultada na Matriz/vestida de branco
11.10.1818	Joaquina	(?)	Angola	Escrava do Reverendo Antônio	Sepultada na Matriz/envolta em

				Jacome Bezerra; [a qual estava no depósito geral debaixo de sequestro] sic.	habito preto
12.10.1818	Dionísia	2 meses	Parda	Filho de Luiza, crioula. Escrava de Luzia Pereira	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
12.10.1818	Francisco	2 anos	Pardo	Filho de Jeronima Maria da Conceição	Sepultado no Livramento/vestido de Menino Deus
12.10.1818	Francisca Felix	50 anos	Branca	Viúva	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
13.10.1818	Vicente Ferreira Borges	90 anos	Branco	Viúvo	Sepultado em São José/envolto em habito branco
14.10.1818	Antônio	4 meses	Criolo	Filho de Manoel (?)	Sepultado no Rosário/vestido de São João
14.10.1818	(?) Maria	40 anos	Parda	Casada (?)	Sepultada em São José/envolta em habito branco
14.10.1818	Maria	(?)	Criola	Filha de Elena, da Costa. Escrava de Joaquim Apolinário Borges (?)	Sepultada em São Francisco/vestida de preto
14.10.1818	Joaquina	6 anos	Criola	(?)	Sepultada no Rosário/vestida de preto
15.10.1818	André Nunes Cardoso	60 anos	Branco	Casado com Maria José da Conceição	Sepultado no Livramento/envolto em habito branco
15.10.1818	Antônio	26 anos	Angola	Escravo de José Ramos	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
15.10.1818	Maria da Asumpção [Assunção] Pereira	(?)	Branca	Casada com Antônio de Souza Barroso; moradores no Cabo [freguesa do Cabo]	Sepultada na Ordem Terceira de São Francisco/envolta em habito dos religiosos [franciscanos]
15.10.1818	João	2 anos e 2 meses	Branco	Filho de Caetano de Carvalho e Elena [Helena] Joaquina da Conceição	Sepultado na Ordem Terceira Franciscana/vestido de Santo Urbano
16.10.1818	Rosa	Representava ter 50 anos	Nação Moçambique	Escrava do Reverendo Antônio de Lima Jardim ou	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco

				Gondim (?)	
18.10.1818	José Felix Duarte [faleceu na Cadeia]	(?)	Pardo	Preso na Cadeia da Vila; casado com Antônia Maria bezerra	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
19.10.1818	José Rodrigues de Souza	48 anos	Branco	Casado (?); natural do Porto (?)	Sepultado no Hospício da Penha/envolto em habito do Carmo
19.10.1818	Antônio Gomes [faleceu na Cadeia da Vila]	(?)	Pardo	Preso na Cadeia da Vila; casado com Ana Rosa; moradores em Porto Calvo	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
19.10.1818	Francisca das Chagas	21 anos	Branca	Casada com Jeronimo Sebastião (?)	Sepultada no Terço/envolta em habito preto com capa branca
19.10.1818	Antônio	11 meses (?)	Branco	Filho de Antônio Fernandes da Cunha e Maria Vicencia das Dores (?)	Sepultado na Matriz/vestido de cardeal
23.10.1818	Joaquim José Soares	22 anos	Branco	Solteiro	Sepultado no Livramento/envolto em habito branco
23.10.1818	Maria	Com poucas horas de vida [sic]	Criola	Filha de Francisco Ferreira e Rita Maria	Sepultada nos Martírios/vestida de Conceição
24.10.1818	Vicente Ferreira da Fonseca [Fonseca]	25 anos (?)	Branco	Casado com Antônia Maria da Conceição	Sepultado no Hospital/envolto em habito branco
24.10.1818	Rita Maria da Conceição	70 anos	Preta da Costa	Forra; solteira	Sepultada no Rosário/envolta em habito preto com capa branca
28.10.1818	Rita Margarida	25 anos	Criola	Casada com Francisco Ferreira	Sepultada no Rosário/envolta em habito preto com capa branca
30.10.1818	Francisco José [faleceu na Ceia da Vila]	(?)	Pardo	Preso na Cadeia da Vila; solteiro	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
31.10.1818	José Vieira	30 anos	Branco	Casado	Sepultado no Terço/envolto em habito franciscano
31.10.1818	Maria da Conceição Teixeira	40 anos	Branca	Solteira	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
31.10.1818	(?) Mathias de	53 anos	Pardo	Viúvo	Sepultado no

	Souza				Livramento/envolto em habito branco
01.11.1818	Thereza	Representava ter 30 anos	Angola	Escrava de Antônio Gomes de Almeida	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
01.11.1818	Maria de São Felix	30 anos	Parda	Solteira	Sepultada no Livramento/envolta em habito branco
02.11.1818	Felipe S. Tiago [faleceu na Cadeia da Vila]	(?)	Pardo	Preso na Cadeia da Vila; casado com Maria das Neves; moradores no Engenho Massangana	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
04.11.1818	Rosa	(?)	Angola	Escrava de Francisco Alvares de Oliveira	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
04.11.1818	Joana	30 anos	Angola	Escrava do Sargento-Mor Joaquim Claudio da Fonceca [Fonseca] Barreto	Sepultada no Livramento vinda do Hospital da rua nova [sic]/envolta em habito branco
08.11.1818	Adauto	3 meses	Branco	Filho de Getrudes Maria [sic]	Sepultado em (?) /vestido de cardeal
08.11.1818	José Ambrosio	60 anos	Pardo	Solteiro	Sepultado no Hospital/envolto em habito branco
09.11.1818	João Felix Ferreira	68 anos	Branco	Casado com Josefa Antônia dos Reis	Sepultado na Penha/envolto em habito branco
10.11.1818	Maria da Penha	(?)	Branca	Solteira	Sepultada no Terço/envolta em habito branco
10.11.1818	Rita Maria dos Reis	66 anos	Branca	Viúva	Sepultada no Livramento/envolta em habito preto com capa branca
10.11.1818	Ignácio Paulino do Espírito Santo	44 anos	Pardo	Casado com Catharina de Luna	Sepultado no Livramento/envolto em habito branco
11.11.1818	Ana Felicia (?)	24 anos	Branca	Casada José Ignácio Ribeiro	Sepultada no Terço/envolta em habito preto com capa branca
13.11.1818	Luzia Maria [faleceu no	26 anos	Parda	Casada; natural da	Sepultada na Matriz/envolta em

	Hospital da Rua Nova]			Paraíba.	habito branco
14.11.1818	Ana	10 meses	Branca	Filha de José Macha Pimentel e Francisca A_ da Silva	Sepultada na Matriz/vestida de Conceição
14.11.1818	Ignácio	6 meses	Pardo	Filho de Rita, crioula. Escrava de Luiz José do Amaral	Sepultado nos Martírios/vestido de Menino Deus
17.11.1818	Januaria Maria de Jesus	40 anos	Branca	Viúva	Sepultada em São José/envolta em habito preto
18.11.1818	Maria dos Prazeres	50 anos	Parda	Casada com José Alvares	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
20.11.1818	Maria Francisca	20 anos	Criola	(?)	Sepultada nos Martírios/envolta em habito preto com capa branca
20.11.1818	Francisca	4 anos	Branca	Filha de Venancio José e Francisca Correia do Livramento	Sepultada na Matriz da Boa Vista/vestida de Conceição
23.11.1818	Ignacia [Inácia] Xavier de Souza	34 anos	Branca	Casada com Antônio Furtado	Sepultada na Ordem Terceira de São Francisco/envolta em habito franciscano
24.11.1818	Maria	25 anos	Criola	Escrava de Miguel Machado (?)	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
25.11.1818	Ana Joaquina	(?)	Branca	Casada com Jacó ou João de Oliveira Guimaraens [Guimarães]	Sepultada na Ordem Terceira de São Francisco/envolta em habito franciscano
25.11.1818	João A_ (?)	53 anos	Branco	Casado	Sepultado no Terço/envolto em habito preto com capa branca
26.11.1818	Efulgenia [sic]	60 anos	Angola	Escrava de Antônia Maria	Sepultada no Hospital/envolta em habito branco

29.11.1818	Carlota	1 ano e 3 meses [15 meses]	Branca	Filha de Onorato [Honorato] da Silva Fragoso e Bernarda Thereza de Jesus	Sepultada no Terço
30.11.1818	Maria José de Jesus	42 anos	Branca	Casada com Antônio José Muniz	Sepultada na Penha/envolta em habito dos religiosos do Carmo
30.11.1818	Maria	70 anos	Angola	Escrava de Joaquim Ignácio	Sepultada no Rosário da Boa Vista/envolta em habito branco
30.11.1818	Paulo	16 meses	Pardo	Filho de Domingos Pereira Cezar e Izabel Joaquina	Sepultado no Livramento/vestido de Menino Deus
30.11.1818	Thereza de Jesus	40 anos	Branca	Solteira	Sepultada no Terço/envolta em habito da Soledade
01.12.1818	Luiz de Castro (?) Costa	70 anos	Branco	Viúvo	Sepultado na Ordem Terceira de São Francisco/envolto em habito franciscano
02.12.1818	Maria Ramos	(?)	Preta	Casada com Gregório Furtado	Sepultada no Rosário
02.12.1818	José Francisco da Silva	(?)	Branco	Preso na Cadeia da Vila; casado com felipa Maria	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco
03.12.1818	Ana dos Martírios	34 anos	Criola	Casada com Caetano Alberto	Sepultada nos Martírios/envolta em habito roxo
04.12.1818	Maria Madalena	38 anos	Branca	Casada com Manoel Francisco das Chagas	Sepultado na Ordem Terceira de São Francisco/envolto em habito daqueles religiosos [sic]
04.12.1818	Ana Maria da Conceição	70 anos	Parda	Solteira	Sepultada no Livramento/envolta em habito preto com capa branca
06.12.1818	Joana Ramos	(?)	Criola	Casada com José da	Sepultada no Rosário/envolta em

				Silva	habito preto com capa branca
07.12.1818	Luzia Maria da Conceição	70 anos	Branca	Viúva	Sepultada na Matriz/envolta em habito branco
07.12.1818	Delfina	5 anos	Parda	Filha de Antônio Luiz Viana e Josefa Gomes da Paixão	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
08.12.1818	José	4 meses	Branca	Filho de João Rodrigues de Miranda e Antônia Maria do Espírito Santo	Sepultado na Matriz/vestido de São José
08.12.1818	Benedicta [Benedita]	Representava ter 40 anos	Gentio da Costa	Escrava de Thereza Maria	Sepultada no Rosário/envolta em habito branco
09.12.1818	Maria	Representava ter 20 anos	Angola	Escrava de João Cordeiro de Mattos	Sepultada na Matriz/envolta em habito preto
09.12.1818	Thomazia da Silva	17 anos	Parda	Casada com Angelo Francisco da Cruz	Sepultada no Livramento/envolta em habito preto com capa branca
10.12.1818	Jeronimo	5 meses	Branco	Filho de João Fernandes Vidal e Caetana Gonçalves da Silva	Sepultado no Livramento/vestido de Menino Deus
10.12.1818	Camila	3 anos	Branca	Filha de Francisco de Barros e Ana da Costa	Sepultada no Livramento/vestida de Conceição
10.12.1818	José Francisco Barbalho	19 anos	Branco	Solteiro	Sepultado no Terço/envolto em habito branco
11.12.1818	Maria do Rosário	60 anos	Preta da Costa	Solteira	Sepultada no Rosário da Boa Vista/envolta em habito branco
11.12.1818	Ignácio Rodrigues	50 anos	Pardo	Casado com Ana Maria	Sepultado no Livramento/envolto em habito branco
12.12.1818	Sebastião de Souza	(?)	Angola	Casado com Joana	Sepultado no Rosário/envolto em habito branco
12.12.1818	Josefa Maria	25 anos	Criola	Solteira	Sepultada em São

					José/envolta em habito branco
14.12.1818	José da Silva	70 anos	Branco	Viúvo	Sepultado em Santa Rita/envolto em habito branco
14.12.1818	(?) Fernandes da Boaventura	40 anos	Pardo	Casado com Rosa	Sepultado em São José/envolto em habito branco
16.12.1818	Ignácio Gomes da Paz	(?)	Pardo	Casado com Arcangela	(?)
17.12.1818	Maria da Solidade [Soledade]	40 anos	Criola	Viúva	Sepultada nos Martírios/envolta em habito branco
18.12.1818	Antônio	5 meses	Branco	Filho de Antônio Moreira de Mendonça e Leocadia Maria da Conceição	Sepultado em Santa Rita/vestido de São Miguel
18.12.1818	Marcela Antônia	65 anos	Criola	Casada	Sepultada no Rosário/envolta em habito dos religiosos franciscanos
19.12.1818	Bernardo	9 meses (?)	Pardo	Filho de Joana, Angola. Escrava de Angelica Maria dos Prazeres	Sepultado nos Martírios/vestido de clérigo
20.12.1818	Romualdo de Freitas	46 anos	Pardo	Solteiro; natural do Cabo	Sepultado em São José/envolto em habito branco
21.12.1818	João Alvares de Carvalho	70 anos	Branco	Solteiro	Sepultado em Santa Rita/envolto em habito branco
22.12.1818	Joana Ignácia [Inácia]	(?)	Parda	Casada com o Soldado Francisco Bandeira	Sepultada no Livramento; envolta em habito branco
22.12.1818	Josefa Enriqueta da Silva	19 anos	Branca	Solteira	Sepultada no Terço/vestida de Soledade
24.12.1818	Caetana Micaela Rosa	86 anos	Branca	Viúva; natural de Lisboa	Sepultada na Matriz/envolta em habito dos Religiosos franciscanos
26.12.1818	Manoel de	50 anos	Branco	Solteiro; natural da	Sepultado no

	Almeida			Ilha de São Miguel	Rosário/envolto em habito franciscano
29.12.1818	João Damião	25 anos	Criolo	Casado	Sepultado no Rosário
30.12.1818	Manoel	6 dias	Pardo	Filho de Amaro da Silva e Francisca do Espírito Santo	Sepultado no Livramento/vestido de Menino Deus
30.12.1818	Guilhermina	4 meses	Branca	Filha de Francisco das Chagas e Maria Joaquina	Sepultada nos Martírios/vestida de freira
30.12.1818	Afonso Telles	25 anos	Pardo	Solteiro	Sepultado nos Martírios/envolto em habito branco
31.12.1818	Antônio Gomes da Silva [faleceu na Cadeia da Vila]	(?)	Pardo	Preso na Cadeia da Vila; casado com Josefa Maria	Sepultado na Matriz/envolto em habito branco